



A Agente de Contratação da Câmara Municipal de Pato Branco - PR

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 5/2025
(Processo Administrativo nº 51/2025)

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à vossa apreciação nossa proposta técnica para **contratação de empresa especializada para implementar Sistema de Segurança composto por Controle de Acesso e Vídeo Monitoramento com Reconhecimento Facial com os escopos complementares, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Pato Branco, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.**

Informamos que os preços contidos em nossa proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

A Empresa **KERP SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ nº 26.727.779/0001-35, com endereço na Rua Antonio de Castro Junior, nº 88, Caçapava – SP, telefone/celular: (12) 99255-0657; e-mail: licitacoes@kerp.com.br, por intermédio de seu representante legal, o Sr. Paulo Donizete Damasceno, portador da Carteira de Identidade nº 16.599.991-3 e do CPF nº 082.721.548-70, vem por meio desta, apresentar Proposta ao Edital em epigrafe conforme descrito abaixo:

Nome da Empresa: KERP SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA		
Endereço eletrônico: licitacoes@kerp.com.br		
Endereço: Rua Antonio de Castro Junior	Nº 88– Conjunto 34	Bairro: Jardim América
Cidade: Caçapava	Estado: SP	CEP: 12.281-220
CNPJ Nº: 26.727.779/0001-35	Fone: 012- 3652-4999	I.E: 234.176.460.119
Dados para pagamento:		
Banco: Brasil - nº 01 / Agência: 3320-0/Conta Corrente: 6330-4		
Dados do Responsável que Assinará o Contrato:		
Nome: Paulo Donizete Damasceno Profissão: Diretor Comercial		
RG nº: 16.599.991-3 SSP/SP CPF nº 082.721.548-70		
Telefone para contato: 012-3652-4999 / 012-99255-0657		
e-mail para contato: licitacoes@kerp.com.br		

KERP SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 26.727.779/0001-35

Rua Antonio de Castro Junior, Nº 88 – Conjunto 34 – Jardim América – Caçapava – SP - CEP 12.281-220

Fone: (12) 3652-4999 Celular: (12) 99255-0657

www.kerp.com.br

PROPOSTA TÉCNICA

QUESITO	QUESITO TÉCNICO PRESENTE NO ATESTADO TÉCNICO DE INSTALAÇÃO	CUMPRIMENTO	PONTUAÇÃO POR ATESTADO
01	Instalação de Sistema de Videomonitoramento	Sim	5 Pontos
01.1	Câmara Municipal de Cerquilha	Sim	1 Ponto
01.2	Prefeitura Municipal de São José dos Campos	Sim	1 Ponto
01.3	Fundação Municipal Para Educação Comunitária	Sim	1 Ponto
01.4	Instituto de Identificação “Ricardo Gumbleton Daunt”(IIRGD)	Sim	1 Ponto
01.5	Divisão de Suprimentos do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil de São Paulo	Sim	1 Ponto
01.6	Comando de Policiamento Area Metropolitana-2	Sim	1 Ponto
01.7	Fundação Sistema Estadual de Análise Dados-SEADE	Sim	1 Ponto
01.8	Embrapa Gado de Leite	Sim	1 Ponto
02	Instalação de Sistema de Reconhecimento Facial	Sim	5 Pontos
02.1	Prefeitura Municipal de Aparecida	Sim	1 Ponto
02.2	Instituto de Identificação “Ricardo Gumbleton Daunt”(IIRGD)	Sim	1 Ponto
02.3	Divisão de Suprimentos do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil de São Paulo	Sim	1 Ponto
02.4	Polícia Militar - Comando De Policiamento do Interior Cinco	Sim	1 Ponto
02.5	Embrapa Gado de Leite	Sim	1 Ponto
03	Instalação de Sistema de Controle de Acesso de Pessoas e Veículos	Sim	5 Pontos
03.1	Prefeitura Municipal De Aparecida	Sim	1 Ponto
03.2	Instituto de Identificação “Ricardo Gumbleton Daunt”(IIRGD)	Sim	1 Ponto
03.3	Polícia Militar - Comando De Policiamento do Interior Cinco	Sim	1 Ponto
03.4	Embrapa Gado de Leite	Sim	1 Ponto
03.5	Instituto de Previdência de Santo André	Sim	1 Ponto
04	Instalação de Cabeamento Estruturado	Sim	5 Pontos
04.1	Câmara Municipal de Cerquilha	Sim	1 Ponto
04.2	Prefeitura Municipal de São José dos Campos	Sim	1 Ponto
04.3	Instituto de Identificação “Ricardo Gumbleton Daunt”(IIRGD)	Sim	1 Ponto
04.4	Polícia Militar - Comando De Policiamento do Interior Cinco	Sim	1 Ponto
04.5	Embrapa Gado de Leite	Sim	1 Ponto
04.6	Fundação Municipal Para Educação Comunitária	Sim	1 Ponto
04.7	Instituto de Identificação “Ricardo Gumbleton Daunt”(IIRGD)	Sim	1 Ponto
04.8	Divisão de Suprimentos do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil de São Paulo	Sim	1 Ponto
04.9	Comando de Policiamento Area Metropolitana-2	Sim	1 Ponto

KERP SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 26.727.779/0001-35

Rua Antonio de Castro Junior, Nº 88 – Conjunto 34 – Jardim América – Caçapava – SP - CEP 12.281-220

Fone: (12) 3652-4999 Celular: (12) 99255-0657

www.kerp.com.br



Por ser verdade, firmamos a presente carta proposta.



Caçapava, 13 de fevereiro de 2026.

Atenciosamente,


Paulo Damasceno

CREA-SP: 0682119544

Engenheiro Eletricista

RG: 16.599.991-3 SSP-SP

CPF: 082.721.548-70

26.727.779/0001-35
KERP SOLUÇÕES
EM TECNOLOGIA LTDA

Rua Antônio de Castro Junior, nº 88, Cj 34
Jd América – Caçapava – SP
CEP 12.281-220

Paulo Donizete
Damasceno:08
272154870

Assinado de forma digital
por Paulo Donizete
Damasceno:08272154870
Dados: 2026.02.12
18:33:23 -03'00'

KERP SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 26.727.779/0001-35

Rua Antonio de Castro Junior, Nº 88 – Conjunto 34 – Jardim América – Caçapava – SP - CEP 12.281-220

Fone: (12) 3652-4999 Celular: (12) 99255-0657

www.kerp.com.br



UNIFAE - CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES ASSOCIADAS DE ENSINO - FAE

Fornecimento e instalação de Relógios de Ponto Biométrico e Software de Tratamento de Ponto para Gestão do Ponto de seus funcionários.



PREFEITURA DE JUNDIAI

Fornecimento e instalação de Sistema de Alarmes em Unidade Básica de Saúde e Unidade de Saúde da Família.



PREFEITURA DE PORTO VELHO

Fornecimento e instalação de Sistema de Catracas Biométricas e Software de Gerenciamento de Acesso para controle do acesso de público e funcionários.



HOSPITAL GERAL DE SÃO MATEUS

Fornecimento e Instalação de relógios Digitais de Parede.



IPREV FORTALEZA - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

Fornecimento e instalação de Sistema de Catracas Biométricas e Software de Gerenciamento de Acesso para controle do acesso de público e funcionários.



UFSC UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Fornecimento e instalação de Sistema de Catracas Biométricas para Gestão dos Restaurantes Universitários nos Campus da instituição.



CÂMARA MUNICIPAL DE CERQUILHO

Fornecimento e instalação de Sistema de Alarmes e Sistema de CFTV.



CIS ITU – COMPANHIA ITUANA DE SANEAMENTO

Fornecimento e instalação de Relógios de Ponto Biométrico e Software de Tratamento de Ponto para Gestão do Ponto de seus funcionários.



COMANDO DE POLICIAMENTO DE ÁREA REGIÃO CINCO (CPA –M5)

Fornecimento e instalação de Sistema de Catracas Biométricas para Gestão dos Restaurantes da instituição.



FUNDAÇÃO SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos Fornecimento e instalação de Sistema de Alarmes e Sistema de CFTV.



HOSPITAL SANTA TEREZA DE RIBEIRÃO PRETO

Fornecimento e instalação de Relógios de Ponto Biométrico para Gestão do Ponto de seus funcionários.



PREFEITURA DE PRAIA GRANDE

Fornecimento e instalação de Relógios de Ponto Biométrico para Gestão do Ponto de departamentos da administração.



PREFEITURA DE SÃO PAULO - SUBPREFEITURA DE CAMPO LIMPO

Fornecimento e instalação de Cancelas Automatizada para Controle de Entrada e Saída Veículos.



CREFITO 3ª REGIÃO

Fornecimento, instalação e monitoramento de Sistema de Alarmes em Unidades deste Conselho.



CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA

Fornecimento e instalação de Relógios de Ponto Biométrico, crachás e Software de Tratamento de Ponto para Gestão do Ponto de seus funcionários.



INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT (IIRGD)

Fornecimento e instalação de Sistema de Catracas e Software de Gerenciamento de Acesso para controle do acesso de público e funcionários na sede do IIRGD.



SEST/SENAT

Fornecimento e instalação de Relógios de Ponto Biométrico e Software de Tratamento de Ponto para diversas unidades do Sistema SEST/SENAT.



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE TOCANTINS

Fornecimento e instalação de Sistema de Catracas e Software de Gerenciamento de Acesso para controle do acesso de público e funcionários na sede do IIRGD.

KERP SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 26.727.779/0001-35

Rua Antonio de Castro Junior, Nº 88 – Conjunto 34 – Jardim América – Caçapava – SP - CEP 12.281-220

Fone: (12) 3652-4999 Celular: (12) 99255-0657

www.kerp.com.br



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

CREA-SP

ART de Obra ou Serviço
28027230200016987

1. Responsável Técnico**PAULO DONIZETE DAMASCENO**Título Profissional: **Engenheiro Eletricista**

Empresa Contratada:

RNP: **2603824554**Registro: **0682119544-SP**

Registro:

2. Dados do ContratoContratante: **FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS SEADE**CPF/CNPJ: **51.169.555/0001-00**Endereço: **Avenida PROFESSOR LINEU PRESTES**Nº: **913**

Complemento:

Bairro: **BUTANTÃ**Cidade: **São Paulo**UF: **SP**CEP: **05508-000**Contrato: **2019NE00860**Celebrado em: **02/12/2019**

Vinculada à Art nº:

Valor: R\$ **15.000,00**Tipo de Contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional:

3. Dados da Obra ServiçoEndereço: **Avenida PROFESSOR LINEU PRESTES**Nº: **913**

Complemento:

Bairro: **BUTANTÃ**Cidade: **São Paulo**UF: **SP**CEP: **05508-000**Data de Início: **02/12/2019**Previsão de Término: **06/01/2020**

Coordenadas Geográficas:

Finalidade: **Comercial**

Código:

CPF/CNPJ:

4. Atividade Técnica**Execução****1****Instalação****Equipamentos****Eletrônicos**

Quantidade

Unidade

24,00000**unidade**

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Fornecimento e instalação na sede da Fundação SEADE de sistema de monitoramento composto por 07 (sete) câmeras de circuito fechado IP com infravermelho e de 01 (um) gravador de imagens NVR de 32 canais com software licenciado e HD para armazenamento de imagens de 8 TB. Este sistema visa complementar o sistema de CFTV existente, que passará a ser composto por 23 (vinte e três) câmeras. Garantia de 01 (um) ano sobre os equipamentos e materiais empregados e ainda entrega de toda a documentação técnica do sistema, todos os manuais de operação, além do fornecimento do as built.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de Classe

0-NÃO DESTINADA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

São Paulo - SP de Janeiro de 2020

Local

data

PAULO DONIZETE DAMASCENO - CPF: 082.721.548-70

FUNDACAO SISTEMA ESTADUAL DE ANALISE DE DADOS SEADE -
CPF/CNPJ: 51.169.555/0001-00

9. Informações

- A presente ART encontra-se devidamente quitada conforme dados constantes no rodapé-versão do sistema, certificada pelo Nosso Número.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creasp.org.br ou www.confea.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creasp.org.br

Tel: 0800 17 18 11

E-mail: acessar link Fale Conosco do site acima

**CREA-SP**
Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado de São Paulo

Valor ART R\$ 150,44

Registrada em: 07/01/2020

Valor Pago R\$ 150,44

Nosso Número: 28027230200016987

Versão do sistema

Impresso em: 10/01/2020 16:07:26



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - PREGAO - 2019NE00860

UG	511101 - FUND.SISTEMA ESTADUAL DE ANAL.DADOS-SEADE				
Gestão	51045				
Data de Emissão	01/11/2019				

CNPJ/CPF/UG	26727779/0001-35 - KERP SOLUÇÕES EIRELI - EPP				
Credor	KERP SOLUÇÕES EIRELI - EPP				
Endereço	RUA SCHILLING, 413 - SALA 302, 413 - SALA 302				
Cidade	SAO PAULO	UF	SP	CEP	05302-001

Origem Material	*****
-----------------	-------

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI
400051	51045	04121291755130000	004001001	44905234	511101	000.000.0100

No Processo	EXP102/19	Acordo			
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	LF Nº 10.520/2002		
Licitação	07 - PREGAO	Modalidade	1 - ORDINARIO		
Empenho Orig.		Nº Contrato	2019CT00379	Nº OC	2019OC00075

Valor do Empenho R\$	15.000,00 (QUINZE MIL REAIS)
----------------------	------------------------------

Cronograma		
	Mês	Valor
	11	15.000,00

Sequência	001	Item	00549043-0	Unid. Forn.	00001
Quantidade	1	Valor Unitário	15.000,00	Preço Total	15.000,00

Descrição
SISTEMA DE MONITORAMENTO, COMPOSTO POR 7 CAMERAS FULL HD IP INFRAVERMELHO, SENDO 2 CAMERAS DE ALCANCE 60M E 5 CAMERAS DE ALCANCE 30M, IP 67, RESOLUCAO MINIMA DE 2 MEGAPIXELS, 1 GRAVADOR DE IMAGEM NVR DE 32 CANAIS COMPATIVEL COM SISTEMA ONVIF, CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO PARA 8 HDS SATA2, COM SOFTWARE LICENCIADO E INSTALACAO, 12 MESES DE GARANTIA

Total ou Valor a Transportar R\$	15.000,00
Local de Entrega	AVENIDA PROFESSOR LINEU PRESTES 513
Data de Entrega	10/11/2019

DALMO DO VALLE NOGUEIRA FILHO

429377288-04

Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	03982501890
--------------------------	-------------



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

CREA-SP

ART de Obra ou Serviço
28027230211773339

1. Responsável Técnico

PAULO DONIZETE DAMASCENO

Título Profissional: **Engenheiro Eletricista**

Empresa Contratada: **KERP SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI EPP**

RNP: **2603824554**

Registro: **0682119544-SP**

Registro: **2254948-SP**

2. Dados do Contrato

Contratante: **CAMARA MUNICIPAL DE CERQUILHO**

Endereço: **Rua DA CIDADANIA**

Complemento:

Cidade: **Cerquillo**

Contrato:

Valor: R\$ **30.000,00**

Ação Institucional:

CPF/CNPJ: **58.982.364/0001-02**

Nº: **102**

Bairro: **CHAVE BARROS**

UF: **SP**

CEP: **18523-486**

Celebrado em: **26/02/2020**

Vinculada à Art nº:

Tipo de Contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

3. Dados da Obra Serviço

Endereço: **Rua DA CIDADANIA**

Complemento:

Cidade: **Cerquillo**

Data de Início: **01/02/2021**

Previsão de Término: **26/02/2021**

Coordenadas Geográficas:

Finalidade: **Infraestrutura**

Nº: **102**

Bairro: **CHAVE BARROS**

UF: **SP**

CEP: **18523-486**

Código:

CPF/CNPJ:

4. Atividade Técnica

**Direção de
Serviço Técnico
1**

Instalação

**Equipamento
Eletroeletrônico**

Quantidade

Unidade

40,00000

homem hora

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO PARA INFRAESTRUTURA DE EQUIPAMENTOS, PEÇAS E SERVIÇOS, DE SISTEMA DE MONITORAMENTO DE CFTV COMPOSTO DE 01 DVR PARA 16 CANAIS, 01 DVR PARA 08 CANAIS, 01 CÂMERA SPEED DOME, 22 CÂMERAS DE CFTV, NOBREAK E DEMAIS ACESSÓRIOS, E AINDA SISTEMA DE ALARME MONITORADO COM 01 CENTRAL DE ALARME, 36 SENSORES E DEMAIS ACESSÓRIOS. INCLUSO FORNECIMENTO DE INFRAESTRUTURA E DEMAIS.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

0-NÃO DESTINADA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local _____ de _____ de _____
data

PAULO DONIZETE DAMASCENO - CPF: 082.721.548-70

CAMARA MUNICIPAL DE CERQUILHO - CPF/CNPJ: 58.982.364/0001-02

9. Informações

- A presente ART encontra-se devidamente quitada conforme dados constantes no rodapé-versão do sistema, certificada pelo Nosso Número.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creasp.org.br ou www.confea.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creasp.org.br

Tel: 0800 017 18 11

E-mail: acessar link Fale Conosco do site acima



Valor ART R\$ 233,94

Registrada em: 02/12/2021

Valor Pago R\$ 233,94

Nosso Número: 28027230211773339

Versão do sistema

Impresso em: 03/12/2021 16:58:49



Câmara Municipal de Cerquillo

"João Sanson"

CNPJ(MF): 58.982.364/0001-02

Rua da Cidadania, 102 - Bº Chave Barros • Cerquillo-SP • CEP: 18520-000 • Tel/Fax: (15) 3284.2768
camara@camaracerquillo.sp.gov.br • www.camaracerquillo.sp.gov.br

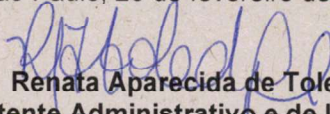
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A CÂMARA MUNICIPAL DE CERQUILLO, localizada à Rua da Cidadania, 102, Chave Barros, Cerquillo - SP - CEP 18520-000, inscrito no CNPJ sob o nº 58.982.364/0001-02, ATESTA a quem possa interessar que a empresa KERP SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI EPP, inscrita no CNPJ nº 26.727.779/0001-35, estabelecida na Rua São Maurício, nº 65, Conjunto 42, KM18 - Osasco/SP - CEP 06110-250, forneceu, instalou, implantou equipamentos/peças/serviços, bem como efetuou treinamento e suporte técnico, e prestará garantia conforme abaixo especificados:

PRODUTO/SERVIÇOS	QUANTIDADE
Sistema de Monitoramento de Circuito Fechado de TV, composto de 01 DVR para 16 canais e capacidade de gravação de 3TB, 01 DVR para 08 canais e capacidade de gravação de 2TB, 01 Câmera Speed Dome, 14 Câmeras de CFTV Full HD com IR para 40 metros, 08 Câmeras de CFTV Full HD com IR para 30 metros, Nobreak de 1,8KVA e demais acessórios de instalação. Marca Intelbras	01
Sistema de Alarme Monitorado completa, composto de 01 central de alarme monitorada, teclado para central de alarme, sirenes, 36 sensores IVP, módulo Ethernet e demais acessórios de instalação. Marca Intelbras	01
Serviços de infraestrutura de tubulação, cabeamento de elétrica e lógica, etc.	01
Serviços de implantação, instalação, configuração e treinamento.	01

Atestamos ainda, que o fornecimento, instalação, manutenção corretiva e garantia estão sendo executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros até a presente data, quaisquer fatos que desabonem a sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2020.


Renata Aparecida de Toledo
Assistente Administrativo e de Licitações
Responsável pelo Departamento de Licitações

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SANTO ANDRÉ**, localizada à Rua Prefeito Justino Paixão, 85, Centro, Santo André - SP, inscrito no CNPJ sob o nº 57.602.096/0001-85, ATESTA/DECLARA a quem possa interessar que a empresa **KERP SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI EPP**, inscrita no CNPJ nº 26.727.779/0001-35, estabelecida na Praça das Papoulas, Nº 30 Alphaville – Barueri - SP – CEP 06453-067, forneceu, instalou, implantou equipamentos/peças/serviços, inclusive infraestrutura, bem como efetuou treinamento e suporte técnico, e prestará garantia conforme abaixo especificados, conforme abaixo especificados:

PRODUTO/SERVIÇOS	QUANTIDADE
<p>FORNECIMENTO DE SISTEMA DE CATRACAS PARA A IDENTIFICAÇÃO DE VISITANTES E CONTROLE DE ACESSO, INCLUINDO EQUIPAMENTOS (HARDWARE) E SISTEMAS (SOFTWARE) E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, INTEGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO, GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO, PARA SEGURANÇA FÍSICA E PATRIMONIAL NAS DEPENDÊNCIAS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SANTO ANDRÉ – IPSA.</p> <p>02 CATRACAS ELETRÔNICAS COM LEITOR DE PROXIMIDADE E URNA 01 CATRACA PPNE COM LEITOR DE PROXIMIDADE E URNA 500 CARTÕES MIFARE DE PROXIMIDADE PERSONALIZADOS 01 CADASTRADORES DE CARTÃO PROXIMIDADE USB 01 WEBCAM PARA CAPTURA DE IMAGEM DE VISITANTES 01 GUARDA CORPO EM AÇO INOX 01 SOFTWARE DE GESTÃO E CONTROLE DE ACESSO DE ACESSO 01 SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DE TUBULAÇÃO, ELÉTRICA E LÓGICA, INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E GARANTIA.</p> <p>MARCA: MADIS</p> <p>LOCAL DA INSTALAÇÃO: RUA PREFEITO JUSTINO PAIXÃO, 85, CENTRO, SANTO ANDRÉ - SP</p>	01

CONTRATO Nº 012/2021 – Valor R\$ 73.500,00

INÍCIO: 21/07/2021

TÉRMINO: 20/09/2022

RESPONSÁVEL: ENGENHEIRO ELETRICISTA PAULO DONIZETE DAMASCENO

CREA Nº 0682119544

Atestamos ainda, que o fornecimento e garantia estão sendo executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros até a presente data, quaisquer fatos que desabonem a sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Santo André, 22 de Setembro de 2022.

Nome: Luana Dantas

E-mail: ldferreira@santoandre.sp.gov.br

Telefone: 4435-8403

Luana Dantas Ferreira
Encarregada de Expediente
e Apoio Administrativo



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

CREA-SP

ART de Obra ou Serviço
28027230211868829

1. Responsável Técnico

PAULO DONIZETE DAMASCENO

Título Profissional: Engenheiro Eletricista

Empresa Contratada: **KERP SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI EPP**

RNP: **2603824554**

Registro: **0682119544-SP**

Registro: **2254948-SP**

2. Dados do Contrato

Contratante: **INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE SANTO ANDRE**

CPF/CNPJ: **57.602.096/0001-85**

Endereço: **Rua PREFEITO JUSTINO PAIXÃO**

Nº: **85**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **Santo André**

UF: **SP**

CEP: **09020-130**

Contrato: **12/2021**

Celebrado em: **21/06/2021**

Vinculada à Art nº:

Valor: R\$ **73.500,00**

Tipo de Contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional:

3. Dados da Obra Serviço

Endereço: **Rua PREFEITO JUSTINO PAIXÃO**

Nº: **85**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **Santo André**

UF: **SP**

CEP: **09020-130**

Data de Início: **21/06/2021**

Previsão de Término: **20/06/2022**

Coordenadas Geográficas:

Finalidade: **Outro**

Código:

CPF/CNPJ:

4. Atividade Técnica

**Condução de
Serviço Técnico**

Projeto

1

**Sistemas de Controle
Automático de
Equipamentos**

Quantidade

Unidade

244,00000

hora por mês

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

FORNECIMENTO DE SISTEMA DE CATRACAS PARA A IDENTIFICAÇÃO DE VISITANTES E CONTROLE DE ACESSO, INCLUINDO EQUIPAMENTOS (HARDWARE) E SISTEMAS (SOFTWARE) E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, INFRAESTRUTURA ELÉTRICA, LÓGICA E ALVENARIA, CONFIGURAÇÃO, INTEGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO, GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO, PARA SEGURANÇA FÍSICA E PATRIMONIAL NAS DEPENDÊNCIAS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SANTO ANDRÉ - IPISA.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

0-NÃO DESTINADA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local de data

PAULO DONIZETE DAMASCENO - CPF: 082.721.548-70

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SANTO ANDRÉ - CPF/CNPJ: 57.602.096/0001-85

9. Informações

- A presente ART encontra-se devidamente quitada conforme dados constantes no rodapé-versão do sistema, certificada pelo Nosso Número.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creasp.org.br ou www.confea.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creasp.org.br
Tel: 0800 017 18 11

E-mail: [acessar link Fale Conosco do site acima](#)



Valor ART R\$ 233,94

Registrada em: 17/12/2021

Valor Pago R\$ 233,94

Nosso Numero: 28027230211868829

Versão do sistema

Impresso em: 22/09/2022 10:00:56

PAULO DONIZETE DAMASCENO:08272154870
72154870

Assinado de forma digital
por PAULO DONIZETE
DAMASCENO:08272154870
Dados: 2022.09.23 14:24:41
-03'00'



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

CREA-SP

ART de Obra ou Serviço
28027230220289320

1. Responsável Técnico

PAULO DONIZETE DAMASCENO

Título Profissional: **Engenheiro Eletricista**

RNP: **2603824554**

Registro: **0682119544-SP**

Registro: **2254948-SP**

Empresa Contratada: **KERP SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI EPP**

2. Dados do Contrato

Contratante: **Polícia Militar ? Comando de Policiamento de Área Metropolitana Dois**

CPF/CNPJ: **04.198.514/0032-50**

Endereço: **Rua RAFAEL IÓRIO**

Nº: **160**

Complemento:

Bairro: **CAMPO BELO**

Cidade: **São Paulo**

UF: **SP**

CEP: **04615-050**

Contrato: **CPAM2 n.º 011/041/21**

Celebrado em: **16/12/2021**

Vinculada à Art n.º:

Valor: R\$ **94.500,00**

Tipo de Contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional:

3. Dados da Obra Serviço

Endereço: **Rua RAFAEL IÓRIO**

Nº: **160**

Complemento:

Bairro: **CAMPO BELO**

Cidade: **São Paulo**

UF: **SP**

CEP: **04615-050**

Data de Início: **03/01/2022**

Previsão de Término: **03/03/2022**

Coordenadas Geográficas:

Finalidade: **Outro**

Código:

CPF/CNPJ:

4. Atividade Técnica

			Quantidade	Unidade
Coordenação				
1	Coordenação	Circuito Fechado de TV	1,00000	ampére

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CÂMERAS, COM FORNECIMENTO DOS MATERIAIS, PARA O IMÓVEL SEDE DO CPA/M-2 E 12º BPM, CONFORME CONTRATO. FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, PROJETO DAS BUILT E ACERVO NO CREA, NO IMÓVEL SEDE DO CPA/M-2 E 12º BPM/M, COMPOSTO DE 22 CÂMERAS DE CIRCUITO FECHADO DE TV IP MARCA INTELBRAS, NVR DE 32 CANAIS MARCA INTELBRAS, NOBREAK, APARELHOS DE TV 43", LINKS DE RADIO COMUNICAÇÃO, SWITCHS E INFRAESTRUTURA COMPLETA DE ELÉTRICA E LÓGICA, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, E GARANTIA.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

0-NÃO DESTINADA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local

de

data

de

PAULO DONIZETE DAMASCENO - CPF: 082.721.548-70

Policia Militar ? Comando de Policiamento de Área Metropolitana Dois -
CPF/CNPJ: 04.198.514/0032-50

9. Informações

- A presente ART encontra-se devidamente quitada conforme dados constantes no rodapé-versão do sistema, certificada pelo *Nosso Número*.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creasp.org.br ou www.confea.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creasp.org.br

Tel: 0800 017 18 11

E-mail: acessar link Fale Conosco do site acima

**CREA-SP**
Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado de São Paulo

Valor ART R\$ 233,94

Registrada em: 23/02/2022

Valor Pago R\$ 233,94

Nosso Número: 28027230220289320

Versão do sistema

Impresso em: 24/02/2022 08:45:14



Prefeitura do Município de Osasco
Secretaria de Finanças



Nota Fiscal Eletrônica de Serviços Prestados - NF-e

Série: E

Nota No.: 425

Emissão: 25/02/2022

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social/Nome: **KERP SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI**CNPJ/CPF: **26.727.779/0001-35**Inscrição Municipal: **0000139431**Endereço: **RUA SÃO MAURICIO, 65 - SALA 42 - Km 18 - 06110250**Município: **Osasco**UF: **SP**Fone: **(11) 9599-1100**

TOMADOR DO SERVIÇO

Razão Social/Nome: **Polícia Militar - Comando de Policiamento de Área Metropolitana Dois**CNPJ/CPF: **04.198.514/0032-50**

Inscrição Municipal:

Endereço: **Rua Rafael Iório, 160 - Campo Belo - 04615050**Município: **São Paulo**UF: **SP**

ATIVIDADE: 14.01 - Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E OUTRAS INFORMAÇÕES:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CÂMERAS, COM FORNECIMENTO DOS MATERIAIS, PARA O IMÓVEL SEDE DO CPA/M-2 E 12º BPM, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CPAM2 n.º 011/041/21 E NOTA DE EMPENHO - PREGAO - 2021NE00520.

95	UN	Eletroduto: fabricação em ferro galvanizado rígido; tamanho de 1". (3 mts)
275	UN	Abraçadeira tipo 1".
425	UN	Kit parafuso com bucha, 8 mm
74	UN	Condutele: fabricação em alumínio; c/tampa; tamanho de 1"
80	MT	Tubo PEAD 2", ou especificações superiores, desde que compatíveis à finalidade.
780	MT	Cabo de rede CAT.6 U/UTP (PoE).
110	UN	Conector Rj 45 macho CAT.6.
03	UN	No-break: Senoidal, Bivolt, Potencia mínima suportada de 3 Kva (3000 Va).
03	UN	Aparelho televisor de 43": tecnologia LED; tela plana; resolução Full HD; MARCA
MULTILASER		
01	UN	NVR: 32 canais; alta performance; compatível com os equipamentos a serem instalados;
MARCA: INTELBRAS		
01	UN	Software: compatíveis as necessidades mencionadas no item 10.3 e subitens. MARCA:
INTELBRAS		
01	UN	HD: capacidade de 8TB; interface SATA 6Gbs; 5400 RPM; MARCA: WESTERN DIGITAL
22	UN	Câmeras: Descrição conforme Edital. MARCA: INTELBRAS
06	UN	Conjunto composto 01 par de roteador wireless (CPE) 5GHz 16dbi - wom 5A mimo. MARCA:
INTELBRAS		
17	UN	Suporte Infra ativo de ferro 60 cm

(A)		C = (A)		(E)	F=(C*E%)	
Valor Serviço		Base de Cálculo		Alíq. (%):	Valor ISS	Ref.:
94.500,00		94.500,00		*2,00	*1.890,00	02/2022
Impostos Adicionais (Os valores informados são de responsabilidade do emissor):					(A)	
IR (R\$):		Cofins (R\$):		CSLL (R\$):		Valor Total da Nota
INSS (R\$):		Pis/Pasep (R\$):		Outros (R\$):		94.500,00

Verifique a autenticidade desta nota no site <http://nfe.osasco.sp.gov.br> através do código:**GPKMOMYL**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Nota fiscal emitida em 25/02/2022 às 17:41

ISS Devido pelo Prestador do Serviço

* Prestador de Serviço enquadrado no SIMPLES NACIONAL

Prestador de Serviço enquadrado em regime de 'ISS Anexo I anexo I'

Prestador de Serviço enquadrado em regime de Lucro Simples



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - PREGAO - 2021NE00520

UG	180186 - COM.POLIC.AREA METROPOLITANA-2				
Gestão	00001				
Data de Emissão	17/12/2021				

CNPJ/CPF/UG	26727779/0001-35 - KERP SOLUÇÕES EIRELI - EPP				
Credor	KERP SOLUÇÕES EIRELI - EPP				
Endereço	RUA SCHILLING, 413 - SALA 302, 413 - SALA 302				
Cidade	SAO PAULO	UF	SP	CEP	05302-001

Origem Material	*****
-----------------	-------

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI
400051	18004	06122181949920000	001001001	33903999	180013	000.000.0100

No Processo	2021186212	Acordo			
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	LF Nº 10.520/2002		
Licitação	07 - PREGAO	Modalidade	5 - GLOBAL		
Empenho Orig.		Nº Contrato	2021CT00351	Nº OC	2021OC00206

Valor do Empenho R\$	94.500,00 (NOVENTA E QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS)
----------------------	---

Cronograma	
Mês	Valor
12	94.500,00

Sequência	001	Item	00008788-2	Unid. Forn.	00001
Quantidade	1	Valor Unitário	94.500,00	Preço Total	94.500,00
Descrição					
SERVICO DE INSTALACAO/MONTAGEM DE EQUIPAMENTO DE VIGILANCIA/SEGURANCA E PROTECAO, SISTEMA DE CIRCUITO FECHADO DE TELEVISAO					

Total ou Valor a Transportar R\$	94.500,00
Local de Entrega	RUA RAFAEL IÓRIO, 160
Data de Entrega	31/12/2021

JOAO LUÍS MINGHETI COSTA
122579818-39
Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	32147113859
--------------------------	-------------



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

CREA-SP

ART de Obra ou Serviço
28027230221675159

1. Responsável Técnico**PAULO DONIZETE DAMASCENO**Título Profissional: **Engenheiro Eletricista**RNP: **2603824554**Registro: **0682119544-SP**Registro: **2254948-SP**Empresa Contratada: **KERP SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI EPP****2. Dados do Contrato**Contratante: **Divisão de Suprimentos do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil de São Paulo** CPF/CNPJ: **23.556.435/0001-12**Endereço: **Rua RUA BRIGADEIRO TOBIAS, 527**Nº: **527**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**Cidade: **São Paulo**UF: **SP**CEP: **01032-902**Contrato: **15/2022**Celebrado em: **29/09/2022**

Vinculada à Art nº:

Valor: R\$ **354.000,00**Tipo de Contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional:

3. Dados da Obra ServiçoEndereço: **Rua RUA BRIGADEIRO TOBIAS, 527**Nº: **527**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**Cidade: **São Paulo**UF: **SP**CEP: **01032-902**Data de Início: **29/09/2022**Previsão de Término: **29/08/2025**

Coordenadas Geográficas:

Finalidade: **Judicial**

Código:

Proprietário: **Divisão de Suprimentos do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil de São Paulo**CPF/CNPJ: **23.556.435/0001-12****4. Atividade Técnica**

Quantidade Unidade

Coordenação**1** **Coordenação** **Controle Eletrônico** **10,00000** **ampére****Execução****2** **Coordenação** **Circuito Fechado de TV** **10,00000** **ampére**

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS / SISTEMAS / PEÇAS DE SISTEMAS DE CONTROLE DE ACESSO FACIAL COM CATRACAS E CONTROLADORES DE ACESSO PARA PORTAS, E SISTEMA DE CFTV, INCLUSIVE COM IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA ELÉTRICA E LÓGICA, COM TREINAMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GARANTIA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

0-NÃO DESTINADA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____ de _____ de _____
Local data

PAULO DONIZETE DAMASCENO - CPF: 082.721.548-70

Divisão de Suprimentos do Departamento de Administração e
Planejamento da Polícia Civil de São Paulo - CPF/CNPJ: 23.556.435/0001-12

9. Informações

- A presente ART encontra-se devidamente quitada conforme dados constantes no rodapé-versão do sistema, certificada pelo Nosso Número.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creasp.org.br ou www.confes.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creasp.org.br

Tel: 0800 017 18 11

E-mail: acessar link Fale Conosco do site acima

**CREA-SP**
Conselho Regional de Engenharia e Agrimensura
do Estado de São Paulo

Valor ART R\$ 233,94

Registrada em: 18/10/2022

Valor Pago R\$ 233,94

Nosso Número: 28027230221675159

Versão do sistema

Impresso em: 18/10/2022 15:19:48

PAULO DONIZETE
DAMASCENO:082
72154870

Assinado digitalmente por PAULO DONIZETE

DAMASCENO:08272154870

ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=videoconferencia, OU=39514822000126, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=ARCERTISA, OU=RFB e-CPF A1, CN=PAULO DONIZETE DAMASCENO:08272154870

Razão: Eu estou aprovando este documento

Localização:

Data: 2022.10.18 15:24:35-03'00'

Foxit PDF Reader Versão: 12.0.1



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS
Núcleo de Compras e Distribuição

ORDEM DE SERVIÇO

PROCESSO DGP N.º PCSP-PRC-2022/07545

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 016/2022

CONTRATO N.º 15/2022

*O Senhor Doutor **JOÃO FRANCISCO FERREIRA DIAS**, Delegado Divisionário da Divisão de Suprimentos - DAP, no uso de suas atribuições legais, determina que...*

A empresa **KERP SOLUCOES EM TECNOLOGICA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob n.º 26.727.779/0001-35, com sede na Praça das Papoulas, n.º 30, Sala 05 Alphaville, Barueri/SP - CEP 06453-067, a seguir denominada “CONTRATADA”, neste ato representada pelo Senhor, **Paulo Donizete Damasceno**, portador do RG n.º 16.599.991-3/SP E CPF n.º 082.721.548-70, inicie os serviços de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS de Vigilância Eletrônica: controle de acesso e monitoramento CFTV, conforme detalhamento e especificações técnicas constantes do Termo de Referência**, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe, a partir do dia 29 do corrente mês, contando até 20 dias corridos para o início, conforme consta na cláusula segunda do Termo de Contrato n.º 15/2022.

São Paulo, 29 de Setembro de 2022.

JOÃO FRANCISCO FERREIRA DIAS

Delegado de Polícia Divisionário

Ciente:

Paulo Donizete Damasceno

KERP SOLUCOES EM TECNOLOGICA EIRELI

**PAULO DONIZETE
DAMASCENO:082
72154870**

Assinado digitalmente por PAULO DONIZETE
DAMASCENO:08272154870
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=videoconferencia, OU=39514822000126, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=ARCTISA, OU=RFB e-CPF A1, CN=PAULO DONIZETE DAMASCENO:08272154870
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2022.09.30 10:48:45-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.1



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS

TERMO DE CONTRATO

PROCESSO n.º PCSP-PRC-2022/07545

PREGÃO ELETRÔNICO n.º 16/2022

CONTRATO n.º 15/2022

TERMO DE CONTRATO
CELEBRADO ENTRE o Estado de São Paulo,
por meio da Divisão de Suprimentos do
Departamento de Administração e
Planejamento da Polícia Civil de São Paulo
e KERP SOLUCOES EM TECNOLOGICA
EIRELI, TENDO POR OBJETO A PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS de Vigilância Eletrônica:
controle de acesso e monitoramento
CFTV.

O(A) **Estado de São Paulo**, por intermédio do(a) **Divisão de Suprimentos do Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil de São Paulo**, doravante designado(a) “CONTRATANTE”, neste ato representado(o) pelo(a) Senhor(a) **João Francisco Ferreira Dias**, RG nº **16.879.978** e CPF nº **110.221.818-90**, no uso da competência conferida pelo Decreto-Lei Estadual nº 233, de 28 de abril de 1970, e **KERP SOLUCOES EM TECNOLOGICA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 26.727.779/0001-35, com sede na Praça das Papoulas, nº 30, Sala 05 Alphaville, Barueri/SP - CEP 06453-067, a seguir denominada “CONTRATADA”, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) **Paulo Donizete Damasceno**, portador do RG nº **16.599.991-3/SP** E CPF nº **082.721.548-70**, em face da adjudicação efetuada no Pregão Eletrônico indicado em epígrafe, celebram o presente TERMO DE CONTRATO, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto



Estadual nº 49.722/2005 e no regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 47.297/2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a contratação de serviços de **Vigilância Eletrônica: controle de acesso e monitoramento**, conforme detalhamento e especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço **global**.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O presente contrato será regido pela Lei Federal nº 10.520/2002 e pelas normas mencionadas no preâmbulo durante toda a sua vigência, nos termos do parágrafo único do artigo 191 c/c o inciso II do artigo 193 da Lei Federal nº 14.133/2021.



CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços deverá ter início em até 20 dias corridos, prorrogáveis por igual período mediante aceite de justificativa escrita da contratada, contados da emissão de Ordem de Serviços, nos locais indicados no Termo de Referência, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes e necessárias à sua plena e adequada execução, em especial as atinentes a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DAS PRORROGAÇÕES

O contrato terá vigência **30 (trinta) meses, a contar da data estabelecida para início dos serviços.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O prazo de vigência poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, iguais ou inferiores, a critério da CONTRATANTE, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos e condições permitidos pela legislação vigente.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A CONTRATADA poderá se opor à prorrogação de que trata o parágrafo anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo CONTRATANTE em até **90 (noventa) dias** antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

PARÁGRAFO TERCEIRO





Eventuais prorrogações serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO QUARTO

A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da CONTRATANTE não gerará à CONTRATADA direito a qualquer espécie de indenização.

PARÁGRAFO QUINTO

Dentre outras exigências, a prorrogação somente será formalizada caso os preços mantenham-se vantajosos para o CONTRATANTE e consistentes com o mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido.

PARÁGRAFO SEXTO

Não obstante o prazo estipulado no *caput*, a vigência nos exercícios subseqüentes ao da celebração do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada no Parágrafo Sexto desta Cláusula, a CONTRATADA não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA



À CONTRATADA, além das obrigações constantes do Termo de Referência, que constitui **Anexo I** do Edital indicado no preâmbulo, e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe:

I - zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

II – designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades, em especial da regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica alocada, e pelos contatos com o CONTRATANTE;

III - cumprir as disposições legais e regulamentares municipais, estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços;

IV - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;

V - dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

VI - prestar ao CONTRATANTE, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços;

VII - responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento;

VIII - responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/1993;

IX - manter seus profissionais identificados por meio de crachá com fotografia recente;



X - substituir qualquer integrante de sua equipe cuja permanência nos serviços for julgada inconveniente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da solicitação justificada formulada pelo CONTRATANTE;

XI - arcar com despesas decorrentes de infrações de qualquer natureza praticadas por seus empregados durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da sede do CONTRATANTE;

XII - apresentar, quando exigido pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento dos salários e de quitação das obrigações trabalhistas (inclusive as previstas em Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho) e previdenciárias relativas aos empregados da CONTRATADA que atuem ou tenham atuado na prestação de serviços objeto deste contrato;

XIII - identificar todos os equipamentos e materiais de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;

XIV - obedecer às normas e rotinas do CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis;

XV - implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira a não interferir nas atividades do CONTRATANTE, respeitando suas normas de conduta;

XVI - reexecutar os serviços sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis;



XVII - guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

XVIII - manter bens e equipamentos necessários à realização dos serviços, de qualidade comprovada, em perfeitas condições de uso, em quantidade adequada à boa execução dos trabalhos, cuidando para que os equipamentos elétricos sejam dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;

XIX – submeter à CONTRATANTE relatório mensal sobre a prestação dos serviços, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;

XX – fornecer à equipe alocada para a execução dos serviços os equipamentos de proteção individual adequados à atividade, o necessário treinamento e fiscalizar sua efetiva utilização;

XXI - prestar os serviços por intermédio da equipe indicada nos documentos apresentados na fase de habilitação, a título de qualificação técnica, quando exigida.

XXII – cumprir todas as obrigações previstas nos termo de referência, parte integrante deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A CONTRATADA não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.



PARÁGRAFO SEGUNDO

Em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, a CONTRATADA se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou





g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O descumprimento das obrigações previstas nos Parágrafos Primeiro e Segundo desta Cláusula Quarta poderá submeter a CONTRATADA à rescisão unilateral do contrato, a critério da CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei Federal nº 12.846/2013 e o Decreto Estadual nº 60.106/2014.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Ao CONTRATANTE cabe:

I - exercer a fiscalização dos serviços, designando servidor responsável pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com a CONTRATADA;

II - fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato;

III - efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste;

IV - expedir autorização de serviços, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias corridos da data de início de sua execução.



V- permitir aos técnicos e profissionais da CONTRATADA acesso às áreas físicas envolvidas na execução deste contrato, observadas as normas de segurança;

VI - observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da CONTRATADA, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes (“Lei Federal nº 13.709/2018”).

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

O CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados por intermédio do gestor do contrato de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações ajustadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, inclusive quando resultantes de utilização de pessoal inadequado ou sem a qualificação técnica necessária, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte do CONTRATANTE.

PARAGRAFO SEGUNDO

A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato e no **Anexo I** do Edital.



CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS E DO REAJUSTE

A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços objeto deste contrato pelo preço mensal de R\$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos reais), perfazendo o total de R\$ 354.000,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil reais).

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Nos preços acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionados à prestação dos serviços, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Caso a CONTRATADA seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Os preços a que se refere o caput serão reajustados anualmente, mediante a aplicação da seguinte fórmula paramétrica:



$$R = P_0 \left[\left(\frac{IPC}{IPC_0} - 1 \right) \right]$$

Onde:

- **R = parcela de reajuste;**
- **P0 = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;**
- **IPC/IPC0 = variação do IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.**

PARÁGRAFO QUARTO

A periodicidade anual de que trata o Parágrafo Terceiro será contada a partir de da data de apresentação da proposta, que será considerada a data de referência dos preços.

CLAUSULA OITAVA –DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

No presente exercício as despesas decorrentes desta contratação irão onerar o **crédito orçamentário da Polícia Civil, pela Divisão de Suprimentos UGE 180376, de classificação funcional programática 06122180141800000 e categoria econômica 339039.**

PARAGRÁFO ÚNICO

No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro”

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO



O objeto deste contrato, em cada uma de suas parcelas mensais, será recebido provisoriamente em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de recepção pela Administração do relatório de execução dos serviços do mês acompanhado da nota fiscal/fatura representativa da prestação dos serviços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a CONTRATADA deverá refazê-los no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, observando as condições estabelecidas para a prestação.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 5(cinco) dias úteis, após o recebimento provisório, ou da data de conclusão das correções efetuadas com base no disposto no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, uma vez verificado a execução satisfatória dos serviços, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PAGAMENTOS



Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante a apresentação dos originais da nota fiscal/fatura ao gestor designado para o contrato, da Divisão de Serviços Diversos, que atestará a prestação dos serviços e encaminhará para a divisão de finanças para pagamento, por meio do e-mail dsd.dap@policiacivil.sp.gov.br, com cópia obrigatória a divsup@policiacivil.sp.gov.br, em conformidade com a Cláusula Nona deste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os pagamentos serão realizados mediante depósito na conta corrente bancária em nome da CONTRATADA no Banco do Brasil S/A, **conta nº 6330-4, Agência nº 3320-0**, de acordo com as seguintes condições:

I - em 30 (trinta) dias, contados da data de entrega da nota fiscal/fatura, ou de sua reapresentação em caso de incorreções, na forma e local previstos nesta Cláusula.

II - A discriminação dos valores dos serviços deverá ser reproduzida na nota fiscal/fatura apresentada para efeito de pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da CONTRATADA no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta



condição poderá se dar pela comprovação, pela CONTRATADA, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

PARAGRAFO QUARTO

A CONTRATANTE poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

PARÁGRAFO QUINTO

O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN deverá ser feito em consonância com o artigo 3º e demais disposições da Lei Complementar Federal nº 116/2003, e respeitando as seguintes determinações:

I - Quando da celebração do contrato, a CONTRATADA deverá indicar a legislação municipal aplicável aos serviços por ela prestados, relativamente ao ISSQN, esclarecendo, expressamente, sobre a eventual necessidade de retenção do tributo, pelo tomador dos serviços;

II - Caso se mostre exigível, à luz da legislação municipal, a retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:

a) O CONTRATANTE, na qualidade de responsável tributário, deverá reter a quantia correspondente do valor da nota-fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente apresentada e recolher a respectiva importância em nome da CONTRATADA no prazo previsto na legislação municipal.

b) Para tanto, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA O ISS” ao emitir a nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente. Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.

III - Caso, por outro lado, não haja previsão de retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:



a) A CONTRATADA deverá apresentar declaração da Municipalidade competente com a indicação de sua data-limite de recolhimento ou, se for o caso, da condição de isenção;

b) Mensalmente a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de recolhimento do ISSQN por meio de cópias autenticadas das guias correspondentes ao serviço executado e deverá estar referenciado à data de emissão da nota fiscal, fatura ou documento de cobrança equivalente;

c) Caso, por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura ou do documento de cobrança equivalente, não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do ISSQN, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

d) a não apresentação dessas comprovações assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

PARÁGRAFO SEXTO

Por ocasião da apresentação ao CONTRATANTE da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, a CONTRATADA deverá fazer prova do recolhimento mensal ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS nos termos da legislação vigente.

I - As comprovações relativas ao FGTS a serem apresentadas deverão corresponder ao período de execução e tomador de serviço.

II - Se por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura, do recibo ou do documento de cobrança equivalente não houver decorrido o prazo legal para recolhimento do FGTS, poderá ser apresentada cópia da documentação comprobatória do recolhimento referente ao mês imediatamente anterior,



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS

devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para recolhimento.

III - a não apresentação dessas comprovações assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.

A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, as frações objetos deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DO OBJETO CONTRATADO

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO ÚNICO

A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como no artigo 1º, §2º, item 3, do Decreto Estadual nº 55.938/2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Estadual nº 57.159/2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando a CONTRATADA for sociedade cooperativa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, se vier a praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A sanção de que trata o *caput* desta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no **Anexo IV** do Edital indicado no preâmbulo deste instrumento, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no



“Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O CONTRATANTE reserva-se no direito de descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais, ou, quando for o caso, efetuará a cobrança judicialmente.

PARÁGRAFO QUARTO

A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/ 2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A CONTRATADA deve cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 no âmbito da execução do objeto deste Contrato e observar as instruções por escrito do CONTRATANTE no tratamento de dados pessoais.



PARÁGRAFO PRIMEIRO

A CONTRATADA deve assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste Contrato, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no *caput* do art. 6º da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deve adotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Considerando a natureza do tratamento, a CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

PARÁGRAFO QUARTO

A CONTRATADA deve:

I – notificar o CONTRATANTE na primeira oportunidade possível, ao receber requerimento de um titular de dados, na forma prevista no artigo 18 da Lei Federal nº 13.709/2018; e



II – quando for o caso, auxiliar o CONTRATANTE na elaboração da resposta ao requerimento a que se refere o inciso I deste parágrafo.

PARÁGRAFO QUINTO

A CONTRATADA deve notificar ao CONTRATANTE, na primeira oportunidade possível, a ocorrência de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que o CONTRATANTE cumpra quaisquer obrigações de comunicar à autoridade nacional e aos titulares dos dados a ocorrência do incidente de segurança sujeita à Lei Federal nº 13.709/2018.

PARÁGRAFO SEXTO

A CONTRATADA deve adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada um dos incidentes de segurança.

PARÁGRAFO SÉTIMO

A CONTRATADA deve auxiliar o CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, no âmbito da execução deste Contrato.

PARÁGRAFO OITAVO

Na ocasião do encerramento deste Contrato, a CONTRATADA deve, imediatamente, ou, mediante justificativa, em até 10 (dez) dias úteis da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais ao CONTRATANTE ou eliminá-los, conforme decisão do CONTRATANTE, inclusive eventuais cópias de dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato, certificando por escrito, ao CONTRATANTE, o cumprimento desta obrigação.

PARÁGRAFO NONO





A CONTRATADA deve colocar à disposição do CONTRATANTE, conforme solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta cláusula, e deve permitir auditorias e contribuir com elas, incluindo inspeções, pelo CONTRATANTE ou auditor por ele indicado, em relação ao tratamento de dados pessoais.

PARÁGRAFO DEZ

Todas as notificações e comunicações realizadas nos termos desta cláusula devem se dar por escrito e ser entregues pessoalmente, encaminhadas pelo correio ou por e-mail para os endereços físicos ou eletrônicos informados em documento escrito emitido por ambas as partes por ocasião da assinatura deste Contrato, ou outro endereço informado em notificação posterior.

PARÁGRAFO ONZE

A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018 ou de instruções do CONTRATANTE relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento.

PARÁGRAFO DOZE

Caso o objeto da presente contratação envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular de que trata o inciso I do artigo 7º da Lei nº 13.709/2018, deverão ser observadas pela CONTRATADA ao longo de toda a vigência do contrato todas as obrigações específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento de dados pessoais, conforme instruções por escrito do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TREZE





É vedada a transferência de dados pessoais, pela CONTRATADA, para fora do território do Brasil.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado, ainda, que:

I. Consideram-se partes integrantes do presente Termo de Contrato, como se nele estivessem transcritos:

a. o Edital mencionado no preâmbulo e seus anexos.

b. a proposta apresentada pela CONTRATADA;

II. Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições da Lei Federal nº 10.520/2002 e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, da Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

III. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento **em 01 (uma) via**, que, lido e achado conforme pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, 29 de Setembro de 2022.

PAULO
DONIZETE
DAMASCENO:082
72154870

Assinado digitalmente por PAULO DONIZETE
DAMASCENO:08272154870
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=videoconferencia,
OU=39514822000126, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=ARCERTISA, OU=
RFB e-CPF A1, CN=PAULO DONIZETE
DAMASCENO:08272154870
Razão: Eu estou aprovando este documento
Localização:
Data: 2022.10.05 17:06:40-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.1

CONTRATANTE

CONTRATADA



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Administração e Planejamento da Polícia Civil – DAP
Divisão de Suprimentos – DS

TESTEMUNHAS:

Diego Kuwahara de Souza
RG. 30.010.770-5/SP
CPF: 340.749.278-29

Reinaldo Quattrocchi Júnior
RG: 44.997.560-5
CPF: 354.750.228-44

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONTRATO Nº/2021

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E KERP SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO E TRANSMISSÃO DE CÂMERAS.

Data:../. ./2021

Prazo: 12 (doze) meses.

Valor: R\$ 11.000,00

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 198/SS/2021

Dotações Orçamentárias: 60.10.3.3.90.39.10.301.0006.2.002.01.301000 (Próprio/ Tesouro).

Processo Interno: 76322/2021

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, com sede à Rua José de Alencar nº 123, Vila Santa Luzia, inscrito no CNPJ sob o nº 46.643.466/0001-06, Inscrição Estadual nº isento, através da Ilma. Secretária de Saúde, Margarete Carlos da Silva Correia, adiante designado simplesmente CONTRATANTE, e Kerp Soluções em Tecnologia EIRELI, com sede à Rua São Mauricio, nº 65, sala 42, Km18, na cidade de Osasco - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 26.727.779/0001-35, Inscrição Estadual nº 120131574111, Inscrição municipal 139431, representada por seu sócio proprietário, o Sr. Paulo Donizete Damasceno, brasileiro, casado, portador do CPF nº 082.721.548-70 e do RG. nº 16.599.991-3 SSP/SP, residente e domiciliado à Estrada do Copiuva, nº 1390, apartamento 97, Bloco B, Copiuva, na cidade de Carapicuíba - SP, adiante designada simplesmente CONTRATADA, ajustam o que se segue:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1. A CONTRATADA obriga-se à execução dos SERVIÇOS, conforme discriminado no **ANEXO ÚNICO** deste contrato.
- 2.

CLÁUSULA 2ª - DOS VALORES

1. O valor total do contrato é de R\$ 11.000,00(Onze mil reais), considerando o **ANEXO ÚNICO** deste contrato.

CLAUSULA 3a - DOS RECURSOS FINANCEIROS

1. As despesas decorrentes da execução deste contrato será atendida pela dotação orçamentária nº 60.10.3.3.90.39.10.301.0006.2.002.01.301000 (Próprio / Tesouro) constante do exercício de 2021 e subsequente.

CLÁUSULA 4ª - DA EXECUÇÃO

1. A CONTRATADA deverá executar os SERVIÇOS, objeto deste contrato, por sua conta e risco, nas condições ofertadas, mediante Autorização de Fornecimento (AF), por escrito, da CONTRATANTE.
2. Os serviços deverão ser executados como definidos no **ANEXO ÚNICO** deste contrato.

CLÁUSULA 5a - DOS REAJUSTES

1. Não haverá reajuste de qualquer natureza e os preços não serão objeto de atualização financeira por via de aplicação de qualquer índice de correção em cumprimento à legislação aplicável a matéria, ressalvado o disposto no item 12.6 deste contrato.

CLÁUSULA 6a - DOS PAGAMENTOS

1. Os pagamentos devidos serão feitos em 15 (quinze) dias corridos, após cada recebimento definitivo dos serviços e respectiva nota fiscal/fatura, devidamente assinada pelo setor requisitante.
1. Os pagamentos deverão ocorrer através de crédito em conta corrente, devendo a Contratada indicar o banco para recebimento, preferencialmente um dos seguintes bancos: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.
1. O pagamento fora do prazo estabelecido sujeitará o Município à multa de 1% (um por cento) em favor da CONTRATADA, além de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês.
2. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS, FGTS e ao CNDT ou outro, apresentado em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com validade expirada o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

CLÁUSULA 7a - DA RESCISÃO

1. Independentemente de interpelação judicial, o contrato será rescindido nas hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA 8a - DO PRAZO

1. Este contrato será celebrado pelo prazo de 12 (doze) meses, com início da execução após o recebimento da Autorização de Fornecimento pela Contratada. Podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas na Lei 8666/93.

CLÁUSULA 9a - DO RECEBIMENTO

1. O objeto será recebido em conformidade com o **ANEXO ÚNICO** deste instrumento.
1. Definitivamente, após a verificação da qualidade do serviço executado, e consequente

aceitação.

9.2. Na Nota Fiscal não será aceito preço divergente do constante na Autorização de Fornecimento e proposta vencedora.

1. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade dos serviços prestados.

CLÁUSULA 10ª - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. O atraso na execução do serviço contratado, segundo definido no presente contrato e na Autorização de Fornecimento (AF) expedida pelo Departamento de Recursos Materiais, sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,5% (meio por cento), do valor total do item ou dos itens em atraso, por dia.
2. Pela execução do serviço em desacordo com o especificado, a CONTRATADA será notificada a apresentar defesa prévia para efeitos de aplicação da penalidade definida no subitem abaixo, ou sanar as irregularidades no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas (este prazo poderá ser reduzido ou ampliado a critério do Município).

1. Decorrido o prazo da defesa prévia, o Município poderá aplicar multa diária de 1% (um por cento) do valor total do contrato, enquanto persistir a irregularidade, até o prazo de 30 (trinta) dias.

1. As multas dos itens 10.1., 10.2 e subitens não impedem que a CONTRATANTE

rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no Edital e na Lei.

1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa e observado o disposto no item 10.6 deste instrumento, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

10.4.1. Advertência;

1 0.4.2. Multa de 30% (trinta por cento) pela inexecução total, calculada sobre o valor total do item contratado;

1 0.4.3. Multa de 10% (dez por cento) pela inexecução parcial, calculada sobre o valor do total do item contratado;

1 0.4.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 05 (cinco) anos; e

1 0.4.5. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, lance ou oferta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.4.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo

da sanção.

1. Os prazos para defesa prévia serão de 05 (cinco) dias úteis, na hipótese de advertência, multa ou impedimento de contratar com o Município, e de 10 (dez) dias na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
2. As penalidades aqui previstas são autônomas e suas aplicações, que poderão ser

cumulativas, serão regidas pelo art. 12, conforme aplicável, do Decreto Municipal nº 11.755/05 e subsidiariamente nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

1. O valor das multas aplicadas será recolhido aos cofres do Município de São José dos Campos, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua notificação, mediante guia de recolhimento oficial.

CLÁUSULA 11ª - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

1. É obrigação da CONTRATADA demonstrar, à Secretaria da Fazenda da CONTRATANTE, durante todos os meses de duração do contrato, que mantém as mesmas condições de habilitação, principalmente quanto a encargos previdenciários, que demonstrou na fase de habilitação da licitação.
2. Caberá à CONTRATANTE, exigir a demonstração, mês a mês, da situação regular junto ao INSS, com relação ao FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

(CNDT).

CLÁUSULA 12a - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A CONTRATADA se obriga à execução integral dos serviços, objeto deste contrato, pelo preço e nas condições oferecidas, não lhe cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta, seja por erro seja por omissão.
2. Não será permitida a execução dos serviços contratados sem que o órgão competente do Município de São José dos Campos emita, previamente, a respectiva Autorização de Fornecimento (AF).
3. Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA quaisquer tributos, taxas ou preços públicos porventura devidos, em decorrência deste contrato.
4. É vedada a subcontratação total do objeto deste contrato, sendo admitida, no entanto, a subcontratação parcial desde que aprovada por escrito pelo Município.
5. Para os casos omissos, bem como as dúvidas surgidas na execução do presente contrato, prevalecerão as condições e exigências do Edital que fica fazendo parte integrante deste instrumento.
6. Será admitida a celebração de termo aditivo entre as partes contratantes sempre que juridicamente exigido ou cabível, com o objetivo de se proceder às adequações que se fizerem necessárias, nos termos da legislação aplicável a matéria.
7. A CONTRATADA é, exclusivamente, responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.
8. A CONTRATADA é, exclusivamente, responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, seja por atos seus, de seus empregados ou prepostos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

9. Para todas as questões suscitadas na execução deste contrato, não resolvidas administrativamente, o foro será o da Comarca de São José dos Campos, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São José dos Campos,

P S J C
DIVISÃO DE
FORMALIZAÇÃO E ATOS

Data da Formalização do Contrato



SERGIO SOBRAL DE OLIVEIRA NETO
SECRETÁRIO(A) ADJUNTO(A)



Documento assinado eletronicamente por **PAULO DONIZETE DAMASCENO**, CPF **082.721.548-70**, RG **16599991-3**, Cargo Proprietario, data de nascimento 06/10/66, Endereco QUINZE DE NOVENBRO,208 EUGNIO DE MELLO - So Jos dos Campos Telefone institucional: 1138313635 E-mail institucional: licitacoes@kerp.com.br, empresa KERP SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI - 26.727.779/0001-35, em 02/09/2021, s 15:58, conforme o Decreto 17.620/2017.

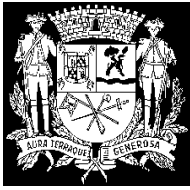
TESTEMUNHAS:



RENATA LUIZA SILVA DE OLIVEIRA
CHEFE DE CONTRATOS
Matricula: 508178



ANA PAULA DO NASCIMENTO ALEIXO CORREA
CHEFE DE CONTRATOS
Matricula: 527520

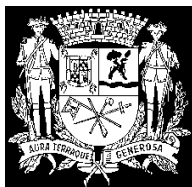


**Prefeitura de São José dos Campos
Secretaria de Saúde
Divisão de Compras e Licitações da Saúde**

NOTIFICAÇÃO

**LICITANTES E EVENTUAIS INTERESSADAS ADQUIRENTES DO
PRESENTE EDITAL DISPONIBILIZADO VIA “INTERNET”**

**FICAM EXPRESSAMENTE NOTIFICADAS DE QUE NA HIPÓTESE DE SE
VERIFICAR QUALQUER DIVERGÊNCIA ENTRE OS TERMOS DESTES
EDITAIS, OBTIDOS VIA PROCESSO INFORMATIZADO, E OS DAQUELES
CONSTANTES FISICAMENTE DO RESPECTIVO PROCESSO, RELATIVO
À LICITAÇÃO, OS DESTES DEVERÃO PREVALECER, FICANDO
A PSJC, DESDE LOGO, ISENTA DE QUALQUER RESPONSABILIDADE
DECORRENTE OU DE QUALQUER OUTRA FORMA RELACIONADA COM
TAIS DIVERGÊNCIAS.**



Prefeitura de São José dos Campos
Secretaria de Saúde
Divisão de Compras e Licitações da Saúde

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 198/SS/2021

A Prefeitura de São José dos Campos vem tornar público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 198/SS/2021**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO E TRANSMISSÃO DE CÂMERAS**, pelo tipo menor preço, nos termos das Leis nºs 8.666/1993 e 10.520/2002, dos Decretos Federais nºs 3.555/2000 e 10.024/2019 Lei Complementar 123/2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147/2014 e demais normas pertinentes.

O Pregão ocorrerá em sessão pública exclusivamente em ambiente eletrônico, na Internet, no endereço eletrônico: <http://www.licitacoes-e.com.br>, mediante recursos de criptografia e de autenticação que assegurem condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame.

Recebimento das propostas

As propostas serão recebidas até às 08h30 do dia 04 de agosto de 2021 exclusivamente através do sistema eletrônico conforme endereço acima.

Abertura das propostas:

As propostas serão abertas às 08h30 do dia 04 de agosto de 2021.

Início da disputa de preços:

A sessão eletrônica iniciar-se-á às 09h do dia 04 de agosto de 2021.

Todas as referências de tempo do edital e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília-DF.

1 - OBJETO

1.1. A presente licitação visa à escolha da melhor proposta para a **contratação de empresa especializada para locação, manutenção e transmissão de câmeras, conforme discriminado nos ANEXOS I e II.**

1.2. O critério de julgamento das propostas desta licitação é o **menor preço global por lote.**

2 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado, observadas as condições deste Edital.

2.2. Os interessados deverão, além de atender às demais exigências constantes neste edital e em seus anexos, estar devidamente credenciados e de posse de sua senha pessoal e intransferível, obtida após os procedimentos descritos no item 3 deste edital.

2.3. . Não poderão participar os interessados que se encontrem com falência decretada, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem empresas que estejam declaradas inidôneas ou aquelas que estejam sob os efeitos de suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de São José dos Campos.

2.3.1 Fica autorizada a participação de empresas que se encontrem em recuperação judicial mediante a apresentação do plano de recuperação já homologado e em vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira.

2.4. É vedada a participação de empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico, de fato ou de direito, assim entendidas aquelas que possuam identidade de sócios, dirigentes, membros de conselho ou responsáveis técnicos, conforme o caso, ficando os infratores sujeitos à inabilitação, desclassificação ou revogação de eventual adjudicação, bem como às penalidades previstas no art. 90 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções civis e penais cabíveis.

2.5. Os interessados deverão participar do certame através da mesma pessoa jurídica que virá a executar o contrato, ou seja, caso participe como matriz deverá apresentar toda a documentação em nome da matriz, caso participe como filial deverá fazê-lo em nome da filial. Fica vedada a execução do contrato por pessoa jurídica diversa daquelas originalmente participantes do certame.

3 - CREDENCIAMENTO PRÉVIO DOS LICITANTES

3.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, ambas intransferíveis, que deverão ser obtidas após credenciamento junto às agências do Banco do Brasil S/A, sediadas no país, independentemente de serem, ou não, correntistas.

3.2. O envio da proposta, ACOMPANHADA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO exigidos neste Edital em seu **item 10.3**, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

3.2.1. A chave de identificação e a senha respectiva poderão ter validade de até 01 (um) ano e serão utilizadas em qualquer procedimento de compras eletrônicas efetuados pela Municipalidade, através do sistema do Banco do Brasil, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descredenciamento pelo órgão promotor da licitação.

3.2.2. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como o seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao órgão promotor da licitação qualquer tipo de responsabilidade por eventuais danos decorrentes de seu uso indevido, ainda que tenha sido efetuado por terceiros.

3.3. A pessoa jurídica ou empresário individual deverá credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma

reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema.

3.4. Para o credenciamento, os interessados deverão dirigir-se a quaisquer agências do Banco do Brasil S.A, sediadas no País, para que façam sua adesão ao sistema de pregão eletrônico licitacoes-e.

3.4.1. Para o **licitante correntista do Banco**, é necessário:

3.4.1.1. Dirigir-se à sua agência de relacionamento e solicitar seu registro no sistema;

3.4.1.2. Firmar Termo de Adesão ao Regulamento;

3.4.1.3. Nomear representante(s) (pessoa física), que será(ão) registrado(s) no sistema e reconhecido(s) como legítimo(s) para realizar(em) negócios em seu nome e sob sua responsabilidade (Termo de Nomeação de Representante).

3.4.1.3.1. Nos casos em que ele(s) não seja(m) correntista(s) do Banco, deverá(ão) fornecer cópia e original da identidade, do CPF e comprovante de residência.

3.4.2. Para o **licitante não correntista do Banco**, é necessário:

3.4.2.1. Dirigir-se a qualquer agência do Banco e solicitar seu registro no sistema;

3.4.2.2. Fornecer original e cópia do Contrato Social, do CNPJ e dos documentos pessoais dos sócios;

3.4.2.3. Firmar Termo de Adesão ao Regulamento;

3.4.2.4. Nomear representante(s) (pessoa física), que será(ão) registrado(s) no sistema e reconhecido(s) como legítimo(s) para realizar(em) negócios em seu nome e sob sua responsabilidade (Termo de Nomeação de Representante).

3.4.2.4.1. Nos casos em que ele(s) não seja(m) correntista(s) do Banco, deverá(ão) fornecer cópia e original da identidade, do CPF e comprovante de residência.

3.5. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, quais sejam, formular ofertas e lances eletrônicos, negociar preços, interpor recurso, renunciar ao direito de interpor recurso, enfim, para praticar em nome do licitante todos os atos pertinentes a este pregão.

3.6. Para participação no pregão eletrônico o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

3.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas em lei.

3.8. Para maiores informações sobre a utilização do sistema eletrônico, os interessados podem obter a “Cartilha para Fornecedores” no site <http://www.licitacoes-e.com.br>, clicando em “Introdução às Regras do Jogo”, ou entrar em contato com o suporte técnico do Banco do Brasil através dos telefones: 3003-0500 (para Capitais e Regiões Metropolitanas) ou 0800-7290500 (para demais localidades).

4 - RECURSOS FINANCEIROS

4.1. A despesa desta licitação será atendida pela dotação orçamentária constante do exercício de 2021 e exercício subsequente, conforme segue: 60.10.3.3.90.39.10.301.0006.2.002.01.301000 (Próprio / Tesouro).

5 - INSTRUÇÕES PARA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1. O edital da presente licitação deverá ser adquirido pelo interessado pela Internet, diretamente nos seguintes endereços eletrônicos: <http://www.licitacoes-e.com.br> ou www.sjc.sp.gov.br (onde haverá o direcionamento à respectiva página para *download*).

5.2. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos e/ou impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

5.2.1. A Secretaria de Saúde de São José dos Campos responderá aos pedidos de esclarecimentos e decidirá sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

5.3. A solicitação de esclarecimentos e a apresentação de impugnação contra o presente edital deverão ser enviadas através do e-mail daapregaoeletronico@sjc.sp.gov.br.

5.3.1. As respostas serão divulgadas nos sites <http://www.licitacoes-e.com.br> e www.sjc.sp.gov.br, cabendo aos licitantes a obrigação de checar o mesmo antes de apresentarem suas propostas.

5.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida nova data para a realização do certame, com comunicação aos licitantes através de publicação nos mesmos termos verificados no edital, exceto se tal acolhimento não ensejar alteração ou prejuízo à formação das propostas.

5.5. Em caso de não solicitação pelas proponentes de esclarecimentos e informações ou de impugnação ao edital, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos.

6 – ENVIO DE PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA

6.1. O envio de proposta de preços para participação no Pregão Eletrônico dar-se-á exclusivamente por meio eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital em seu item 10.3, proposta com a descrição do objeto

ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.1.1. Em hipótese alguma serão aceitas propostas enviadas por outra forma que não seja a eletrônica.

6.1.2. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.1.3. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.2. O encaminhamento da proposta pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital e em seus anexos. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.3. Na proposta formulada e ofertada deverá estar exposto:

a) O valor total de cada lote, em real (R\$), **com no máximo 2 (duas) casas decimais;**

6.3.1. No preço proposto deverão também estar contemplados todos os custos diretos e indiretos por ventura decorrentes ou de qualquer outra forma relacionados com o objeto da presente licitação, tais como: impostos, taxas, fretes, materiais, equipamentos, ferramentas, mão-de-obra, encargos, etc.

6.4. No ato do cadastramento da proposta eletrônica no sistema, o licitante deverá declarar em campo próprio o tipo de enquadramento de porte de sua empresa (Micro Empresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP, Cooperativa - COOP, ou Outras Empresas - OE).

6.5. Após a abertura do pregão não será admitido o cancelamento de eventual proposta enviada.

6.6. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7 – ABERTURA DA SESSÃO E DAS PROPOSTAS

7.1. No dia e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital será realizada a abertura das propostas, passando o Pregoeiro administrativamente designado a avaliar a sua aceitabilidade, sempre de acordo com o teor deste edital e de seus anexos, bem como dos diplomas legais antes mencionados.

7.2. Serão desclassificadas as propostas:

- a) Que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;
- b) Que estiverem em desacordo com o **ANEXO I**;
- c) Que ofereçam preços ou vantagens baseados nas ofertas dos demais licitantes;
- d) Com oferta de preços em patamares manifestamente inexequíveis;
- e) Que identifiquem o licitante.

8 - ETAPA COMPETITIVA

8.1. Será adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico o MODO DE DISPUTA “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações automáticas, consoante dispõe o Decreto Federal nº 10.024/2019.

8.2. A abertura da etapa competitiva dar-se-á em sessão pública, pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

8.2.1. Para ter acesso à etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

8.2.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.3.1. Na classificação das propostas será levado em conta o **menor preço global proposto por lote**, devendo ser respeitados os preços máximos unitários constantes no **Anexo I**.

8.4. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.4.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.4.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida no **item 8.4** e **subitem 8.4.1**, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.5. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, em até 10 (dez) minutos, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.6. Durante a sessão pública, os licitantes poderão acompanhar, em tempo real, todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, conhecer valor e horário do menor lance registrado, não sendo identificado, entretanto, o detentor de cada lance.

8.7. É vedado aos licitantes estabelecer comunicações entre si através de “chat” do sistema, em qualquer fase da licitação, podendo o Pregoeiro, justificadamente, proceder à desclassificação das propostas dos licitantes que assim procederem.

8.8. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos.

8.8.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.8.2. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.9. Quando houver um único licitante ou uma única proposta válida, caberá ao Pregoeiro verificar a aceitabilidade do preço ofertado.

8.9.1. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.10. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

8.11. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

8.11.1. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro **DEVERÁ** encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.12.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.12.2. Havendo contraproposta aceita, o **pregoeiro detalhará seu valor no sistema.**

8.13. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até **2 (duas)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, **através dos e-mails: daapregaoeletronico@sjc.sp.gov.br**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.13.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, a sessão pública somente poderá

ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.14. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9 – DO ENCAMINHAMENTO E JULGAMENTO DA PROPOSTA PRIMEIRA CLASSIFICADA

9.1. Encerrada a fase de recebimento de lances, avaliada a aceitabilidade do preço do primeiro classificado, decidido motivadamente a respeito, passa-se para a verificação da perfeita consonância da proposta com as especificações e condições do edital, nos termos que seguem:

9.1.1. Proposta, formulada em papel timbrado do licitante, estando rubricada e a última folha assinada por representante legal da empresa, devendo consignar:

- a) Valor unitário e global dos lotes propostos expressos em reais (R\$), com no máximo 2 (duas) casas decimais após a vírgula, marca e demais especificações;
- b) **Prazo de validade da proposta, com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias corridos a** contar da data da sessão pública do Pregão; e
- c) Prazo de fornecimento e condições de pagamento.

9.2. No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

9.2.1. O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, devendo o licitante atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

9.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de até 2 (duas) horas, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

9.3.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.4. O Pregoeiro poderá utilizar-se de auxílio da área técnica requisitante para, baseado em parecer técnico motivado e conclusivo, julgar a proposta no que diz respeito às especificações técnicas e aos parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e às demais condições definidas no edital.

9.5. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão eletrônico constarão de ata divulgada

no respectivo sistema, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas nas legislações pertinentes.

9.6. Após a verificação da conformidade da proposta com os termos do edital, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da habilitação.

10 - HABILITAÇÃO

10.1. O licitante detentor da melhor oferta deverá comprovar os documentos relacionados no item 10.3, conforme estabelecido no item 3.2.

10.1.1. No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

10.1.2. O Pregoeiro, na fase de habilitação, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

10.1.2.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, com no mínimo vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência registrada em ata.

10.2. Ressalvado o disposto no **item 3.2**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

10.3. Os documentos exigidos para habilitação são:

10.3.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

10.3.2. Ato constitutivo, estatuto ou **contrato social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, a licitante deverá apresentar também documento de eleição dos seus administradores.

10.3.3. Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil.

10.3.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país.

10.3.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

10.3.6. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do contrato.

10.3.6.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da

filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.3.7. Prova de Regularidade, através de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, perante as Fazendas:

10.3.7.1. Nacional através de certidão conjunta emitida pela RFB e PGFN, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

10.3.7.2. Municipal (no mínimo, no que se refere a tributos mobiliários), do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

Obs.: As certidões referidas nos subitens 10.3.7.1 e 10.3.7.2 deverão ser emitidas em nome da licitante.

10.3.8. Prova de regularidade para com o **FGTS**, através de Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), demonstrando situação regular quanto aos recolhimentos.

10.3.9. Prova de regularidade relativa à Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.

10.3.10. Comprovação de aptidão para desempenho da atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos o objeto desta Licitação (no mínimo um atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a aptidão do licitante).

10.3.11. Certidão negativa de recuperação judicial, extrajudicial, falência e concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

10.3.11.1. Plano de recuperação já homologado e em vigor apto a comprovar a viabilidade econômico-financeira do licitante que se encontre em recuperação judicial.

10.3.12. Declaração, expressa e sob as penas da lei (ANEXO II), de que:

- a) A empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública, direta e indireta;
- b) Não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera;
- c) Não existe fato impeditivo à habilitação da empresa;
- d) A empresa não possui em seu quadro de pessoal menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- e) A empresa está em dia com todas as determinações trabalhistas e demais legislações aplicáveis.

f) A empresa está ciente de que não poderá, na constância da relação contratual que venha a firmar com a Prefeitura, vir a contratar empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, de quaisquer pessoas ocupantes dos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e de Vereadores.

10.3.13. A apresentação do Certificado de Registro Cadastral da Prefeitura de São José dos Campos em nome do licitante, em atividade compatível com objeto da presente licitação, substituirá os documentos relacionados nos itens **10.3.1. a 10.3.8 e 10.3.11.**, desde que atestadas as validades destes mesmos documentos no certificado antes referido.

10.3.14. Os documentos solicitados para participação nesta licitação quando não encaminhados em seus originais poderão ser validamente apresentados, por meio de publicação realizada em órgão da imprensa oficial ou por **cópia previamente autenticada** nos termos do art. 32 da Lei Federal nº 8.666/93, ou, ainda, por cópia simples quando a confirmação do seu teor puder ser feita pela Administração junto aos órgãos públicos emitentes, via “internet”.

10.3.14.1. Não serão aceitos protocolos e nem documentos com prazos de validade vencidos. No caso das certidões, quando não consignar o prazo de validade, serão consideradas válidas as expedidas com data não superior a 120 (cento e vinte) dias anteriores à data limite para o recebimento das propostas da presente licitação.

10.3.14.2. Ao documento que devido a sua natureza seja exigida a condição de inscrição regular, ativa, ou outra, como prova de eficácia e da sua existência de fato e de direito, não se aplica prazo de validade.

10.3.15. O licitante ME/EPP deverá apresentar ainda **termo específico firmado por representante legal, declarando ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e deverá conter expressamente que não existem ocorrências pendentes que possam conduzi-lo ao seu desenquadramento dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, conforme modelo – ANEXO VI.**

10.3.15.1 Para usufruir do tratamento diferenciado e favorecido as **ME e EPP** deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente restrição, sendo-lhes assegurado prazo para regularização conforme previsão contida no artigo 43 da LC nº 123/06.

10.3.15.2. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, **na ordem de classificação.**

10.3.16. A contratada deverá demonstrar junto à Secretaria da Fazenda do Município de São José dos Campos, obrigatoriamente que mantém as mesmas condições de habilitação, principalmente quanto aos encargos previdenciários constantes nos itens 10.3.6.1. e 10.3.7., e trabalhistas, item 10.3.8., durante toda a execução do contrato até a sua total liberação.

10.3.17. Considerando a Instrução Normativa RFB Nº 1863 de 27/12/2018, a regularidade dos licitantes relativamente ao CNPJ, como condição de sua habilitação, será confirmada pela Administração nos termos da resolução antes mencionada.

10.3.18. O licitante poderá apresentar documentos referentes à matriz (sede) ou filial (domicílio) da empresa, desde que apresente os documentos correspondentes ao estabelecimento que pretende contratar, sendo vedada a mesclagem de documentos de estabelecimentos diversos, exceto os **documentos válidos para matriz e filial**.

10.3.19. Todas as declarações emitidas deverão estar devidamente assinadas pelo representante legal do licitante.

10.3.20. Os licitantes que não apresentarem os documentos exigidos neste edital ou que os apresentarem incompletos, incorretos ou com a validade expirada, serão considerados inabilitados.

11 - INSTRUÇÕES E NORMAS PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante, inclusive aquele desclassificado na fase de abertura de propostas, poderá, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas corridas**, em campo próprio do sistema, de forma motivada, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de memoriais, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. A síntese de suas razões terá registro em ata.

11.2. A apresentação de razões e contrarrazões de recurso, poderá ser enviada através dos e-mail daapregaoeletronico@sjc.sp.gov.br ou protocolada diretamente na Divisão de Compras e Licitações da Saúde, situada na rua Óbidos nº 140 – Parque Industrial – São José dos Campos - SP, no horário compreendido entre 08h15min e 17h.

11.3. A falta de manifestação motivada do licitante, nos termos do item 11.1, importará a decadência do direito de recorrer, liberando assim a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao licitante declarado vencedor.

11.4. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado, à autoridade competente.

11.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

11.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata, na qual os participantes serão identificados, sendo que essa ata estará disponível no site: <http://www.licitacoes-e.com.br>.

11.8. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados na Divisão de Compras e Licitações da Saúde, situada na rua Óbidos nº 140 – Parque Industrial – São José dos Campos - SP, no horário compreendido entre 08h15min e 17h.

12 – ADJUDICAÇÃO / HOMOLOGAÇÃO

12.1. O julgamento e aprovação das propostas, bem como a adjudicação do objeto licitado a vencedora serão feitos pelo Pregoeiro, cabendo a Secretária de Saúde a homologação de todo o processado.

12.2. Caso haja recurso(s) após decisão do(s) mesmo(s) e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

12.3. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para firmar a contratação, conforme condições definidas neste Edital.

13 - DA ASSINATURA DO CONTRATO

13.1. Os licitantes classificadas nos termos da presente licitação serão convocadas para, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de convocação a assinar o contrato **(ANEXO IV)**. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, desde que solicitado por escrito pela adjudicatária durante seu transcurso e que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

13.2. É facultado ao Município, quando a convocada não apresentar situação regular no ato de assinatura do termo de compromisso ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidas ou, ainda, quando a PSJC rescindir o Contrato por inadimplência, aplicar a penalidade de multa de até 30% sobre o valor do(s) item(ns) adjudicado(s), convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação, ou revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, independentemente da cominação prevista no art. 49 do Decreto 10.024/2019.

13.2.1. Nesta etapa o Pregoeiro poderá solicitar o licitante remanescente a concessão de desconto em sua proposta.

13.3. O contrato implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas neste edital, após cumpridos os requisitos de publicidade.

13.4. O Contrato poderá ser modificado através de Termo Aditivo, no que couber, em razão de eventuais alterações na legislação federal que regulamenta a matéria.

13.5. Como condição para celebração do Contrato, e durante a execução do mesmo, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas no Edital.

13.5.1. A licitante vencedora também deverá observar aos requisitos do Anexo IB.

13.6. Quando a proponente vencedora não apresentar situação regular no ato da assinatura do Contrato ou não assiná-lo no prazo estabelecido no item 13.1. acima, será convocado outra licitante, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observada a ordem de classificação nos termos do item 9.5 deste Edital.

14 - DA EXECUÇÃO

14.1. A licitante vencedora deverá executar os serviços, objeto desta licitação, por sua conta e risco, nas condições ofertadas, mediante Autorização de Fornecimento, por escrito, emitida pelo órgão competente do Município de São José dos Campos.

15 - DOS REAJUSTES

15.1. As propostas de preços dos licitantes não estarão sujeitas a reajuste de qualquer natureza e os preços não serão objeto de atualização financeira por via de aplicação de qualquer índice de correção em cumprimento à legislação aplicável à matéria.

15.2. O disposto no item 15.1. não impedirá a redução do preço registrado aos valores de mercado.

16 - DOS PAGAMENTOS

16.1. Os pagamentos devidos serão feitos em até 15 (Quinze) dias corridos, após o recebimento definitivo dos materiais e respectiva nota fiscal/fatura devidamente assinada pela Secretaria requisitante.

16.1.1. Nas hipóteses em que seja obrigatória a emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), conforme previsto na Portaria CAT-162, de 29/12/2008, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, a mesma deverá ser encaminhada para o e-mail constante do **ANEXO I** do presente edital.

16.1.2. Os pagamentos deverão ocorrer através de crédito em conta corrente, devendo a contratada indicar o banco para recebimento, preferencialmente um dos seguintes bancos: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

16.2. O pagamento fora do prazo estabelecido sujeitará ao Município à multa de 1% (um por cento) em favor da contratada, além dos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês.

16.3. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS, ao FGTS e ao CNDT ou outro apresentado em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com validade expirada o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

17 - DA RESCISÃO

17.1. Independentemente de interpelação judicial, a Autorização de Fornecimento poderá ser rescindida nas hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666/93.

18 - DO PRAZO

18.1. O Contrato a que se refere o item 13 retro será celebrado pelo prazo de 12 (doze) meses, com início de sua execução, a partir do recebimento, pela Contratada, da Autorização de Fornecimento. Podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas na Lei 8666/93.

19 - DO RECEBIMENTO

19.1. O objeto será recebido em conformidade com o ANEXOS I e IA do Edital do Pregão Presencial.

19.1.1. Definitivamente, após a verificação da qualidade do serviço executado, e consequente aceitação.

19.2. Na Nota Fiscal não será aceito preço divergente do constante na Autorização de Fornecimento e proposta vencedora.

19.3. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade dos serviços prestados.

20 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades estabelecidas no item 20.5. deste Edital.

20.2. O atraso na execução do serviço licitado, segundo definido na Autorização de Fornecimento expedida pelo órgão licitador, sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,5 % (meio por cento) do valor total do item ou dos itens em atraso, por dia.

20.3. Pela execução do serviço em desacordo com o especificado, a CONTRATADA será notificada a apresentar defesa prévia para efeitos de aplicação da penalidade definida no subitem abaixo, ou sanar as irregularidades no prazo de 24 (vinte e quatro) horas (este prazo poderá ser reduzido ou ampliado a critério do Município).

20.3.1. Decorrido o prazo da defesa prévia, o Município poderá aplicar multa diária de 1 % (um por cento) do valor total do lote em desacordo enquanto persistir a irregularidade, até o prazo de 30 (trinta) dias, quando se caracterizará a inexecução total do contrato.

20.4. A aplicação das penalidades previstas nos itens 22.1. e 22.2.1. deste Edital serão sempre precedidas da possibilidade de apresentação de prévia defesa pelo compromissário fornecedor e não impedem a rescisão do compromisso de fornecimento pela ocorrência de quaisquer dos motivos tipificados no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como a aplicação de outras sanções admitidas em lei.

20.5. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa e observado o disposto no item 20.9. deste Edital, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa, na forma especificada no item 22.6 deste Edital;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 12 do Decreto Municipal nº 11.755/05;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção.

20.6. A multa prevista no item 20.5., letra "b", será de:

a) Multa de 30% (trinta por cento) pela inexecução total calculada sobre o valor integral de cada lote contratado;

b) Multa de 10% (dez por cento) pela inexecução parcial calculada sobre o valor integral de cada lote contratado em atraso;

20.7. O licitante que deixar de apresentar a documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, lance ou oferta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.8. Será garantido ao compromissário fornecedor o direito de apresentação de prévia defesa, nas hipóteses em que se tiver por cabível a aplicação das penalidades previstas no item 20.4 deste Edital, respeitados os seguintes prazos:

a) 05 (cinco) dias úteis nos casos das sanções previstas nas letras "a", "b" e "c" do item 20.5 e 20.7;

b) 10 (dez) dias úteis no caso da sanção prevista na letra "d" do item 20.5.

20.9. A pena de multa aplicada por quaisquer dos motivos especificados no presente Edital poderá ser aplicada cumulativamente às sanções previstas nas letras "a", "c" e "d" do item 20.5.

20.10. As penalidades previstas são autônomas e poderão ser cumuladas com a multa. Suas aplicações serão regidas pelo art. 49 do Decreto nº 10.024/2019 e pela Lei Federal nº 8.666/93, conforme aplicável.

20.11. O valor das multas aplicadas será recolhido aos cofres do Município de São José dos Campos, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua notificação, mediante guia de recolhimento oficial.

21 - DOS ANEXOS

21.1. Fazem parte integrante e indissociável deste Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes ANEXOS:

ANEXO I - Descrição do objeto;

- ANEXO IA** – Termo de referência;
- ANEXO IB** – Observações para a Assinatura do Contrato;
- ANEXO II** - Termo de declaração;
- ANEXO III** - Quadro resumo;
- ANEXO IV** - Minuta de Contrato;
- ANEXO V** - Termo de ciência e de notificação;
- ANEXO VI** - Proposta comercial;
- ANEXO VII** - Modelo de Declaração de ME/EPP.

22 - DA PUBLICIDADE

22.1. O edital será publicado no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local e, facultativamente, por meios eletrônicos, em jornal de grande circulação no âmbito estadual e/ou nacional.

22.2. A interposição de eventuais recursos e seus julgamentos e a homologação serão publicados no Diário Oficial do Estado e, facultativamente, por meios eletrônicos.

23 - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

23.1 As operações de tratamento de dados pessoais realizadas no âmbito deste Edital ocorrerão de acordo com a legislação brasileira sobre proteção de dados pessoais vigente e aplicável e com o disposto neste EDITAL.

a. Para fins do Edital, os termos “Dados Pessoais”, “Dados Pessoais Sensíveis”, “Tratamento de Dados Pessoais”, “Titular de Dados Pessoais”, “Controlador de Dados Pessoais”, “Operador de Dados Pessoais” e “Eliminação” serão definidos de acordo com o significado atribuído pela Lei n.º 13.709/2018, a

b. Os deveres de proteção de dados pessoais perdurarão enquanto os dados pessoais ainda estiverem disponíveis às partes, continuando válidas mesmo após o término da vigência do Contrato.

23.2 Para fins da legislação aplicável e do presente EDITAL, o regime adotado será de controle compartilhado dos dados entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, conforme as definições estabelecidas na LGPD.

a. Para fins da legislação aplicável e do presente EDITAL, a CONTRATANTE será considerada Controladora dos dados conforme as definições estabelecidas na LGPD.

23.3 A finalidade dos tratamentos de dados pessoais a serem realizados em decorrência do presente EDITAL, juntamente com o detalhamento de quais dados são utilizados serão indicados de forma sistematizada.

a. Caso outras finalidades venham a ser incluídas no âmbito da execução do Contrato ou outros dados pessoais passem a ser necessários para atingir as finalidades, os titulares serão previamente informados e será firmado termo aditivo ao Contrato.

23.4 A CONTRATADA garante que, em relação aos dados pessoais que tratar em decorrência do Contrato:

a Já passou pelo processo de conformidade regulatória para adequação à legislação aplicável de proteção de dados pessoais.

a.1 Os colaboradores, consultores, prestadores de serviços, e/ou qualquer pessoa, vinculados à CONTRATADA, no exercício das suas funções, que terão acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos Dados Pessoais para fins de cumprimento do EDITAL, encontram-se obrigados a deveres de sigilo, quando cabível, responsabilizando-se pela conformidade em relação à legislação aplicável.

b Tratará os dados pessoais apenas e estritamente para as finalidades informadas aos titulares de dados e descritas no presente EDITAL;

b.1 Não alterará qualquer finalidade do tratamento de dados pessoais sem antes informar aos titulares de dados pessoais;

b.2 Na hipótese em que tratar dados para o envio de anúncios e propagandas de seus serviços, obterá consentimento prévio, nos termos do art. 7º, I e 11, I da Lei nº 13.709/2018.

c. Deverá informar aos titulares de dados, de maneira clara e acessível, sobre as finalidades e condições das atividades de Tratamento realizadas com base neste EDITAL, de forma a cumprir com as obrigações previstas na legislação aplicável;

d. A CONTRATADA deverá atender aos direitos dos titulares dos Dados Pessoais quando solicitado, incluindo pedidos de acesso, correção, objeção, exclusão e portabilidade de dados, em consonância com a legislação aplicável

d.1 A CONTRATADA se obriga nos termos do art. 18, caput, da Lei n.º 13.709/2018, a satisfazer os direitos dos titulares previstos na LGPD daqueles usuários que constem em suas bases de dados, respondendo por qualquer Passivo de Dados Pessoais decorrente da violação dessas obrigações.

e. Tomará as medidas técnicas e administrativas necessárias e possíveis, levando em consideração os custos e possíveis consequências, para evitar e prevenir o uso não autorizado, a divulgação, a perda acidental, a destruição ou a danificação dos dados pessoais detidos e limitando o acesso e manipulação dos dados pessoais apenas às equipes que necessitem ter conhecimento desses dados para que as obrigações do Contrato sejam cumpridas;

e.1 CONTRATADA se obriga a limitar o acesso e manipulação dos dados pessoais apenas às equipes que necessitem ter conhecimento desses dados para que as obrigações do Contrato cumpridas;

e.2 A CONTRATADA se compromete a comunicar a CONTRATANTE, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas do momento em que tomar conhecimento, sobre qualquer tratamento não autorizado ou ilícito dos Dados Pessoais, bem como sobre incidentes de segurança envolvendo dados pessoais, sejam estes acidentais ou não, efetivos ou potenciais, bem como adotar todas as medidas necessárias para eliminar ou conter o incidente de segurança;

f. Quando da conclusão das finalidades para as quais tais dados pessoais foram coletados, a CONTRATADA devolverá em formato interoperável os dados à CONTRATANTE e, alternativamente, eliminará ou anonimizará os dados de suas bases, salvo no caso de incidência das hipóteses legais, incluindo, mas não se limitando, àquelas do Art. 16 da Lei nº 13.709/2018;

f.1 A CONTRATADA possui ciência e concordância de que não possui direito de retenção de dados pessoais após o tratamento realizado;

f.2 A CONTRATADA possui ciência de que estão vedadas a comercialização e o compartilhamento com terceiros, exceto para a finalidade e nos casos expressamente autorizados neste EDITAL ou posteriormente pela CONTRATANTE e nas demais hipóteses previstas na legislação aplicável;

f.3 Na hipótese de eliminação de dados por requerimento dos titulares, tem-se que esta solicitação deverá ser feita diretamente ao Encarregado de dados pessoais da CONTRATADA, ou à sua equipe técnica;

g. Solicitar autorização à CONTRATANTE para a subcontratação de serviços que envolvam o tratamento dos Dados Pessoais ou qualquer outra atividade de compartilhamento desses Dados Pessoais com terceiros, mesmo que pertencentes ao mesmo grupo econômico da CONTRATADA, e refletir as obrigações deste Edital nos Contratos firmados com esses subcontratados ou terceiros naquilo que for aplicável;

h. Admitirá e se responsabilizará integralmente pelo descumprimento de qualquer condição legal ou contratual com relação ao tratamento de dados, sendo certo que, na hipótese de violação, poderá a Contratante rescindir o Contrato por justa causa; além de a CONTRATADA ter o dever de reembolsar qualquer custo e prejuízo eventualmente incorrido pela CONTRATANTE, inclusive por força de atuação de qualquer autoridade fiscalizadora no Brasil ou no exterior, ou da Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais.

i. Disponibilizará, quando solicitada, toda a documentação necessária para demonstrar cumprimento às obrigações estabelecidas no presente EDITAL e na legislação de proteção de dados pessoais aplicável, sendo facultado à CONTRATANTE a realização de auditorias, por si ou mediante terceiros indicados pela própria Contratante nos documentos ou sistemas da CONTRATADA, desde que haja comunicação prévia com pelos menos 15 (quinze) dias de antecedência e as atividades normais da CONTRATADA não sejam prejudicadas.

i.1 Fica garantido à CONTRATANTE o direito à realização de pelo menos 01 (uma) auditoria anual nas instalações da CONTRATADA, com o objetivo de verificar medidas e controles de segurança da informação e adequação do tratamento de dados pessoais ao objeto e às obrigações do presente Edital.

i.2 Caso a auditoria revele alguma inadequação, como por exemplo, mas não se limitando, ao uso e compartilhamento não autorizados de dados pessoais, a CONTRATADA compromete-se a desenvolver e fornecer à CONTRATANTE um plano de ação corretivo e um cronograma de execução, sob pena de imediata rescisão do Contrato e pagar à CONTRATANTE indenização pelos danos causados.

24 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. A aceitação da proposta vencedora pelo Município obriga o seu proponente à execução integral do fornecimento, objeto desta licitação, pelo preço e condições oferecidas, não cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta, seja por erro seja por omissão.

24.2. Pela elaboração e apresentação da proposta e Documentação, as empresas não terão direito a auferir vantagens, remuneração ou indenização de qualquer espécie.

24.3. A licitante vencedora da presente licitação fica obrigada a executar integralmente os serviços ora licitados.

24.4. Ao apresentar suas propostas, os licitantes concordam em assumir inteira responsabilidade pela perfeita execução do fornecimento.

24.5. A simples apresentação das propostas pelas empresas implica aceitação tácita de todos os termos deste Edital e de seus anexos.

24.6. A Administração poderá solicitar, de qualquer licitante, informações e esclarecimentos complementares para perfeito juízo e atendimento da Documentação ou Proposta apresentada.

24.7. O licitante que não puder comprovar a veracidade dos elementos informativos apresentados à Administração, quando solicitados eventualmente nesse sentido, será automaticamente excluído da presente licitação.

24.8. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, podendo também anulá-la, sem que caiba aos licitantes o direito a qualquer indenização, reembolso ou compensação, quando for o caso.

24.9. Não será permitida a entrega do objeto licitado sem que o órgão competente do Município de São José dos Campos emita, previamente, a respectiva AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

24.10. Correrão por conta exclusiva da contratada quaisquer tributos, taxas ou preços públicos porventura devidos.

24.11. É vedada a subcontratação total do Objeto contratado, sendo admitida, no entanto, a subcontratação parcial desde que aprovada por escrito pelo Município.

24.12. Para todas as questões suscitadas na execução do fornecimento, não resolvidas administrativamente, o foro será o da Comarca de São José dos Campos, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

24.13. Por determinação do Sr. Prefeito, o Município de São José dos Campos, mantém um serviço sigiloso de denúncias de corrupção e atos considerados arbitrários ou desonestos por parte de qualquer autoridade e servidor municipal, através do telefone 12 3947-8246, e-mail: audit@sjc.sp.gov.br.

24.14. Os contratos a serem formalizados terão suas assinaturas presencialmente ou assinado eletronicamente pelo sistema Prefbook, localizado no sitio eletrônico da PSJC, contudo não sendo possível o eventual envio de minutas impressas para assinaturas fora da Prefeitura de São José dos Campos.

São José dos Campos, 15 de julho de 2021.

SÉRGIO SALLES
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE APOIO DE GESTÃO
SECRETARIA DE SAÚDE

ANEXO II

À

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 198/SS/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO E TRANSMISSÃO DE CÂMERAS.

DECLARAÇÃO

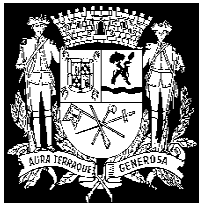
Em cumprimento as determinações da Lei Federal nº 8.666/93, Decreto Federal nº 7.203/00 e Decreto Municipal nº 18.158/19, DECLARAMOS, para fins de participação no Pregão Presencial acima, que:

- a) A empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública, direta e indireta;
- b) Não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera;
- c) Não existe fato impeditivo à habilitação da empresa;
- d) A empresa não possui em seu quadro de pessoal menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- e) A empresa está em dia com todas as determinações trabalhistas e demais legislações aplicáveis.
- f) A empresa está ciente de que não poderá, na constância da relação contratual que venha a firmar com a Prefeitura, vir a contratar empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, de quaisquer pessoas ocupantes dos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e de Vereadores.

Por ser a expressão da verdade, eu _____, representante legal desta empresa, firmo a presente.

DATA

ASSINATURA E CARIMBO



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE SAÚDE
DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 198/SS/2021

ANEXO III - DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO.

As informações constantes abaixo deverão ser atualizadas, pois serão consideradas para a elaboração do Contrato e Autorização de Fornecimento (AF). Tais dados deverão estar de acordo com os que integrarão à respectiva Nota Fiscal, para fins de faturamento. Seu teor é de exclusiva responsabilidade da empresa licitante.

A fim de evitarmos problemas com retenção de pagamento, em caso de alteração na RAZÃO SOCIAL a DCLS (Divisão de Compras e Licitações Saúde) deverá ser comunicada imediatamente, através de Processo Administrativo (setor de Protocolo – Térreo – Paço Municipal).

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:

CNPJ: INSC. ESTADUAL: INSC. MUNICIPAL:

TELEFONE: (....) FAX: (....)

ENDEREÇO COMPLETO (logradouro, nº, bairro, cidade, estado):

E-MAIL PARA INTIMAÇÃO DE ASSINATURA DE CONTRATO:

SÓCIO(S) REPRESENTANTE(S) DA EMPRESA – ADMINISTRAÇÃO:

1 - NOME COMPLETO:

RG (com órgão e estado emissor): CPF:

2 - NOME COMPLETO:

RG (com órgão e estado emissor): CPF:

QUEM ASSINARÁ O CONTRATO: (No ato da assinatura será necessário apresentar procuração com poderes específicos para assinar contratos de fornecimento oriundos deste processo licitatório. Abaixo, indique apenas um nome, exceto se o contrato for obrigatoriamente assinado em conjunto).

NOME COMPLETO: **DATA NASCIMENTO:** __/__/__

ESTADO CIVIL: **NACIONALIDADE:** **TELEFONE:**

CARGO QUE OCUPA NA EMPRESA:

RG (com órgão e estado emissor): CPF:

DOMICÍLIO COMPLETO (logradouro, nº, bairro, cidade, estado):

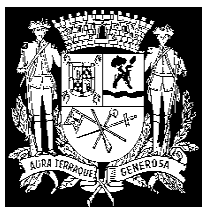
NOME COMPLETO: **DATA NASCIMENTO:** __/__/__

ESTADO CIVIL: **NACIONALIDADE:** **TELEFONE:**

CARGO QUE OCUPA NA EMPRESA:

RG (com órgão e estado emissor): CPF:

DOMICÍLIO COMPLETO (logradouro, nº, bairro, cidade, estado):



ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS Secretaria de Saúde Divisão de Compras e Licitações da Saúde

CONTRATO Nº/2021

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
E
PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO,
MANUTENÇÃO E TRANSMISSÃO DE CÂMERAS.

Data:.././2021

Prazo: 12 (doze) meses.

Valor: R\$

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 198/SS/2021

Dotações Orçamentárias: 60.10.3.3.90.39.10.301.0006.2.002.01.301000 (Próprio / Tesouro).

Processo Interno: 76322/2021

DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, com sede à Rua José de Alencar nº 123, Vila Santa Luzia, inscrito no CNPJ sob o nº 46.643.466/0001-06, Inscrição Estadual nº isento, através da Ilma. Secretária de Saúde, Margarete Carlos da Silva Correia, adiante designado simplesmente CONTRATANTE, e, com sede à, na cidade de, inscrita no CNPJ sob o nº, Inscrição Municipal nº, representada por, Sr,, portador do CPF nº e do RG. nº, residente e domiciliado à na cidade de, adiante designada simplesmente CONTRATADA, ajustam o que se segue:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1. A CONTRATADA obriga-se à execução dos SERVIÇOS, conforme discriminado no **ANEXO ÚNICO** deste contrato.

CLÁUSULA 2ª - DOS VALORES

2.1. O valor total do contrato é de R\$, considerando o **ANEXO ÚNICO** deste contrato.

CLAUSULA 3ª - DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato será atendida pela dotação orçamentária nº 60.10.3.3.90.39.10.301.0006.2.002.01.301000 (Próprio / Tesouro)

constante do exercício de 2021 e subsequente.

CLÁUSULA 4ª - DA EXECUÇÃO

4.1. A CONTRATADA deverá executar os SERVIÇOS, objeto deste contrato, por sua conta e risco, nas condições ofertadas, mediante Autorização de Fornecimento (AF), por escrito, da CONTRATANTE.

4.2. Os serviços deverão ser executados como definidos no **ANEXO ÚNICO** deste contrato.

CLÁUSULA 5a - DOS REAJUSTES

5.1. Não haverá reajuste de qualquer natureza e os preços não serão objeto de atualização financeira por via de aplicação de qualquer índice de correção em cumprimento à legislação aplicável a matéria, ressalvado o disposto no item 12.6 deste contrato.

CLÁUSULA 6a - DOS PAGAMENTOS

6.1. Os pagamentos devidos serão feitos em 15 (quinze) dias corridos, após cada recebimento definitivo dos serviços e respectiva nota fiscal/fatura, devidamente assinada pelo setor requisitante.

6.1.1. Os pagamentos deverão ocorrer através de crédito em conta corrente, devendo a Contratada indicar o banco para recebimento, preferencialmente um dos seguintes bancos: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

6.2. O pagamento fora do prazo estabelecido sujeitará o Município à multa de 1% (um por cento) em favor da CONTRATADA, além de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês.

6.3. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS, FGTS e ao CNDT ou outro, apresentado em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com validade expirada o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

CLÁUSULA 7a - DA RESCISÃO

7.1. Independentemente de interpelação judicial, o contrato será rescindido nas hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA 8a - DO PRAZO

8.1. Este contrato será celebrado pelo prazo de 12 (doze) meses, com início da execução após o recebimento da Autorização de Fornecimento pela Contratada. Podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas na Lei 8666/93.

CLÁUSULA 9a - DO RECEBIMENTO

9.1. O objeto será recebido em conformidade com o **ANEXO ÚNICO** deste instrumento.

9.1.1. Definitivamente, após a verificação da qualidade do serviço executado, e consequente aceitação.

9.2. Na Nota Fiscal não será aceito preço divergente do constante na Autorização de Fornecimento e proposta vencedora.

9.3. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade dos serviços prestados.

CLÁUSULA 10ª - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O atraso na execução do serviço contratado, segundo definido no presente contrato e na Autorização de Fornecimento (AF) expedida pelo Departamento de Recursos Materiais, sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,5% (meio por cento), do valor total do item ou dos itens em atraso, por dia.

10.2. Pela execução do serviço em desacordo com o especificado, a CONTRATADA será notificada a apresentar defesa prévia para efeitos de aplicação da penalidade definida no subitem abaixo, ou sanar as irregularidades no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas (este prazo poderá ser reduzido ou ampliado a critério do Município).

10.2.1. Decorrido o prazo da defesa prévia, o Município poderá aplicar multa diária de 1% (um por cento) do valor total do contrato, enquanto persistir a irregularidade, até o prazo de 30 (trinta) dias.

10.3. As multas dos itens 10.1., 10.2 e subitens não impedem que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no Edital e na Lei.

10.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa e observado o disposto no item 10.6 deste instrumento, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

10.4.1. Advertência;

1 0.4.2. Multa de 30% (trinta por cento) pela inexecução total, calculada sobre o valor total do item contratado;

1 0.4.3. Multa de 10% (dez por cento) pela inexecução parcial, calculada sobre o valor do total do item contratado;

1 0.4.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 05 (cinco) anos; e

1 0.4.5. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, lance ou oferta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.4.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes

e após decorrido o prazo da sanção.

10.5. Os prazos para defesa prévia serão de 05 (cinco) dias úteis, na hipótese de advertência, multa ou impedimento de contratar com o Município, e de 10 (dez) dias na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.6. As penalidades aqui previstas são autônomas e suas aplicações, que poderão ser cumulativas, serão regidas pelo art. 12, conforme aplicável, do Decreto Municipal nº 11.755/05 e subsidiariamente nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

10.7. O valor das multas aplicadas será recolhido aos cofres do Município de São José dos Campos, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua notificação, mediante guia de recolhimento oficial.

CLÁUSULA 11ª - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

11.1. É obrigação da CONTRATADA demonstrar, à Secretaria da Fazenda da CONTRATANTE, durante todos os meses de duração do contrato, que mantém as mesmas condições de habilitação, principalmente quanto a encargos previdenciários, que demonstrou na fase de habilitação da licitação.

11.2. Caberá à CONTRATANTE, exigir a demonstração, mês a mês, da situação regular junto ao INSS, com relação ao FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

CLÁUSULA 12ª - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A CONTRATADA se obriga à execução integral dos serviços, objeto deste contrato, pelo preço e nas condições oferecidas, não lhe cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta, seja por erro seja por omissão.

12.2. Não será permitida a execução dos serviços contratados sem que o órgão competente do Município de São José dos Campos emita, previamente, a respectiva Autorização de Fornecimento (AF).

12.3. Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA quaisquer tributos, taxas ou preços públicos porventura devidos, em decorrência deste contrato.

12.4. É vedada a subcontratação total do objeto deste contrato, sendo admitida, no entanto, a subcontratação parcial desde que aprovada por escrito pelo Município.

12.5. Para os casos omissos, bem como as dúvidas surgidas na execução do presente contrato, prevalecerão as condições e exigências do Edital que fica fazendo parte integrante deste instrumento.

12.6. Será admitida a celebração de termo aditivo entre as partes contratantes sempre que juridicamente exigido ou cabível, com o objetivo de se proceder às adequações que se fizerem necessárias, nos termos da legislação aplicável a matéria.

12.7. A CONTRATADA é, exclusivamente, responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.

12.8. A CONTRATADA é, exclusivamente, responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, seja por atos seus, de seus empregados ou prepostos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

12.9. Para todas as questões suscitadas na execução deste contrato, não resolvidas administrativamente, o foro será o da Comarca de São José dos Campos, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São José dos Campos, .. de de 2021.

MARGARETE CARLOS DA SILVA CORREIA
SECRETÁRIA DE SAÚDE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ANEXO V

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

CONTRATANTE: PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO E TRANSMISSÃO DE CÂMERAS.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Felicio Ramuth

Cargo: Prefeito

CPF: 113.303.758-58

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome: Margarete Carlos da Silva Correia

Cargo: Secretária de Saúde

CPF: 127.738.878-40

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: Margarete Carlos da Silva Correia

Cargo: Secretária de Saúde

CPF: 127.738.878-40

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADORES DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Margarete Carlos da Silva Correia

Cargo: Secretária de Saúde

CPF: 127.738.878-40

Assinatura: _____

Nome: Ana Paula Nascimento Aleixo Corrêa

Cargo: Chefe de Contratos

CPF: 021.178.257-29

Assinatura: _____

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

*O presente termo foi elaborado em cumprimento à Instrução nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

***Em conformidade com o Decreto Municipal nº 18.665, de 16/10/2020.**



Prefeitura de São José dos Campos
Secretaria de Saúde
DMS - Divisão de Manutenção da Saúde

TERMO DE REFERÊNCIA

O presente Projeto Básico tem como finalidade a contratação de uma empresa especializada, em locação e instalação de equipamentos de CFTV.

1 - Objeto

Prestação de serviços de instalação, locação e manutenção de Sistema de Vigilância Eletrônica, integrado por sistema de Circuito Fechado de Televisão (CFTV), conforme especificações e níveis de serviço estabelecidos neste Projeto Básico com as melhores praticas vigentes de segurança para efetiva cobertura dos setores que integram o escopo da contratação.

Unidades:

Divisão de Manutenção da Saúde: 10 (dez) Câmeras.

Almoxarifado Central da Saúde: 16 (dezesesseis) Câmeras.

Endereço: Rua Felício Savastano, nº 401 - Vila Industrial - São Jose dos Campos/SP

Áreas a serem contempladas

Nos acessos principais das recepções, perímetro externo, corredores e áreas de estoque no Almoxarifado Central da Saúde e perímetro externo e acessos principais da Divisão de Manutenção da Saúde.

1.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1.1.1. Instalação e locação de sistema de CFTV para captação de imagens, visualização em **monitor local**, gravação;
- 1.1.2. Prestação de serviços de Manutenção Técnica Preventiva, contemplando os serviços necessários para manter os equipamentos funcionando em condições normais, com o objetivo de diminuir as possibilidades de paralisação do sistema de vigilância eletrônica;
- 1.1.3. Prestação de serviços de Manutenção Técnica Corretiva, contemplando os serviços de reparo e substituição, com a finalidade de eliminar todos os defeitos existentes nos equipamentos que compõem o sistema de vigilância eletrônica.
- 1.1.4. **A empresa deverá fornecer link de rede independente para transmissão das imagens para visualização em aparelho celular e computador.**

1.2. FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO

- 1.2.1. O sistema de vigilância eletrônica a ser implantado na unidade por CFTV deverá trabalhar 24 horas por dia;
- 1.2.2. Gravando imagens sempre que haja movimentos frente às câmeras instaladas, enviando sinais de alerta através dos equipamentos conectado ao sistema (computadores e celulares).

2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 INSTALAÇÃO E LOCAÇÃO DE SISTEMA DE CFTV

2.1.1 A prestação deste serviço será realizada por meio da locação de equipamentos de sistema de CFTV, incluindo **instalação da infraestrutura**, instalação dos equipamentos e sistemas propriamente ditos e manutenção preventiva e corretiva de todo o sistema.

2.1.2 Circuito Fechado de Televisão é o sistema de captação, exibição, gravação e transmissão de imagens composto por câmeras, monitores, equipamentos eletrônicos e outros dispositivos técnicos que permitem a visualização de eventos do local protegido. Os equipamentos a serem instalados deverão atender as especificações mínimas exigidas neste Projeto Básico.

2.1.3 Os catálogos dos equipamentos a serem instalados deverão ser encaminhados para a aprovação pelo Contratante previamente à instalação do sistema.

2.1.3.1. Os catálogos de todos os equipamentos a serem instalados deverão ser fornecidos em língua portuguesa, conforme estabelecido no Art 31 do código de Defesa do Consumidor. Não serão admitidos catálogos em língua inglesa, espanhol, francês ou ainda catálogos em línguas, alfabetos ou ideogramas diferentes do alfabeto latino do padrão ISO.

2.1.4. Os serviços de instalação, bem como aqueles de infraestrutura, serão executados pela Contratada, incluindo **todo e qualquer material necessário** para a completa instalação dos equipamentos, bem como transporte de materiais e pessoal, serviços de tubulação, cabeamento e adaptação de instalações elétricas, interligando os pontos de instalação a serem ativados.

2.1.5. Entende-se por instalação a montagem, a fixação, os ajustes, a interligação entre si e com quadros e painéis, a alimentação elétrica de todos os equipamentos, execução de testes e a colocação em operação de todo o sistema. Inclui os serviços de adequação de painéis, de montagem, de instalação, testes, calibração e inclusive obras civis, se houver.

2.1.6. Os serviços a serem executados deverão ter instrução de um líder, responsável pelos serviços especificados neste Projeto Básico.

2.1.7. Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados e desempenho, devendo a Contratada programar a solução mais adequada para o caso concreto, de modo a aperfeiçoar a qualidade dos serviços e a buscar a melhor integração entre materiais, equipamentos, instrumentos e outros componentes a serem locados, entre si e com o serviço de monitoramento, fazendo funcionar eficientemente o sistema como um todo.

2.1.8. A Contratada deve proceder a instalação dos equipamentos e acessórios integrantes do sistema de vigilância eletrônica obedecendo as normas da ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas. O mesmo procedimento deve ser adotado para equipamentos e acessórios que venham a ser substituídos.

2.1.9. A Contratada deverá manter os cabos e equipamentos do rack organizados (estruturados e devidamente identificados).

2.1.10. Todos os custos de instalação, bem como todos os equipamentos, materiais e infraestrutura necessária devem ser fornecidos pela Contratada. Eventuais exceções, para utilização de infraestrutura existente nos endereços, deverão ser analisadas e aprovadas pelo Contratante.

2.1.11 Será de inteira responsabilidade da Contratada a guarda e a manutenção de equipamentos e/ou materiais de sua propriedade, que sejam colocados para uso durante a execução dos serviços.

2.1.12 A Contratada deve identificar todos os equipamentos e infraestrutura de sua propriedade de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do Contratante.

2.1.13. Após concluir os serviços de instalação, a Contratada deve retirar todo o material existente, entulho ou quaisquer materiais remanescentes do trabalho executado. Os locais deverão ser entregues em perfeitas condições de higiene e limpeza, bem como acompanhar os padrões estéticos do Contratante. Ao final da instalação a Contratada deverá providenciar

MEMORIAL DESCRITIVO DE INSTALAÇÃO, indicando todos os equipamentos e infraestrutura instalados, suas especificações, notas técnicas das instalações referentes a interferências arquitetônicas efetuadas criou outras medidas ou problemas encontrados.

2.1.14. A Contratada deverá prestar serviços eventuais, compreendendo;

2.1.15.1 Desinstalação e reinstalação de equipamentos no mesmo local, decorrente da alteração interna de layout da unidade, até o limite de 5% das unidades monitoradas.

2 1.15.2. Desinstalação e reinstalado de equipamentos em outro local da mesma cidade, em virtude de mudança da unidade, até o limite de 5% das unidades monitoradas.

2 1.15.3. Nos ambientes internos ou externos, controlados por câmeras de video, deverão ser afixadas placas informativas com os seguintes dizeres: **"O AMBIENTE ESTÁ SENDO FILMADO". AS IMAGENS SÃO CONFIDENCIAIS E PROTEGIDAS NOS TERMOS DA LEI."**

2.1.16.1. As placas deverão ser afixadas de maneira a permitir sua perfeita visualização pelo público, nos pontos de entrada e de saída dos ambientes, e ter as seguintes características: (i) dimensões mínimas de 30 (trinta) por 30 (trinta) centímetros; (ii) letras grafadas na cor preta sobre fundo amarelo.

2.1.16. J2. A Contratada deverá treinar os usuários dos equipamentos e sistemas eletrônicos de forma a capacitá-los para a correta utilização dos mesmos.

2.1.17. É de responsabilidade da Contratada a Implementação total do sistema, incluindo o fornecimento de todos os insumos, materiais, equipamentos, instrumentos, software e outros componentes necessários para a plena condição de operação dos equipamentos, sendo que o fornecimento deverá ser suficiente para manter a continuidade da prestação de serviços.

2.1.18. Todos os softwares e aplicativos utilizados nos sistemas devem estar em conformidade com a legislação vigente e devidamente licenciados pelo fabricante, nas quantidades necessárias aos equipamentos fornecidos.

2.1.19. O software a ser aplicado no DVR deverá possibilitar:

2 1.20.1. Configuração de cada câmera individualmente com ajustes independentes de brilho, contraste, saturação e matiz; quantidade de quadros por segundo, qualidade de gravação e sensibilidade, tudo de acordo com as condições do ambiente e aplicação.

2 1.20.2. Gravação por tempo contínuo: gravação ininterrupta 24 (vinte e quatro) horas por dia.

2.1.20.3. Gravação por detecção de movimento e compressão de imagens: grava apenas os quadros em que o movimento exceder a sensibilidade na região programada.

2.1 20.4. Gravação por agendamento: programação para dia e hora, permitindo definir o horário em que deverá iniciar o monitoramento, dando autonomia à máquina e otimizando os recursos de gravação.

2.1 20.5. Tecnologia de detecção de movimentos inteligente que permite selecionar uma determinada área ou ponto específico a ser monitorado.

2.1.20.6. Visualização do histórico de gravação 2 1.20.7. Modos de Exibição no monitor de 3, 4,6,9,12,16 ou 32 câmeras.

2.1.20.8. Sistema de banco de dados podendo ser acessado por meio da própria máquina ou remotamente.

2.1.20.9. Sistema de Marca D'água Digital que checará se a Imagem é a originalmente capturada do sistema ou não Caso a Imagem capturada tenha sido alterada ou modificada em qualquer parte, o sistema Indicará que a imagem foi danificada.

2.1.20.10. Localização de eventos por intermédio de linha do tempo.

2.1.20.11 O sistema deverá possuir equipamento de nobreak com estabilizador embutido e autonomia de no mínimo 2 (duas) horas para garantir o funcionamento de todo o sistema em eventuais falhas de energia elétrica.

2.1.20.12 Treinar as pessoas indicadas pelo Contratante, que deterão senhas, orientando como utilizá-las, correndo às suas expensas todos os materiais didáticos e outros custos adicionais.

2.1.20.13 Manter em sigilo, sob as penalidades da lei, dados e informações de propriedade do Contratante, a menos que expressamente autorizada, por escrito, a divulgação.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE SAÚDE
DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA SAÚDE

ANEXO I - DESCRIÇÃO DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 198/SS/2021 EDITAL Nº 214/SS/2021

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO E TRANSMISSÃO DE CÂMERAS.

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	126057	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO E TRANSMISSÃO DE CÂMERAS.	SV	1	13.000,00	13.000,00
TOTAL GERAL =>						13.000,00

- 1- Na proposta deverá constar **SOMENTE UMA MARCA** para cada item ofertado;
- 2 - Prazo: Os equipamentos deverão ser instalados e **estarem em pleno funcionamento 15 dias corridos**, após o recebimento da Autorização de Fornecimento pela Contratada (CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO IA)
- 3 - GARANTIA: CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO IA
- 4 - CATÁLOGOS: A empresa participante com menor preço deverá enviar, **juntamente com a Proposta catálogos do produto**. Os catálogos serão utilizados para conferência, na ocasião do recebimento dos materiais
- 5 - **A empresa deverá prestar assistência técnica no prazo de 24 horas após a ordem de serviço de reclamação até o término do contrato.**
- 6 - Local para instalação: CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO IA.

E-mail para Nota Fiscal Eletrônica (NF-e): almox@sjc.sp.gov.br; saudenf@sjc.sp.gov.br



Dados para emissão de Nota Fiscal.

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE SAÚDE

RUA OBIDOS 140 - SECRETARIA DA SAÚDE - PARQUE INDUSTRIAL

SAO JOSE DOS CAMPOS / SP - CEP:12235-651

CNPJ: 46.643.466/0001-06 IE: ISENTO

Fone:(012) 3212.1208 / 3212.1209

E-mail: saudec@sjc.sp.gov.br

Fax:(012) 3212.1226 / 3212.1227

Site: www.sjc.sp.gov.br

Número AF: 10013 / 2021

Data AF: 24/08/2021

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Nº Licitação: 198 / 2021 Tipo:SLI

Complemento: C/CONTRATO

Proc.Interno: 76322 / 2021

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

VIA ÚNICA

Contratado: 209351 - KERP SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI

CNPJ/CPF: 26.727.779/0001-35

Endereço: RUA SÃO MAURÍCIO N°: 65 Compl: SALA 42 - Bairro: KM 18 - Cidade: OSASCO - UF: SP

Telefone: 11 3831-3635

Fax:

E-mail: licitacoes@kerp.com.br kerp@kerp.com.br

Requisitante: 060.002.004.001.SECRETARIA DE SAÚDE / SS/ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE SAÚDE

Cond.Pagto: 15 DDL

Nº Bloqueio: 12681 / 2021 Vínculo:

Nº 9514 / 2021

Empenho: 35703 / 2021 Cód.ficha: 258 / 2021 - 60.10.3.3.90.39.10.301.0006.2.002.01.301000

Obs.:

ITEM	QTDE	UN	CÓD.MATERIAL	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	1	SV	126057	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO E TRANSMISSÃO DE CÂMERAS. CONFORME DESCRITIVO EM ANEXO. Marca:INTELBRAS Entrega:15 Qtde: 1	5.077,60	5.077,60
					TOTAL	5.077,60

"ADVERTÊNCIAS: Sob pena de sujeitar-se a eventual processo administrativo e/ou judicial, a Contratada deverá observar que: 1 - Os pagamentos devidos serão feitos através de crédito em conta, preferencialmente em um dos seguintes bancos: Banco do Brasil e CEF, não sendo aceitas quaisquer outras modalidades de cobrança, como duplicatas, boletos, etc; 2 - Tendo em vista que o preço inclui a entrega no local indicado, é vedado indicar às transportadoras o recebimento do frete diretamente à Prefeitura".

SERGIO C. CARVALHO
EmitenteMARCOS ANTONIO PEREIRA DE CASTRO
Supervisor(a)MAURO EDUARDO M. AUGUSTO
Chefe de Divisão

Local de Entrega: R. FELICIO SAVASTANO Nº: 401 Bairro: VILA INDUSTRIAL Cep: 12220270

Observação: ALMOX DA SECR DA SAÚDE

OBS.: - Para cada Autorização de Fornecimento deverá ser emitida uma Nota Fiscal distinta;
- Todo Material deverá ser posto e descarregado no local de entrega fixado nesta Autorização de Fornecimento, às exclusivas expensas da contratada.
- Vide Condições Gerais de Fornecimento no verso.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE SAÚDE
CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTOS

Esta Autorização de Fornecimento (AF) foi emitida de acordo com a legislação vigente mediante observações rigorosas das especificações constantes do Edital que serão cumpridas pelo Fornecedor e garantem o direito à CONTRATANTE de impor as CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO abaixo, cujas cláusulas válidas para compras procedidas de licitação e para compras dispensadas de licitação nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Federal nº 10.520/2002.

I. Deverão ser observadas, as especificações, as condições de acondicionamento, entrega, garantia, prazos, preços, forma de pagamento, incidências tributárias, etc..., vedada qualquer alteração sem a expressa autorização da CONTRATANTE, sob pena de **RECUSA** dos materiais ou recebimento definitivo do serviço.

II. Pelo descumprimento de qualquer das condições especificadas na presente Autorização de Fornecimento, fica a CONTRATADA sujeita às **SANÇÕES** abaixo descritas, sem prejuízo de eventual aplicação subsidiária das sanções previstas na legislação aplicável, no edital e no contrato, se houver:

A. Caso haja **recusa injustificada pela CONTRATADA em retirar ou aceitar** a presente Autorização de Fornecimento - AF, em até 5 (cinco) dias úteis, ficará sujeito a **MULTA DE 30%** (trinta por cento) calculada sobre o valor total da Autorização de Fornecimento - AF.

B. Por **atraso na(s) entrega(s) da(s) mercadoria(s) e/ou serviço(s)** descrita(s) na Autorização de Fornecimento - AF, ficará a CONTRATADA sujeita a **MULTA DIÁRIA DE 0,5%** (cinco décimos por cento) calculadas sobre o valor do item ou itens em atraso.

C. Por entrega de mercadoria e/ou serviço em desacordo com o descrito nesta Autorização de Fornecimento - AF terá a CONTRATADA **48 (quarenta e oito) horas** para sanar a irregularidade; este prazo poderá ser reduzido ou ampliado a critério da CONTRATANTE. Persistindo a falha, aplicar-se-á **MULTA DIÁRIA DE 1%** (um por cento) sobre o valor do item entregue em desacordo, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, ao término do qual, estará evidenciada a inexecução do contrato.

D. Ocorrendo a **inexecução parcial** do item, ficará a CONTRATADA sujeita a aplicação cumulativa de **MULTA DE 10%** (dez por cento) calculada sobre o valor de cada item irregular.

E. Sendo **total a inexecução**, a **MULTA SERÁ DE 30%** (trinta por cento) calculada sobre o valor do item irregular.

F. Incidirão concomitantemente e independentemente das multas acima as seguintes sanções administrativas:

1-) **ADVERTÊNCIA.**

2-) **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA**, por até 2 (dois) anos em participação em licitação e **IMPEDIMENTO** de contratar com a Administração.

3-) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.

4-) No caso das modalidades **PREGÃO PRESENCIAL E PREGÃO ELETRÔNICO**, aplicar-se-á sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, o Artigo 7º da Lei Federal 10.520/02.

III. OBSERVAÇÕES GERAIS:

1. Para cada entrega autorizada pela Autorização de Fornecimento deverá ser emitida uma Nota Fiscal.

2. Todo material deverá ser posto e descarregado no local de entrega fixado no anverso desta Autorização de Fornecimento - AF, todas as despesas decorrentes da entrega e/ou prestação de serviço correrão por conta da CONTRATADA.

Para entrega nos Almoxarifados relacionados abaixo, deverão ser cumpridos os seguintes horários:

ALMOXARIFADO CENTRAL DA ADMINISTRAÇÃO: Rua Felício Savastano, 401 - Vila Industrial - CEP 12.220-270 - das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 15h30. Email para envio de NF-e: almox@sjc.sp.gov.br - (12) 3929-7059 / (12) 3929-1051.

ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE SAÚDE: Rua Felício Savastano, 401 - Vila Industrial - CEP 12.220-270 - das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 15h30. Email para envio de NF-e: saudenf@sjc.sp.gov.br - (12) 3901-4144 / (12) 3901-4142.

ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: Rua Felício Savastano, 240 - Vila Industrial - CEP 12.220-270 - das 07h00 às 11h30 e das 13h00 às 15h30. Email para envio de NF-e: sme.follow-up@sjc.sp.gov.br - (12) 3901-2074 / (12) 3901-2229.

3. Todas as informações requeridas nos campos discriminados na Nota Fiscal deverão ser preenchidas em conformidade com os dados da CONTRATANTE constantes na Autorização de Fornecimento - AF, sobretudo quanto à descrição pormenorizada do produto e/ou serviço faturado;

4. Em toda Nota Fiscal deverá ser indicado o número da respectiva Autorização de Fornecimento - AF.

5. Para toda Nota Fiscal cuja natureza de Operação for a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, o pagamento fica condicionado à apresentação de cópia dos últimos recolhimentos devidos aos INSS e FGTS, assim como relatórios da GFIP, tendo como base a data de vencimento do pagamento.

6. Os pagamentos serão realizados através de crédito em conta corrente, obrigatoriamente, vinculada ao mesmo CNPJ/CPF do contratado na AF.

7. Dúvidas relativas aos pagamentos serão dirimidas pela Divisão de Tesouraria pelos telefones (12) 3947-8296 / 3947-8101 ou email tesoura@sjc.sp.gov.br.



Dados para emissão de Nota Fiscal.

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE SAUDE

RUA OBIDOS 140 - SECRETARIA DA SAUDE - PARQUE INDUSTRIAL

SAO JOSE DOS CAMPOS / SP - CEP:12235-651

CNPJ: 46.643.466/0001-06 IE: ISENTO

Fone:(012) 3212.1208 / 3212.1209

E-mail: saudec@sjc.sp.gov.br

Fax:(012) 3212.1226 / 3212.1227

Site: www.sjc.sp.gov.br

Número AF: 10012 / 2021

Data AF: 24/08/2021

Modalidade: PREGAO ELETRONICO

Nº Licitação: 198 / 2021 Tipo:SLI

Complemento: C/CONTRATO

Proc.Interno: 76322 / 2021

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

VIA ÚNICA

Contratado: 209351 - KERP SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI

CNPJ/CPF: 26.727.779/0001-35

Endereço: RUA SÃO MAURÍCIO N°: 65 Compl: SALA 42 - Bairro: KM 18 - Cidade: OSASCO - UF: SP

Telefone: 11 3831-3635

Fax:

E-mail: licitacoes@kerp.com.br kerp@kerp.com.br

Requisitante: 060.002.002.000.SECRETARIA DE SAUDE / SS/DIVISAO DE MANUTENCAO DA SAUDE(DMS)

Cond.Pagto: 15 DDL

Nº Bloqueio: 12680 / 2021 Vínculo:

Nº 9513 / 2021

Empenho: 35701 / 2021 Cód.ficha: 258 / 2021 - 60.10.3.3.90.39.10.301.0006.2.002.01.301000

Obs.:

ITEM	QTDE	UN	CÓD.MATERIAL	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	1	SV	126057	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO E TRANSMISSÃO DE CÂMERAS. CONFORME DESCRITIVO EM ANEXO. Marca:INTELBRAS Entrega:15 Qtde:1	5.922,40	5.922,40
					TOTAL	5.922,40

*ADVERTÊNCIAS: Sob pena de sujeitar-se a eventual processo administrativo e/ou judicial, a Contratada deverá observar que: 1 - Os pagamentos devidos serão feitos através de crédito em conta, preferencialmente em um dos seguintes bancos: Banco do Brasil e CEF, não sendo aceitas quaisquer outras modalidades de cobrança, como duplicatas, boletos, etc; 2 - Tendo em vista que o preço inclui a entrega no local indicado, é vedado indicar às transportadoras o recebimento do frete diretamente à Prefeitura.

SERGIO C. CARVALHO Emitente	MARCOS ANTONIO PEREIRA DE CASTRO Supervisor(a)	MAURO EDUARDO M. AUGUSTO Chefe de Divisão
--------------------------------	---	--

Local de Entrega: R FELICIO SAVASTANO Nº: 401 Bairro: VILA INDUSTRIAL Cep: 12220270

Observação: ALMOX DA SECR DA SAUDE

OBS.: - Para cada Autorização de Fornecimento deverá ser emitida uma Nota Fiscal distinta;
- Todo Material deverá ser posto e descarregado no local de entrega fixado nesta Autorização de Fornecimento, às exclusivas expensas da contratada.
- Vide Condições Gerais de Fornecimento no verso.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE SAÚDE
CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTOS

Esta Autorização de Fornecimento (AF) foi emitida de acordo com a legislação vigente mediante observações rigorosas das especificações constantes do Edital que serão cumpridas pelo Fornecedor e garantem o direito à CONTRATANTE de impor as CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO abaixo, cujas cláusulas válidas para compras procedidas de licitação e para compras dispensadas de licitação nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Federal nº 10.520/2002.

I. Deverão ser observadas, as especificações, as condições de acondicionamento, entrega, garantia, prazos, preços, forma de pagamento, incidências tributárias, etc..., vedada qualquer alteração sem a expressa autorização da CONTRATANTE, sob pena de **RECUSA** dos materiais ou recebimento definitivo do serviço.

II. Pelo descumprimento de qualquer das condições especificadas na presente Autorização de Fornecimento, fica a CONTRATADA sujeita às **SANÇÕES** abaixo descritas, sem prejuízo de eventual aplicação subsidiária das sanções previstas na legislação aplicável, no edital e no contrato, se houver:

A. Caso haja **recusa injustificada pela CONTRATADA em retirar ou aceitar** a presente Autorização de Fornecimento - AF, em até 5 (cinco) dias úteis, ficará sujeito a **MULTA DE 30%** (trinta por cento) calculada sobre o valor total da Autorização de Fornecimento - AF.

B. Por **atraso na(s) entrega(s) da(s) mercadoria(s) e/ou serviço(s)** descrita(s) na Autorização de Fornecimento - AF, ficará a CONTRATADA sujeita a **MULTA DIÁRIA DE 0,5%** (cinco décimos por cento) calculadas sobre o valor do item ou itens em atraso.

C. Por entrega de mercadoria e/ou serviço em desacordo com o descrito nesta Autorização de Fornecimento - AF terá a CONTRATADA **48 (quarenta e oito) horas** para sanar a irregularidade; este prazo poderá ser reduzido ou ampliado a critério da CONTRATANTE. Persistindo a falha, aplicar-se-á **MULTA DIÁRIA DE 1%** (um por cento) sobre o valor do item entregue em desacordo, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, ao término do qual, estará evidenciada a inexecução do contrato.

D. Ocorrendo a **inexecução parcial** do item, ficará a CONTRATADA sujeita a aplicação cumulativa de **MULTA DE 10%** (dez por cento) calculada sobre o valor de cada item irregular.

E. Sendo **total a inexecução**, a **MULTA SERÁ DE 30%** (trinta por cento) calculada sobre o valor do item irregular.

F. Incidirão concomitantemente e independentemente das multas acima as seguintes sanções administrativas:

1-) **ADVERTÊNCIA.**

2-) **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA**, por até 2 (dois) anos em participação em licitação e **IMPEDIMENTO** de contratar com a Administração.

3-) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.

4-) No caso das modalidades **PREGÃO PRESENCIAL E PREGÃO ELETRÔNICO**, aplicar-se-á sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, o Artigo 7º da Lei Federal 10.520/02.

III. OBSERVAÇÕES GERAIS:

1. Para cada entrega autorizada pela Autorização de Fornecimento deverá ser emitida uma Nota Fiscal.

2. Todo material deverá ser posto e descarregado no local de entrega fixado no anverso desta Autorização de Fornecimento - AF, todas as despesas decorrentes da entrega e/ou prestação de serviço correrão por conta da CONTRATADA.

Para entrega nos Almoxarifados relacionados abaixo, deverão ser cumpridos os seguintes horários:

ALMOXARIFADO CENTRAL DA ADMINISTRAÇÃO: Rua Felício Savastano, 401 - Vila Industrial - CEP 12.220-270 - das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 15h30. Email para envio de NF-e: almox@sjc.sp.gov.br - (12) 3929-7059 / (12) 3929-1051.

ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE SAÚDE: Rua Felício Savastano, 401 - Vila Industrial - CEP 12.220-270 - das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 15h30. Email para envio de NF-e: saudenf@sjc.sp.gov.br - (12) 3901-4144 / (12) 3901-4142.

ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: Rua Felício Savastano, 240 - Vila Industrial - CEP 12.220-270 - das 07h00 às 11h30 e das 13h00 às 15h30. Email para envio de NF-e: sme.follow-up@sjc.sp.gov.br - (12) 3901-2074 / (12) 3901-2229.

3. Todas as informações requeridas nos campos discriminados na Nota Fiscal deverão ser preenchidas em conformidade com os dados da CONTRATANTE constantes na Autorização de Fornecimento - AF, sobretudo quanto à descrição pormenorizada do produto e/ou serviço faturado;

4. Em toda Nota Fiscal deverá ser indicado o número da respectiva Autorização de Fornecimento - AF.

5. Para toda Nota Fiscal cuja natureza de Operação for a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, o pagamento fica condicionado à apresentação de cópia dos últimos recolhimentos devidos aos INSS e FGTS, assim como relatórios da GFIP, tendo como base a data de vencimento do pagamento.

6. Os pagamentos serão realizados através de crédito em conta corrente, obrigatoriamente, vinculada ao mesmo CNPJ/CPF do contratado na AF.

7. Dúvidas relativas aos pagamentos serão dirimidas pela Divisão de Tesouraria pelos telefones (12) 3947-8296 / 3947-8101 ou email tesoura@sjc.sp.gov.br.



Dados para emissão de Nota Fiscal.

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SECRETARIA DE SAUDE

RUA OBIDOS 140 - SECRETARIA DA SAUDE - PARQUE INDUSTRIAL

SAO JOSE DOS CAMPOS / SP - CEP:12235-651

CNPJ: 46.643.466/0001-06 IE: ISENTO

Fone:(012) 3212.1208 / 3212.1209

E-mail: saudec@sjc.sp.gov.br

Fax:(012) 3212.1226 / 3212.1227

Site: www.sjc.sp.gov.br

Número AF: 12410 / 2023

Data AF: 03/10/2023

Modalidade: DISPENSA LICITAÇÃO

Nº Licitação: / Tipo:DCL

Complemento: S/CONTRATO

Proc.Interno: 125504 / 2023

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

VIA ÚNICA

Contratado: 209351 - KERP SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA.

CNPJ/CPF: 26.727.779/0001-35

Endereço: RUA ANTÔNIO DE CASTRO JÚNIOR Nº: 65 Compl: SALA 42 - Bairro: JARDIM AMÉRICA - Cidade: CAÇAPAVA - UF: SP

Telefone: 11 3831-3635

Fax:

E-mail: LICITACOES@KERP.COM.BR; KERP@KERP.COM.BR

Requisitante: 060.002.002.000.SECRETARIA DE SAUDE / SS/DIVISAO DE MANUTENCAO DA SAUDE(DMS)

Cond.Pagto: 30 DDL

Nº Bloqueio: 17413 / 2023 Vínculo:

Nº 12620 / 2023

Empenho: 47805 / 2023

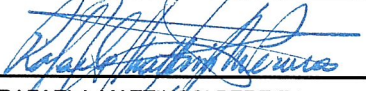


Cód.ficha: 258 / 2023 - 60.10.3.3.90.39.10.301.0006.2.002.01.301000

Obs.: FORM.: 23904/2023, Lei 8.666/1993 - art. 24 - Inciso II - MATERIAIS / OUTROS SERVIÇOS (COMPRA DIRETA)

ITEM	QTDE	UN	CÓD.MATERIAL	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	1	SV	126057	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO E TRANSMISSÃO DE CÂMERAS. SEGUE ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA - SENDO PRAZO DE CONSUMO 03 (TRES) MESES. Entrega:30 Qtde: 1	1.480,59	1.480,59
					TOTAL	1.480,59

Colocar o Nº da AUTORIZAÇÃO
DE FORNECIMENTO e o Nº do EMPENHO, na
Nota Fiscal, bem como detalhar corretamente
a descrição do material e/ou serviços prestados

ADVERTÊNCIAS: Sob pena de sujeitar-se a eventual processo administrativo e/ou judicial, a Contratada deverá observar que: 1 - Os pagamentos devidos serão feitos através de crédito em conta, preferencialmente em um dos seguintes bancos: Banco do Brasil e CEF, não sendo aceitas quaisquer outras modalidades de cobrança, como duplicatas, boletos, etc; 2 - Tendo em vista que o preço inclui a entrega no local indicado, é vedado indicar às transportadoras o recebimento do frete diretamente à Prefeitura.

 RAFAELA MATTIÚSSI PEREIRA Emitente	 ROSALINA DE JESUS CANDIDO Supervisor(a)	 MAURO EDUARDO M. AUGUSTO Chefe de Divisão
Local de Entrega: R FELICIO SAVASTANO Nº: 401 Bairro: VILA INDUSTRIAL Cep: 12220270		
Observação: ALMOX DA SECR DA SAUDE		

OBS.: - Para cada Autorização de Fornecimento deverá ser emitida uma Nota Fiscal distinta;
- Todo Material deverá ser posto e descarregado no local de entrega fixado nesta Autorização de Fornecimento, às exclusivas expensas da contratada.
- Vide Condições Gerais de Fornecimento no verso.



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE SAÚDE
CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTOS

Esta Autorização de Fornecimento (AF) foi emitida de acordo com a legislação vigente mediante observações rigorosas das especificações constantes do Edital que serão cumpridas pelo Fornecedor e garantem o direito à CONTRATANTE de impor as CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO abaixo, cujas cláusulas válidas para compras procedidas de licitação e para compras dispensadas de licitação nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Federal nº 10.520/2002.

I. Deverão ser observadas, as especificações, as condições de acondicionamento, entrega, garantia, prazos, preços, forma de pagamento, incidências tributárias, etc..., vedada qualquer alteração sem a expressa autorização da CONTRATANTE, sob pena de **RECUSA** dos materiais ou recebimento definitivo do serviço.

II. Pelo descumprimento de qualquer das condições especificadas na presente Autorização de Fornecimento, fica a CONTRATADA sujeita às **SANÇÕES** abaixo descritas, sem prejuízo de eventual aplicação subsidiária das sanções previstas na legislação aplicável, no edital e no contrato, se houver:

A. Caso haja **recusa injustificada pela CONTRATADA em retirar ou aceitar** a presente Autorização de Fornecimento - AF, em até 5 (cinco) dias úteis, ficará sujeito a **MULTA DE 30%** (trinta por cento) calculada sobre o valor total da Autorização de Fornecimento - AF.

B. Por **atraso na(s) entrega(s) da(s) mercadoria(s) e/ou serviço(s)** descrita(s) na Autorização de Fornecimento - AF, ficará a CONTRATADA sujeita a **MULTA DIÁRIA DE 0,5%** (cinco décimos por cento) calculadas sobre o valor do item ou itens em atraso.

C. Por entrega de mercadoria e/ou serviço em desacordo com o descrito nesta Autorização de Fornecimento - AF terá a CONTRATADA **48 (quarenta e oito) horas** para sanar a irregularidade; este prazo poderá ser reduzido ou ampliado a critério da CONTRATANTE. Persistindo a falha, aplicar-se-á **MULTA DIÁRIA DE 1%** (um por cento) sobre o valor do item entregue em desacordo, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, ao término do qual, estará evidenciada a inexecução do contrato.

D. Ocorrendo a **inexecução parcial** do item, ficará a CONTRATADA sujeita a aplicação cumulativa de **MULTA DE 10%** (dez por cento) calculada sobre o valor de cada item irregular.

E. Sendo **total a inexecução**, a **MULTA SERÁ DE 30%** (trinta por cento) calculada sobre o valor do item irregular.

F. Incidirão concomitantemente e independentemente das multas acima as seguintes sanções administrativas:

1-) **ADVERTÊNCIA.**

2-) **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA**, por até 2 (dois) anos em participação em licitação e **IMPEDIMENTO** de contratar com a Administração.

3-) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.

4-) No caso das modalidades **PREGÃO PRESENCIAL E PREGÃO ELETRÔNICO**, aplicar-se-á sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, o Artigo 7º da Lei Federal 10.520/02.

III. OBSERVAÇÕES GERAIS:

1. Para cada entrega autorizada pela Autorização de Fornecimento deverá ser emitida uma Nota Fiscal.

2. Todo material deverá ser posto e descarregado no local de entrega fixado no anverso desta Autorização de Fornecimento - AF, todas as despesas decorrentes da entrega e/ou prestação de serviço correrão por conta da CONTRATADA.

• Para entrega nos Almoxxarifados relacionados abaixo, deverão ser cumpridos os seguintes horários:

ALMOXXARIFADO CENTRAL DA ADMINISTRAÇÃO: Rua Felício Savastano, 401 - Vila Industrial - CEP 12.220-270 - das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 15h30. Email para envio de NF-e: almox@sjc.sp.gov.br - (12) 3929-7059 / (12) 3929-1051.

ALMOXXARIFADO DA SECRETARIA DE SAÚDE: Rua Felício Savastano, 401 - Vila Industrial - CEP 12.220-270 - das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 15h30. Email para envio de NF-e: saudentf@sjc.sp.gov.br - (12) 3901-4144 / (12) 3901-4142.

ALMOXXARIFADO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: Rua Felício Savastano, 240 - Vila Industrial - CEP 12.220-270 - das 07h00 às 11h30 e das 13h00 às 15h30. Email para envio de NF-e: sme.follow-up@sjc.sp.gov.br - (12) 3901-2074 / (12) 3901-2229.

3. Todas as informações requeridas nos campos discriminados na Nota Fiscal deverão ser preenchidas em conformidade com os dados da CONTRATANTE constantes na Autorização de Fornecimento - AF, sobretudo quanto à descrição pormenorizada do produto e/ou serviço faturado;

4. Em toda Nota Fiscal deverá ser indicado o número da respectiva Autorização de Fornecimento - AF.

5. Para toda Nota Fiscal cuja natureza de Operação for a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, o pagamento fica condicionado à apresentação de cópia dos últimos recolhimentos devidos aos INSS e FGTS, assim como relatórios da GFIP, tendo como base a data de vencimento do pagamento.

6. Os pagamentos serão realizados através de crédito em conta corrente, obrigatoriamente, vinculada ao mesmo CNPJ/CPF do contratado na AF.

7. Dúvidas relativas aos pagamentos serão dirimidas pela Divisão de Tesouraria pelos telefones (12) 3947-8296 / 3947-8101 ou email tesoura@sjc.sp.gov.br.



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

CREA-SP

ART de Obra ou Serviço
28027230222082695

1. Responsável Técnico**PAULO DONIZETE DAMASCENO**Título Profissional: **Engenheiro Eletricista**Empresa Contratada: **KERP SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI EPP**RNP: **2603824554**Registro: **0682119544-SP**Registro: **2254948-SP****2. Dados do Contrato**Contratante: **POLICIA MILITAR - COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO**CPF/CNPJ: **04.198.514/0071-67**Endereço: **Avenida DOS ESTUDANTES**Nº: **1980**

Complemento:

Bairro: **VILA AEROPORTO**Cidade: **São José do Rio Preto**UF: **SP**CEP: **15025-310**Contrato: **CPI5-090/14/22**Celebrado em: **17/11/2022**

Vinculada à Art nº:

Valor: R\$ **46.000,00**Tipo de Contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional:

3. Dados da Obra ServiçoEndereço: **Avenida DOS ESTUDANTES**Nº: **1980**

Complemento:

Bairro: **VILA AEROPORTO**Cidade: **São José do Rio Preto**UF: **SP**CEP: **15025-310**Data de Início: **17/11/2022**Previsão de Término: **17/01/2023**

Coordenadas Geográficas:

Finalidade: **Infraestrutura**

Código:

Proprietário: **POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO**CPF/CNPJ: **04.198.514/0071-67****4. Atividade Técnica****Elaboração**

			Quantidade	Unidade
1	Direção	Equipamentos	10,00000	ampére
	Direção	Automação	10,00000	ampére

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Prestação de serviços de instalação de cancela eletrônica na sede do 17º BPM/L, conforme detalhamento e especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe. Incluso fornecimento de cancelas, sistema antiesmagamento, controlador de acesso facial, software de controle de acesso, instalação, implantação de equipamentos/peças/software e serviços, inclusive infraestrutura elétrica e lógica, bem como treinamento e suporte técnico, e garantia técnica com manutenção corretiva.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

0-NÃO DESTINADA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

____ de ____ de ____
Local data

PAULO DONIZETE DAMASCENO:08272154870

Assinado: da forma digital por PAULO DONIZETE DAMASCENO:08272154870
Dados: 2024/09/25 15:11:23 -03'00'

PAULO DONIZETE DAMASCENO - CPF: 082.721.548-70

POLICIA MILITAR - COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO -
CPF/CNPJ: 04.198.514/0071-67

9. Informações

- A presente ART encontra-se devidamente quitada conforme dados constantes no rodapé-versão do sistema, certificada pelo *Nosso Número*.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creasp.org.br ou www.confes.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creasp.org.br

Tel: 0800 017 18 11

E-mail: acessar link Fale Conosco do site acima

**CREA-SP**
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
do Estado de São Paulo

Valor ART R\$ 233,94

Registrada em: 26/12/2022

Valor Pago R\$ 233,94

Nosso Número: 28027230222082695

Versão do sistema

Impresso em: 26/12/2022 11:00:25



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

TERMO DE CONTRATO

PROCESSO n° 20221172953

PREGÃO ELETRÔNICO n° PR-160/0102/22

CONTRATO n° CPI5-090/14/22

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE **A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR MEIO DO COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO (UGE 180160) E A EMPRESA KERP SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI**, TENDO POR OBJETO A **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE CANCELA ELETRÔNICA NA SEDE DO 17º BPM/I.**

A **POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por intermédio do(a) **COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO (UGE 180160)**, doravante designado(a) "CONTRATANTE", neste ato representada(o) pelo(a) Senhor(a) **CORONEL PM CARLOR ENRIQUE FORNER**, RG n° **22.586.197-5** e CPF n° **128.000.378-22**, no uso da competência conferida pelo Decreto-Lei Estadual n° 233, de 28 de abril de 1970, e **a empresa KERP SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob n° **26.727.779/0001-35**, com sede **sito na**, a seguir denominada "CONTRATADA", neste ato representada pelo(a) Senhor(a) **Paulo Donizete Damasceno**, portador do RG n° **16.599.991-3 SSP/SP** e CPF n° **082.721.548-70**, em face da adjudicação efetuada no Pregão Eletrônico indicado em epígrafe, celebram o presente TERMO DE CONTRATO, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal n° 10.520/2002, no Decreto Estadual n° 49.722/2005 e no regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal n° 8.666/1993, do Decreto Estadual n° 47.297/2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP-10, de 19 de



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento **a prestação de serviços de instalação de cancela eletrônica na sede do 17º BPM/I.** conforme detalhamento e especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O regime de execução deste contrato é o de empreitada **por preço global**.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O presente contrato será regido pela Lei Federal nº 10.520/2002 e pelas normas mencionadas no preâmbulo durante toda a sua vigência, nos termos do parágrafo único do artigo 191 c/c o inciso II do artigo 193 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços deverá ter início a partir da emissão da ORDEM DE SERVIÇO pelo Gestor do Contrato, nos locais indicados no Termo de Referência, correndo por conta da



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

CONTRATADA todas as despesas decorrentes e necessárias à sua plena e adequada execução, em especial as atinentes a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

CLÁUSULA TERCEIRA –DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O objeto do presente contrato deverá ser realizado **em 60 (sessenta) dias corridos, contados da data estabelecida para o início dos serviços.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O prazo mencionado no *caput* poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas no §1º do artigo 57, da Lei nº 8.666/1993, mediante termo de aditamento, atendido o estabelecido no §2º do referido dispositivo legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Não obstante o prazo estipulado no *caput*, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada no Parágrafo Segundo desta Cláusula, a CONTRATADA não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

À CONTRATADA, além das obrigações constantes do Termo de Referência, que constitui **Anexo I** do Edital indicado no preâmbulo, e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe:

I - zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

II – designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades, em especial da regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica alocada, e pelos contatos com o CONTRATANTE;

III - cumprir as disposições legais e regulamentares municipais, estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços;

IV - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;

V - dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

VI - prestar ao CONTRATANTE, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços;

VII - responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento;

VIII - responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/1993;

IX - manter seus profissionais identificados por meio de crachá com fotografia recente;

X - substituir qualquer integrante de sua equipe cuja permanência nos serviços for julgada inconveniente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da solicitação justificada formulada pelo CONTRATANTE;



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

XI - arcar com despesas decorrentes de infrações de qualquer natureza praticadas por seus empregados durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da sede do CONTRATANTE;

XII - apresentar, quando exigido pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento dos salários e de quitação das obrigações trabalhistas (inclusive as previstas em Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho) e previdenciárias relativas aos empregados da CONTRATADA que atuem ou tenham atuado na prestação de serviços objeto deste contrato;

XIII - identificar todos os equipamentos e materiais de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;

XIV - obedecer às normas e rotinas do CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis;

XV - implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira a não interferir nas atividades do CONTRATANTE, respeitando suas normas de conduta;

XVI - reexecutar os serviços sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis;

XVII - guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

XVIII - manter bens e equipamentos necessários à realização dos serviços, de qualidade comprovada, em perfeitas condições de uso, em quantidade adequada à boa execução dos trabalhos, cuidando para que os equipamentos elétricos sejam dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

XIX – submeter à CONTRATANTE relatório mensal sobre a prestação dos serviços, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;

XX – fornecer à equipe alocada para a execução dos serviços os equipamentos de proteção individual adequados à atividade, o necessário treinamento e fiscalizar sua efetiva utilização;

XXI - prestar os serviços por intermédio da equipe indicada nos documentos apresentados na fase de habilitação, a título de qualificação técnica, quando exigida.

XXII – (....)

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A CONTRATADA não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, a CONTRATADA se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O descumprimento das obrigações previstas nos Parágrafos Primeiro e Segundo desta Cláusula Quarta poderá submeter a CONTRATADA à rescisão unilateral do contrato, a critério da CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei Federal nº 12.846/2013 e o Decreto Estadual nº 60.106/2014.



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Ao CONTRATANTE cabe:

I - exercer a fiscalização dos serviços, designando servidor responsável pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com a CONTRATADA;

II - fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato;

III - efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste;

IV - expedir autorização de serviços, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis da data de início de sua execução.

V- permitir aos técnicos e profissionais da CONTRATADA acesso às áreas físicas envolvidas na execução deste contrato, observadas as normas de segurança;

VI - observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da CONTRATADA, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

VII - (...)

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

O CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados por intermédio do gestor do contrato de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações ajustadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, inclusive quando resultantes de utilização de pessoal inadequado ou sem a qualificação técnica necessária, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte do CONTRATANTE.

PARAGRAFO SEGUNDO

A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato e no **Anexo I** do Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS

A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços objeto deste contrato pelo preço total de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais).

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Nos preços acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionados à prestação dos serviços, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Caso a CONTRATADA seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O preço permanecerá fixo e irrealizável.

CLAUSULA OITAVA –DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

No presente exercício as despesas decorrentes desta contratação irão onerar o **crédito orçamentário de 2022, de classificação funcional programática 06181181949930000 e categoria econômica 33903979.**

PARÁGRAFO ÚNICO

No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto deste contrato será recebido provisoriamente em até 02 (dois) dias úteis, contados da data de recepção pela Administração do relatório de execução dos serviços do mês acompanhado da nota fiscal/fatura representativa da prestação dos serviços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a CONTRATADA deverá refazê-los no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, observando as condições estabelecidas para a prestação.



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância devida à CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, após o recebimento provisório, ou da data de conclusão das correções efetuadas com base no disposto no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, uma vez verificado a execução satisfatória dos serviços, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos serão efetuados **mensalmente**, mediante a apresentação dos originais da nota fiscal/fatura **no protocolo do CONTRATANTE**, em conformidade com a Cláusula Nona deste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os pagamentos serão feitos mediante crédito aberto em conta corrente em nome da contratada no Banco do Brasil S/A. em 30 (trinta) dias, contados da data de entrega da nota fiscal/fatura, ou de sua reapresentação em caso de incorreções, na forma e local previstos nesta Cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da CONTRATADA no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela CONTRATADA, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

PARAGRAFO QUARTO

A CONTRATANTE poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

PARÁGRAFO QUINTO

O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN deverá ser feito em consonância com o artigo 3º e demais disposições da Lei Complementar Federal nº 116/2003, e respeitando as seguintes determinações:

I - Quando da celebração do contrato, a CONTRATADA deverá indicar a legislação municipal aplicável aos serviços por ela prestados, relativamente ao ISSQN, esclarecendo, expressamente, sobre a eventual necessidade de retenção do tributo, pelo tomador dos serviços;

II - Caso se mostre exigível, à luz da legislação municipal, a retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:

a) O CONTRATANTE, na qualidade de responsável tributário, deverá reter a quantia correspondente do valor da nota-fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

apresentada e recolher a respectiva importância em nome da CONTRATADA no prazo previsto na legislação municipal.

b) Para tanto, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de "RETENÇÃO PARA O ISS" ao emitir a nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente. Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.

III - Caso, por outro lado, não haja previsão de retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:

a) A CONTRATADA deverá apresentar declaração da Municipalidade competente com a indicação de sua data-limite de recolhimento ou, se for o caso, da condição de isenção;

b) Mensalmente a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de recolhimento do ISSQN por meio de cópias autenticadas das guias correspondentes ao serviço executado e deverá estar referenciado à data de emissão da nota fiscal, fatura ou documento de cobrança equivalente;

c) Caso, por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura ou do documento de cobrança equivalente, não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do ISSQN, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

d) a não apresentação dessas comprovações assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.

A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste ajuste.



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DO OBJETO CONTRATADO

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO ÚNICO

A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como no artigo 1º, §2º, item 3, do Decreto Estadual nº 55.938/2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Estadual nº 57.159/2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando a CONTRATADA for sociedade cooperativa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, se vier a praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A sanção de que trata o caput desta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no **Anexo IV** do Edital indicado no preâmbulo deste instrumento, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O CONTRATANTE reserva-se no direito de descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais, ou, quando for o caso, efetuará a cobrança judicialmente.

PARÁGRAFO QUARTO

A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/ 2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

A garantia de execução contratual, quando exigida pelo CONTRATANTE em decorrência da celebração do contrato, deverá obedecer às normas previstas no Edital indicado no preâmbulo deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado, ainda, que:

I. Consideram-se partes integrantes do presente Termo de Contrato, como se nele estivessem transcritos:

- a. o Edital mencionado no preâmbulo e seus anexos.
- b. a proposta apresentada pela CONTRATADA;

II. Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições da Lei Federal nº 10.520/2002 e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, da Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

III. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento **em 01(uma) via** que, lido e achado conforme pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

São José do Rio Preto, 17 de novembro de 2022.

PAULO DONIZETE
DAMASCENO:08272154870

Assinado de forma digital
por PAULO DONIZETE
DAMASCENO:08272154870
Dados: 2022.11.17 16:26:07
-03'00'

CONTRATANTE
CARLOS ENRIQUE FORNER
RG nº 22.586.197-5
CPF nº 128.000.378-22
DIRIGENTE

CONTRATADA
PAULO DONIZETE DAMASCENO
RG nº 16.599.991-3
CPF nº 082.721.548-70
PROPRIETÁRIO

TESTEMUNHAS:

RODRIGO FABRICIO NASCIMENTO
RG nº 26.887.259-4
CPF nº 159.368.448-70

ALEXANDRE ESPLENDOR
RG nº 23.441.609-9
CPF nº 121.570.388-09



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO CONTÍNUOS – PARTICIPAÇÃO RESTRITA A ME/EPP/COOPERATIVAS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n.º PR-160/0102/22

PROCESSO n.º 20221172953

OFERTA DE COMPRA N.º 180160000012022OC00970

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 04/10/2022

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 17/10/2022 – as 09:00hs

O **COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO (UGE 180160)**, por intermédio do **CORONEL PM CARLOS ENRIQUE FORNER**, RG nº **22.586.197-5** e CPF nº **128.000.378-22**, usando a competência delegada pelos artigos 3º e 7º, inciso I, do Decreto Estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, torna público que se acha aberta, nesta unidade, situada a **AVENIDA DOS ESTUDANTES Nº 1980, BAIRRO BOA VISTA, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP)**, licitação na modalidade **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP”, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, objetivando a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE CANCELA ELETRÔNICA NA SEDE DO 17º BPM/I**, sob o regime de **empreitada por preço global**, que será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, pelo Decreto Estadual nº 49.722/2005 e pelo regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 47.297/2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

A opção da Administração por licitar de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002 e as normas mencionadas no parágrafo anterior observa o disposto no artigo 191 c/c o inciso II do artigo 193 da Lei Federal nº 14.133/2021.



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

1. OBJETO

1.1. **Descrição.** A presente licitação tem por objeto **a prestação de serviços de instalação de cancela eletrônica na sede do 17º BPM/I.** conforme especificações constantes do Termo de Referência que integra este Edital como **Anexo I**.

2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. **Participantes.** Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Estadual que estejam registrados no CAUFESP, que atuem em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

2.1.1. O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.

2.1.2. O registro no CAUFESP é gratuito. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos para a inscrição no Cadastro, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso estão disponíveis no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br.



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

2.2. **Vedações.** Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:

2.2.1. Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, com base no artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;

2.2.2. Que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.2.3. Que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a autoridade competente, o Pregoeiro, o subscritor do edital ou algum dos membros da respectiva equipe de apoio, nos termos do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993;

2.2.4. Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.5. Que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.2.6. Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011;

2.2.7. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;

2.2.8. Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

2.2.9. Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;





www.policiamilitar.sp.gov.br

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160

2.2.10. Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do artigo 74, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012;

2.2.11. Que estejam proibidas de participar da licitação ou de celebrar a contratação em decorrência do efeito de sanção registrada no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (artigo 22 da Lei Federal nº 12.846/2013), ou no Cadastro Estadual de Empresas Punidas - CEEP (artigo 5º do Decreto Estadual nº 60.106/2014).

2.3. Inexistência de fato impeditivo à participação. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado declare, ao acessar o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistente qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, bem como que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos a Dispensa de Licitação, Convite e Pregão Eletrônico.

2.4. Uso do sistema BEC/SP. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante. Em caso de perda ou quebra do sigilo da senha de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento por meio do sítio eletrônico www.bec.sp.gov.br (opção "CAUFESP"), conforme Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006.

2.5. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.

2.6. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

2.7. Esta licitação é destinada à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, na forma dos itens 4.1.4.3 a 4.1.4.5 deste Edital.

2.8. Às cooperativas que preenchem as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, estendem-se as regras previstas para as microempresas e empresas de pequeno porte referentes à fruição do benefício de habilitação previsto na alínea "f" e subdivisão do item 5.9.



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

3. PROPOSTAS

3.1. **Envio.** As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço www.bec.sp.gov.br na opção "PREGAO-ENTREGAR PROPOSTA", desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.

3.2. **Preços.** Os preços **unitários e total** para a prestação dos serviços serão ofertados no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional, em algarismos, apurados nos termos do item 3.3, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados à prestação de serviços, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

3.2.1. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.

3.2.2. O licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, tais como aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.2.3. **Simples Nacional.** As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de não aceitação dos preços ofertados pelo Pregoeiro.

3.2.3.1. Caso venha a ser contratada, a microempresa ou empresa de pequeno porte na situação descrita no item 3.2.3 deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que celebrado o contrato, nos termos do artigo 30, *caput*, inciso II, e §1º, inciso II, da Lei



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

Complementar Federal nº 123/2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

3.2.3.2. Se a contratada não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o item 3.2.3.1, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que a empresa seja excluída de ofício do Simples Nacional, nos termos do artigo 29, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

3.3. **Reajuste.** O preço ofertado permanecerá fixo e irrecorrível.

3.4. **Validade da proposta.** Na ausência de indicação expressa em sentido contrário no **Anexo II**, o prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

4. HABILITAÇÃO

4.1. O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

4.1.1. Habilitação jurídica

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou **contrato social** atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Em se tratando de sociedade cooperativa: ato constitutivo e estatuto atualizado e registrado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764/1971;

4.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS);
- d) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);
- e) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

4.1.3. Qualificação econômico-financeira

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;
 - a.1) Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “a” deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente.
 - a.2) Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

4.1.4. Declarações e outras comprovações

4.1.4.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do Anexo III.1, atestando que:



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

- a) se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Previdência no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº 42.911/1998;
- b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2.2 deste Edital;
- c) cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

4.1.4.2. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.2**, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014.

4.1.4.3. Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.3**, declarando seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

4.1.4.4. **Comprovação da condição de ME/EPP.** Sem prejuízo da declaração exigida no item 4.1.4.3 e admitida a indicação, pelo licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte será comprovada da seguinte forma:

4.1.4.4.1. Se sociedade empresária, pela apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial competente;

4.1.4.4.2. Se sociedade simples, pela apresentação da "Certidão de Breve Relato de Registro de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte", expedida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

4.1.4.5. Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007:

4.1.4.5.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.4**, declarando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal





www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

nº 12.690/2012 e que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006;

4.1.4.5.2. Sem prejuízo da declaração exigida no item 4.1.4.5.1 e admitida a indicação, pelo licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 será comprovada pela Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente que comprove Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

4.1.5. Qualificação técnica

4.1.5.1. A proponente deverá apresentar “Certificado de Visita Técnica”, conforme o modelo constante do Anexo VI.1.

4.1.5.1.1. A visita técnica tem como objetivo verificar as condições locais para a execução do objeto da contratação, permitindo aos interessados verificar localmente as informações que julgarem necessárias para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente, não cabendo à Administração nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica.

4.1.5.1.2. Poderão ser feitas tantas visitas técnicas quantas cada interessado considerar necessário. Cada visita deverá ser agendada por e-mail 17bpmip4@policiamilitar.sp.gov.br, pelo telefone 3225-8976, ramal 403, e poderá ser realizada até o dia imediatamente anterior à sessão pública, no período das 9h às 17horas.

4.1.5.1.3. Competirá a cada interessado, quando da visita técnica, fazer-se acompanhar dos técnicos e especialistas que entender suficientes para colher as informações necessárias à elaboração da sua proposta.

4.1.5.1.4. As prospecções, investigações técnicas, ou quaisquer outros procedimentos que impliquem interferências no local em que serão prestados os serviços deverão ser previamente informadas e autorizadas pela Administração.



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

4.1.5.1.5. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que serão executados os serviços objeto da contratação.

4.1.5.1.6. O licitante que optar pela não realização da visita técnica deverá, para participar do certame, apresentar declaração afirmando que tinha ciência da possibilidade de fazê-la, mas que, ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica que lhe havia sido facultada, conforme o modelo constante do Anexo VI.2.

4.2. Disposições gerais sobre os documentos de habilitação

4.2.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas nos 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

4.2.2. O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou confirmar o teor das declarações solicitadas no item 4.1.4 deste Edital e das comprovações de qualificação econômico-financeira e de qualificação técnica (caso exigidas nos itens 4.1.3 e 4.1.5), aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes.

4.2.3. Se o licitante for a matriz, os documentos exigidos no item 4.1.2 deverão estar em nome da matriz, e, se for filial, os documentos exigidos no item 4.1.2 deverão estar em nome da filial que, na condição de licitante, executará o objeto do contrato, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4.2.4. O licitante que se considerar isento ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.





www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

5. SESSÃO PÚBLICA E JULGAMENTO

5.1. **Abertura das propostas.** No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação pelo sistema na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

5.2. **Análise.** A análise das propostas pelo Pregoeiro se limitará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e à legislação vigente.

5.2.1. Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- c) apresentadas por licitante impedida de participar, nos termos do item 2.2 deste Edital;
- d) que apresentem preços unitários ou total simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos ou salários de mercado;
- e) formuladas por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do certame licitatório.

5.2.2. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro, observado o disposto no artigo 43, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

5.2.3. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

5.2.4. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

5.3. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.

5.4. **Lances.** Será iniciada a etapa de lances com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.

5.4.1. Os lances deverão ser formulados exclusivamente por meio do sistema eletrônico em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou ao último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada em ambos os casos a redução mínima fixada no item 5.4.2, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor.





www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

5.4.2. O valor de redução mínima entre os lances será de R\$ 300,00 (trezentos reais) e incidirá sobre o valor total.

5.4.3. A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos.

5.4.3.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 03 (três) minutos do período de que trata o item 5.4.3 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.

5.4.3.2. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no item 5.4.3.1, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema do último lance que ensejar prorrogação.

5.4.4. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:

5.4.4.1. dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;

5.4.4.2. do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

5.4.5. A etapa de lances será considerada encerrada findos os períodos de duração indicados no item 5.4.3.

5.5. **Classificação.** Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória contendo a classificação final, em ordem crescente de valores, considerando o último preço admitido de cada licitante.

5.6. **Empate ficto.** Considerando-se que a licitação é destinada à participação exclusiva de licitantes nas condições especificadas no item 2.7, não será concedido o direito de preferência previsto na Lei Complementar Federal nº 123/2006.

5.7. **Negociação.** O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.

5.8. **Aceitabilidade.** Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

5.8.1. A aceitabilidade dos preços será aferida com base nos valores de mercado vigentes na data de referência de preços, apurados mediante pesquisa realizada pela Unidade Compradora que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.





www.policiamilitar.sp.gov.br

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160

5.8.2. Não serão aceitas as propostas que tenham sido apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional e que, não obstante, tenham considerado os benefícios desse regime tributário diferenciado.

5.8.3. Na mesma sessão pública, o Pregoeiro solicitará da licitante detentora da melhor oferta o envio, no campo próprio do sistema, da planilha de proposta detalhada, elaborada de acordo com o modelo do **Anexo II** deste Edital, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação a partir do valor total final obtido no certame.

5.8.3.1. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes a composição de preços unitários de serviços e/ou de materiais/equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários.

5.8.3.2. A critério do Pregoeiro, a sessão pública poderá ser suspensa por até 02 (dois) dias úteis para a apresentação da planilha de proposta em conformidade com o modelo do **Anexo II**.

5.8.3.3. Se a licitante detentora da melhor oferta deixar de cumprir a obrigação estabelecida no item 5.8.3, sua proposta não será aceita pelo Pregoeiro.

5.9. **Exame das condições de habilitação.** Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

- a) Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do CAUFESP e extraídos dos documentos indicados no item 4 deste Edital;
- b) Caso os dados e informações constantes no CAUFESP não atendam aos requisitos estabelecidos no item 4 deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações. Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;
- c) A licitante poderá suprir eventuais omissões ou sanear falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos neste Edital mediante a apresentação de documentos, preferencialmente no campo próprio do Sistema BEC/SP ou por correio





www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

eletrônico a ser fornecido pelo Pregoeiro no chat do sistema, desde que os envie no curso da própria sessão pública e antes de ser proferida a decisão sobre a habilitação;

d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea "b", ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea "c", ambas deste subitem 5.9, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas "b" e "c", a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;

e) Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas dos documentos enviados na forma constante da alínea "c" deverão ser apresentados no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, em até 02 (dois) dias após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e aplicação das penalidades cabíveis;

e.1) Os documentos poderão ser apresentados mediante publicação em órgão da imprensa oficial, ou por cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração; ou

e.2) Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

f) A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas ou empresas de pequeno porte será exigida apenas para efeito de celebração do contrato. Não obstante, a apresentação de todas as certidões e documentos exigidos para a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será obrigatória na fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição ou impedimento.

f.1) A prerrogativa tratada na alínea "f" abrange apenas a regularidade fiscal e trabalhista do licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, não abrangendo os demais requisitos de habilitação exigidos neste Edital, os quais deverão ser comprovados durante o certame licitatório e na forma prescrita neste item 5.9.



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

- g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- h) Havendo necessidade de maior prazo para analisar os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat eletrônico a nova data e horário para sua continuidade.
- i) Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. O Pregoeiro deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico.

5.10. A licitante habilitada nas condições da alínea "f" do item 5.9 deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

5.11. Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea "f", do item 5.9, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no item 5.10 para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista.

5.12. Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que trata o item 5.10, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação.

5.13. **Exame da oferta subsequente.** Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos itens 5.10 a 5.12, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que trata o item 5.5, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.





www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

6. RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

6.1. **Recursos.** Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal e trabalhista nos moldes dos itens 5.10 a 5.12, o Pregoeiro informará às licitantes por meio de mensagem lançada no sistema que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando exclusivamente o campo próprio disponibilizado no sistema.

6.2. Havendo interposição de recurso o Pregoeiro informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões recursais no prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de preclusão. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões ao(s) recurso(s) interposto(s) no prazo comum de 03 (três) dias úteis contados a partir do término do prazo para apresentação, pelo(s) recorrente(s), dos memoriais recursais, sendo-lhes assegurada vista aos autos do processo no endereço indicado pela Unidade Compradora.

6.3. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico no sítio www.bec.sp.gov.br, opção "RECURSO". A apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo dentro dos prazos estabelecidos no item 6.2.

6.4. A falta de interposição do recurso na forma prevista no item 6.1 importará na decadência do direito de recorrer, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto do certame ao vencedor na própria sessão pública e, em seguida, propor à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

6.5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.6. **Homologação.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

6.7. Adjudicação. A adjudicação será feita considerando a totalidade do objeto.

7. DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

7.1. **Desconexão.** À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

7.2. **Efeitos.** A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

- a) fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;
- b) durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.

7.3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

8. LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

8.1. **Remissão ao Termo de Referência.** O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, que constitui **Anexo I** deste Edital, correndo por conta da contratada as despesas necessárias à sua execução, em especial as relativas a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.

9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. Remissão ao contrato. As condições de recebimento do objeto são aquelas definidas pelo termo de contrato, cuja minuta constitui o Anexo V deste Edital.

10. PAGAMENTOS

10.1. **Remissão ao contrato.** Os pagamentos serão efetuados em conformidade com o termo de contrato, cuja minuta constitui o **Anexo V** deste Edital.

11. CONTRATAÇÃO

11.1. **Celebração do contrato.** A contratação decorrente deste certame licitatório será formalizada mediante a assinatura de termo de contrato, cuja minuta integra este Edital como **Anexo V**.



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

11.1.1. Se, por ocasião da celebração do contrato, algum dos documentos apresentados pela adjudicatária para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, a Unidade Compradora verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando ao expediente os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no item 11.1.1 por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º. da Lei Estadual nº 12.799/2008.

11.1.4. Com a finalidade de verificar o eventual descumprimento pelo licitante das condições de participação previstas no item 2.2 deste Edital serão consultados, previamente à celebração da contratação, os seguintes cadastros:

11.1.4.1. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

11.1.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

11.1.4.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992);

11.1.4.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);





www.policiamilitar.sp.gov.br

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160

11.1.4.5. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP
(<http://www.corregedoria.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>);

11.1.4.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

11.1.5. Constituem, igualmente, condições para a celebração do contrato:

11.1.5.1. A apresentação do(s) documento(s) que a adjudicatária, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir antes da celebração do contrato por meio de declaração específica, caso exigida no item 4.1.4.6 deste Edital;

11.1.5.2. A indicação de gestor encarregado de representar a adjudicatária com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa.

11.2. A adjudicatária será convocada pela Unidade Compradora para assinatura do termo de contrato no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data da convocação. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

11.3. **Celebração frustrada.** As demais licitantes classificadas serão convocadas para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração do contrato, quando a adjudicatária:

11.3.1. Deixar de comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, nos moldes do item 5.10, ou na hipótese de invalidação do ato de habilitação com base no disposto na alínea "e" do item 5.9;

11.3.2. For convocada dentro do prazo de validade de sua proposta e não apresentar a situação regular de que tratam os itens 11.1.1 a 11.1.5 deste Edital;

11.3.3. Recusar-se a assinar o contrato ou não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos;

11.3.4. For proibida de participar desta licitação, nos termos do item 2.2 deste Edital.

11.4 A nova sessão de que trata o item 11.3 será realizada em prazo não inferior a 03 (três) dias úteis contados da publicação do aviso no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

11.4.1. O aviso será também divulgado nos endereços eletrônicos www.bec.sp.gov.br e www.imesp.com.br, opção "NEGÓCIOS PÚBLICOS".



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

11.4.2. Na nova sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos itens 5.7 a 5.10 e 6.1 a 6.7 deste Edital.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. **Impedimento de licitar e contratar.** Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

12.2. **Multas e registro.** A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no **Anexo IV** deste Edital, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>.

12.3. **Autonomia.** As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.4. **Descontos.** O contratante poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente lhe forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas neste Edital, seus anexos ou no termo de contrato.

12.5. **Conformidade com o marco legal anticorrupção.** A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

13. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

13.1. Não será exigida a prestação de garantia de execução para celebrar a contratação decorrente deste certame licitatório.



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

14. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

14.1. **Forma.** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados por meio eletrônico, em campo próprio do sistema, encontrado na opção "EDITAL". As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.2. **Decisão.** As impugnações serão decididas pelo subscritor do Edital e os pedidos de esclarecimentos respondidos pelo Pregoeiro até o dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública.

14.2.1. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.

14.2.2. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão entranhados aos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

14.3. **Aceitação tácita.** A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência e na minuta de termo de contrato.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. **Interpretação.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

15.2. **Omissões.** Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pelo órgão responsável pela Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - BEC/SP.

15.3. **Atas.** Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, observado o disposto no artigo 14, inciso IX, do Regulamento anexo à Resolução CC-27/2006, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.

15.4. **Sigilo dos licitantes.** O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes:

15.4.1. Para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta;

15.4.2. Para os demais participantes, até a etapa de habilitação;



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

15.5. Será excluído do certame o licitante que, por quaisquer meios, antes ou durante a sessão pública, franqueie, permita ou possibilite a sua identificação para a Unidade Compradora, para o Pregoeiro ou para os demais participantes em qualquer momento, desde a publicação do aviso até a conclusão da etapa de negociação, especialmente no preenchimento do formulário eletrônico para a entrega das propostas.

15.6. A exclusão de que trata o item anterior dar-se-á por meio de desclassificação do licitante na etapa "Análise de Propostas" e/ou pela não aceitabilidade do preço pelo pregoeiro na etapa "Análise da Aceitabilidade de Preço".

15.7. **Saneamento de erros e falhas.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.7.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

15.7.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.8. **Publicidade.** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos www.imesp.com.br, opção "NEGÓCIOS PÚBLICOS" e www.bec.sp.gov.br, opção "PREGÃO ELETRÔNICO".

15.9. **Prazos.** Os prazos indicados neste Edital em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.

15.10. **Foro.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

15.11. **Anexos.** Integram o presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de planilha de proposta;

Anexo III – Modelos de Declarações;



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

Anexo IV – **Cópia da Resolução de sanções aplicável à Pasta ou autarquia**;

Anexo V – Minuta de Termo de Contrato;

Anexo VI – Modelos referentes à visita técnica;

São José do Rio Preto, 01 de novembro de 2022.

**RODRIGO FABRICIO NASCIMENTO
CAPITÃO PM – SUBSCRITOR DO EDITAL**



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO Nº 17BPMI – 027/40/22

1. CONDIÇÕES GERAIS

- 1.1. o presente memorial deve ser detalhadamente analisado em todas as suas peças, ficando claro que os sistemas ou elementos apontados em quaisquer das peças deverão ser considerados como se estivessem estabelecidos em todas e os que não forem relatados entender-se-ão conforme ABNT ou NBR respectivas;
- 1.2. antes da apresentação da proposta, **a proponente deverá examinar os documentos fornecidos pelo contratante, bem como poderá vistoriar previamente o local**, onde serão executadas as obras, a fim de levantar quantidades, eventuais dúvidas, omissões, discrepâncias ou falhas, as quais deverão ser levadas por escrito ao conhecimento da Contratante até 2 (dois) dias úteis antes do processo licitatório para análise e saneamento;
- 1.3. não serão aceitas reclamações posteriores (intempestivas, realizadas após o certame licitatório), relativas a divergências de cálculo quantitativo e/ou cronograma de execução disciplinado no projeto básico;
- 1.4. a mão de obra será de inteira responsabilidade da CONTRATADA e de primeira qualidade, devendo ser especializada para a obra ora licitada;
- 1.5. os equipamentos e materiais deverão ser devidamente adequados para as finalidades específicas do presente Memorial Descritivo, de acordo com as normas pertinentes ao serviço. Os materiais empregados deverão obedecer às especificações contidas no presente Memorial Descritivo;
- 1.6. a execução deverá estar de acordo com o disposto no presente Memorial Descritivo, Edital de Licitação, Ordem de Execução de Serviço e Supervisão do Contratante e demais normas relativas à boa técnica do ramo;



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

- 1.7. ficará a critério da Fiscalização da contratante impugnar e mandar demolir/ refazer trabalhos executados em desacordo com o projeto, os quais serão refeitos pela CONTRATADA sem quaisquer ônus para a Contratante;
- 1.8. **antes do fornecimento, da instalação ou assentamento de quaisquer materiais previstos neste memorial descritivo, a CONTRATADA, obrigatoriamente, deverá apresentar à Fiscalização e a Contratante o mostruário com os tipos, cores, materiais etc., para que estes sejam aprovados antes da execução final;**
- 1.9. garantia: a CONTRATADA deverá oferecer, por escrito, garantia de 05 (cinco) anos sobre os serviços realizados e materiais empregados, contados a partir da entrega dos serviços nos termos do art. 618 do Código Civil.

2. DESENVOLVIMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

- 2.1. visando à conservação do patrimônio imobiliário, bem como proporcionar maior conforto e funcionalidade, será contratada **empresa especializada em serviços da construção civil para a execução de manutenção e reparação nas dependências do Décimo Sétimo Batalhão de Polícia Militar do Interior, sito a Rua Macyr Amadeu, 996 – São Francisco, município de São José do Rio Preto/SP.**
- 2.2. **estão incluídos o fornecimento total de mão-de-obra e materiais, bem como a disponibilização de equipamentos e maquinários necessários à implementação do projeto em 60 (sessenta) dias, devendo obedecer ao estabelecido neste Memorial Descritivo.**

3. SOLUÇÕES TÉCNICAS A SEREM SEGUIDAS

- 3.1 os materiais e técnicas adotadas deverão ser os usuais em nosso padrão atual de engenharia, de forma a atender as normas técnicas oficiais e os textos legais em vigor, visando a melhor razão custo/benefício, além de evitar materiais e técnicas especiais, que dificulte sua manutenção ou eventual reparo;



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

- 3.2 os serviços poderão discorrer em dias e horário convenientes à CONTRATADA, cumprindo a jornada mínima semanal estabelecida para cada profissão, devendo haver um acordo prévio, ciência e autorização da Fiscalização em casos contrários ao estabelecido;
- 3.3 caberá a CONTRATADA detalhar as informações técnicas com a realização de levantamentos de todas as áreas. A equipe deverá ser dimensionada de forma que o escopo dos serviços seja integralmente executado dentro do prazo estipulado neste Memorial Descritivo.
- 3.3.1 os locais que estiverem sofrendo intervenções deverão ser devidamente isolados pela CONTRATADA, a qual manterá controle para que somente pessoas envolvidas com a atividade tenham acesso ao local;
- 3.4 visando atender a NR-6, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipamentos de proteção individual (EPI's) adequados a todos os empregados mobilizados para a prestação do serviço objeto desta licitação. O tipo e quantidade desses equipamentos deverão estar de acordo com a natureza dos serviços que serão realizados e de acordo com a legislação em vigor. Os EPI's deverão ter CA (Certificado de Aprovação de EPI) pelo MTE e serão fornecidos em intervalos compatíveis com a sua duração e prazo de validade, de acordo com as normas vigentes de forma que todos os empregados sempre disponham dos mesmos em boas condições de uso;
- 3.5 serão obedecidas, no que couber, as disposições relativas à Segurança e Saúde do Trabalho, contidas nas Normas Regulamentadoras, aprovadas pela Portaria 3.214, de 08.06.78, do Ministério do Trabalho, publicada no DOU de 06.07.78.

4. IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 ESCOPO DOS SERVIÇOS

- 4.1.1** serviços a serem executados;
- 4.1.2** limpeza geral e teste final de sistemas instalados.

4.2 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

- 4.2.1 Fornecimento de material e mão de obra para instalação de 02 (duas) unidades de controlador de acesso:** reconhecimento facial de alta resolução sensível ao toque (capacitiva),



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

sistema de detecção de presença através de movimentação indicado a ambientes internos, dados de usuários salvos diretamente no controlador de acesso, upla câmera grande angular de 2 MP: uma de luz visível colorida (RGB) e outra de luz infravermelha (IR), compensação de luz inteligente através de LEDs brancos frontais, autocompensação dos LEDs de luz infravermelha, conexão via Wi-Fi ou Ethernet, precisão de verificação de face > 99,5%, velocidade de comparação da face 0,3s por pessoa Anti fake, possui tecnologia que compara a profundidade da face impossibilitando o uso de fotos e vídeos, por exemplo, para enganar o sistema. Tecnologia Visible light, o controlador não precisa de outras fontes de luz, além da luz natural para fazer uma boa leitura da face. Rápida leitura, leitor mais rápido do mercado, maior velocidade de leitura derivada ao hardware e algoritmo embarcado. Deve possuir operação via Wi-Fi para uma maior flexibilidade, possibilidade de realizar operação sem fio, como gerenciamento, cadastro de pessoas e manutenção. Especificações Técnicas: geral tensão de alimentação: 12 Vdc, potência: 12 W, capacidade de chaveamento: 2A - porta/1A - saídas de alarmes, tensão de chaveamento: 30 VDC, sistema processador principal: embarcado, protocolo internet: IPv4, RTSP, RTP, TCP, UDP, P2P, protocolo OSDP: sim, interoperabilidade: CGI.

4.2.2 Deverá ser instalada com cabo de rede CAT6 blindado, subterrâneo, devendo a contratada colocar em seus custos todas as intervenções necessárias a correta execução do objeto contratado.

4.2.3 Fornecimento de material e mão de obra para instalação de 02 (duas) unidades de Display Touchscreen: 7 polegadas, tipo de tela sensível ao toque (capacitiva), resolução da tela 600 1024 (pixels), câmera 2 MP CMOS (RGB+IR), WDR 120 db, funções modo de autenticação **biometria facial**, **RFID (13,56 MHz)** e **senha**, **leitor de cartão** periférico 1 RS-485, 1 wiegand, com monitoramento em tempo real, configuração da rede, verificação remota, sensor de movimento, sistema de coação, capacidade de usuários de 50.000, com 50.000 biometrias faciais, (1 template facial por usuário), cartões RFID 50.000 (até 5 cartões por usuário), senhas 50.000 (1 senha por usuário), registros 100.000, portas RS-485/RS-232, 1 Wiegand 1 entrada / saída, USB 1 USB 2.0 Port, método de comunicação 1 porta Ethernet (10/100Base-T) e Wi-Fi, entrada de alarme/saída de alarme 2, botão de saída/detecção do status da porta/controle de bloqueio 1 Wi-Fi, antena interna, padrões IEEE 802.11b, 802.11g, 802.11n, frequência operacional 2,4 GHz ~ 2,4835 GHz RFID, modulação ASK Frequência 13,56 MHz, taxa de transmissão 106 a 848 kbps.



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

4.2.4 Fornecimento de material e mão de obra para instalação de 02(duas) Unidades de

Cancela Automática de controle de entrada e saída: Barrier JetFlex Brushless, barreira com LED, cancela automática, padrão de qualidade Barrier JetFlex Brushless, apresenta gabinete de aço galvanizado com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática garantindo maior resistência contra a ação do tempo, para estacionamento e outros locais com intenso fluxo de veículos, com tecnologia que evita o aquecimento do motorreductor melhorando seu rendimento e durabilidade, com baixo consumo de energia. Gabinete universal que permite a instalação da barreira em qualquer lado da cancela, sistema de escamoteamento para destravamento manual (até 4,5m), central eletrônica com inversor de frequência, stop mecânico com regulagem de altura, acionamento do sistema através de motorreductor, polias e correias. Sistema de fim de curso com encoder, freio eletrônico, deve permitir a instalação de diversos acessórios (laço indutivo, sinaleira, fotocélula, botoeira, etc.), ciclos/hora: 300 Intenso Tempo de abertura (ajustável): 2,5 s Tempo de fechamento (ajustável): 3 s Potência do motor: 1 HP Tensão: 127 e 220V.

4.2.5 Fornecimento de material e mão de obra para instalação de 02 (duas) unidades de

totem para interfone: reconhecimento facial e identificação, deve permitir instalação de porteiros eletrônicos, interfones, câmeras, leitores faciais, leitores de Cartão RFID, chaveiros, teclados e leitores de impressão digital. Especificações técnicas e medidas do corpo do totem: altura de 1,20 metros, largura da frente: 10cm, largura lateral: 04cm, medidas da frente do totem (onde é instalado interfones, câmeras, leitores, etc): altura: 15cm, largura: 10cm, profundidade: 05cm, com pintura eletrostática. **O totem deverá ter proteção contra intempéries da natureza.**

4.2.6 Fornecimento de software livre: sem anuidade/mensalidade, sem manutenção, com atualização via internet e instalação em computador da Contratante pela Contratada,

4.2.7 Fornecimento de treinamento para utilização do sistema: para os usuários e gestores do projeto de cancela com certificado emitido pela Contratada, no **total de 15 usuários;**

4.2.8 Fornecimento de material e mão de obra para instalação de 500(quinhetas unidades) de cartões magnéticos: de acesso, compatíveis com o programa, cancela de acesso e sistema adquirido.

4.2.9 Limpeza geral e teste final.



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

4.2.9.1 Limpeza final da obra – fornecimento do material e a mão-de-obra necessários para a limpeza geral de pisos, paredes, vidros, áreas externas, bancadas, louças, metais, etc., inclusive varrição, removendo-se materiais excedentes e resíduos de sujeiras, deixando a obra pronta para a utilização. O local deverá ser entregue completamente limpo, interna e externamente, com todas as instalações em perfeito funcionamento; todos os vidros, aparelhos sanitários, equipamentos e cerâmicas serão cuidadosamente lavados, devendo ser retirados qualquer vestígio de tinta ou argamassa, sob pena de serem refeitas e/ou substituídas. Fornecimento, se necessário, dos serviços de carregamento manual de terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal até a caçamba; concluídos todos os trabalhos de execução e limpeza da área objeto da obra, será realizado o teste de todos os sistemas instalados com a presença do fiscal.

5. DO INÍCIO DOS SERVIÇOS E PRAZOS:

5.1. antes da emissão da OIS será realizada uma reunião técnica, devidamente registrada em ata específica, assinada por todos os envolvidos, para a apresentação, pelos representantes da Polícia Militar, aos representantes técnicos da CONTRATADA, os principais aspectos e critérios que deverão ser adotados na análise de cada etapa da obra, abordando:

- 5.1.3. definição dos serviços a serem elaborados;
- 5.1.4. discussão sobre as diretrizes dos serviços;
- 5.1.5. especificação dos padrões de qualidade a ser aplicado aos serviços;
- 5.1.6. fixação dos prazos parciais e finais para entrega dos serviços;
- 5.1.7. pontos críticos de cada serviço e possíveis soluções;
- 5.1.8. características e peculiaridades do local e dos usuários envolvidos;
- 5.1.9. definição dos técnicos responsáveis pelos serviços e vistoria *in loco*;
- 5.1.10. definição dos critérios de medição e pagamento.

5.2. com base no resultado da Reunião Técnica, a licitante CONTRATADA deverá apresentar, em até 03 (três) dias úteis após a data da reunião, o Plano de Trabalho detalhado, que dará origem à OIS de cada serviço, indicando as fases, e áreas a que sofrerão intervenção, o cronograma dos serviços, a equipe de trabalho e os recursos materiais.





www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

5.2.3. o Plano de Trabalho detalhado deverá ser apresentado em estilo "Diagrama de Gantt", com todas as tarefas previstas em contrato (bem como as subtarefas desdobradas para se concluir cada tarefa – se houver, além de suas datas de início e término).

5.2.4. sugere-se a utilização de aplicativos do tipo MS-Project ou Gantt Project, este último do tipo "open source", para a montagem do Plano de Trabalho citado.

5.3. **na OIS ficará definido o escopo do trabalho, os produtos a serem entregues, a equipe que será mobilizada, o cronograma de trabalho, o prazo final da OIS e os critérios de medição;**

5.4. **a empresa CONTRATADA deverá possuir estrutura suficiente para atender às atividades definidas nas OIS's e os prazos estipulados.**

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

6.1. execução:

6.1.1. não poderão ser executados serviços não previstos em contrato sem motivação prévia e autorização do Contratante;

6.1.2. o início das obras está condicionado a expedição da Ordem de Início dos Serviços (OIS);

6.1.3. todo transporte de equipamentos ou materiais deve ser realizado dentro das normas de segurança e por conta da Contratada;

6.1.4. caberá somente ao Contratante a suspensão de itens considerados desnecessários, os quais serão subtraídos do valor global;

6.1.5. caberá a interessada levantar a relação minuciosa e dificuldades construtivas a serem observadas no local e incluí-las em seus custos;

6.1.6. na execução dos serviços poderá haver adaptações para a adoção de materiais com padrão comercial de produção. Neste caso deverão ser aprovadas pelo Contratante eventuais alterações em relação ao projeto apresentado;

6.1.7. todo entorno afetado pela obra deve ser reconstituído, como calçamento, paredes próximas, etc;

6.2. preços:



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

6.2.1. a Contratada deverá apresentar planilha contendo quantidade dos serviços e seus preços unitários de mão de obra e material, de acordo com o contido neste Memorial Descritivo, e ainda o preço global da proposta.

6.3. prazos:

6.3.1. **de início:** imediato, após a emissão e assinatura da Ordem de Início de Serviço e liberação da Nota de Empenho.

6.3.2. **de execução:** 60 (sessenta) dias, excluindo os dias que implicarem em parada da obra, conforme liberação da fiscalização e aprovação do Contratante.

6.3.3. **de observação:** 60 (sessenta) dias após o recebimento da obra.

6.3.4. **de garantia:** 05 (cinco) anos.

6.3.5. **de validade da proposta:** 60 (sessenta) dias.

6.4. profissionais:

6.4.1. o pessoal empregado deverá ser competente para a execução da obra, além de serem identificados previamente, portar crachá de identificação fornecido pela Contratada, cabendo à fiscalização da contratante e à segurança da Unidade, a proibição da entrada e permanência de indivíduos considerados suspeitos e indesejáveis, ou que de alguma forma representem prejuízos à segurança da Organização Policial Militar – OPM, no local da obra.

6.5. vistoria:

6.5.1. as licitantes poderão vistoriar o local da obra a fim de conhecer as condições físicas, peculiaridades e quantidades envolvidas. Os quantitativos apresentados devem ser confirmados "in loco" pelos licitantes, incluindo-os em seus custos.

6.5.2. o licitante que optar pela não realização da visita técnica deverá, para participar do certame, apresentar declaração afirmando que tinha ciência da possibilidade de fazê-la, mas que, ciente dos riscos e consequências envolvidos optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica que lhe havia sido facultada.

7. DAS OBSERVAÇÕES GERAIS:



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

- 7.1 a Contratada deverá manter no local o livro de registro de serviço diário, devendo o Contratante receber as segundas vias das folhas do mesmo; nesse livro devem estar registrados os trabalhos em andamento, condições especiais que afetem o desenvolvimento dos trabalhos e o fornecimento de materiais, fiscalizações ocorridas e suas observações, anotações técnicas, etc.;
- 7.2. a CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o disposto na CLT e especificamente o disposto na Lei nº 6514, de 22 de dezembro de 1977 e na portaria nº 3214, de 08 de junho de 1978 e suas Normas Regulamentadoras;
- 7.3. as irregularidades constatadas e notificadas pela fiscalização do CIAP ou do Décimo Sétimo Batalhão de Polícia Militar do Interior deverão ser de pronto sanadas;
- 7.4. a participação nesta licitação implica a aceitação integral e irretratável pelas licitantes dos termos deste projeto básico e seus anexos, bem como implica o dever de observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis e, portanto, é inadmissível, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em quaisquer fases do certame e execução contratual.

São José do Rio Preto, 27 de setembro de 2022.

CARLOS EDUARDO PAVANI
1º Ten PM Chefe do Setor de Materiais



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

ANEXO II

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

OBJETO	<u>Prestação de serviços de instalação de cancela eletrônica na sede do 17º BPM/I.</u>
LOCAL	Conforme Memorial Descritivo nº 17BPMI-027/40/22 (Anexo I).

ITEM SIAFÍSICO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
115770	SERVICO DE MANUTENCAO EM EQUIPAMENTO DE SEGURANCA/VIGILANCIA - CANCELA ELETRONICA	1	R\$	R\$
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS.....			R\$	

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

ANEXO III

MODELOS DE DECLARAÇÕES

ANEXO III.1

MODELO A QUE SE REFERE O ITEM 4.1.4.1. DO EDITAL

(em papel timbrado da licitante)

Nome completo: _____

RG nº: _____ CPF nº: _____

DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico Nº PR-160/0102/22, Processo nº 20221172953:

- a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Previdência no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº 42.911/1998;
- b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 2.2 deste Edital;
- e
- c) atende às normas de saúde e segurança do trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

ANEXO III.2

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO
MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico Nº PR-160/0102/22, Processo nº 20221172953, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV – no tocante a licitações e contratos:
- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
 - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
 - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
 - g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

ANEXO III.3

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM ME/EPP, NOS TERMOS DO ITEM 4.1.4.3. DO EDITAL.

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico Nº PR-160/0102/22, Processo nº 20221172953, **DECLARO**, sob as penas da Lei, o seu enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

ANEXO III.4

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO COOPERATIVA QUE PREENCHA AS CONDIÇÕES
ESTABELECIDAS NO ART. 34, DA LEI FEDERAL Nº 11.488/2007**

(em papel timbrado da licitante)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM COOPERATIVAS, NOS TERMOS DO ITEM 4.1.4.5 DO EDITAL.

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____,
representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar
do Pregão Eletrônico Nº PR-160/0102/22, Processo nº 20221172953, **DECLARO**, sob as penas da Lei,
que:

- a) O Estatuto Social da cooperativa encontra-se adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;
- b) A cooperativa auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a ser comprovado mediante Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente;

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR-160/0102/22

PROCESSO Nº 20221172953

RESOLUÇÃO Nº SSP-333/05

Dispõe sobre a aplicação das multas previstas nos artigos 79, 80 e inciso II do artigo 81 da Lei Estadual 6.544, de 22.11.89, nos artigos 81, 86 e 87 da Lei Federal 8.666, de 21.06.93 e alterações posteriores, no âmbito da Secretaria dos Negócios da Segurança Pública do Estado de São Paulo

O Secretário da Segurança Pública, nos termos artigo 3º do Decreto 31.138, de 09.01.90, resolve:

Artigo 1º - A aplicação de multas, a que se referem os artigos 86 e 87 da Lei Federal 8.666 de 21.06.93, e alterações que lhe foram incorporadas, e os artigos 79, 80, 81 inciso II, da Lei Estadual 6.544, de 22.11.89, obedecerá às normas estabelecidas na presente Resolução.

Artigo 2º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, ensejará a multa correspondente a 20% do valor do ajuste ou multa correspondente à diferença do preço resultante de nova licitação para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

Artigo 3º - A inexecução total do ajuste ensejará a aplicação de multa de 30% do valor do ajuste ou multa correspondente à diferença do preço resultante de nova licitação para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

~~**Artigo 4º** - A inexecução parcial do ajuste ensejará a aplicação de multa de 20% calculada sobre o valor dos materiais não entregues ou serviços não executados ou multa correspondente à diferença do preço, resultante da nova licitação, referente à parcela da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.~~

Artigo 4º - A inexecução parcial do ajuste ensejará a aplicação de multa, na seguinte conformidade:



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

I - 20% calculada sobre o valor dos materiais não entregues ou serviços não executados ou multa correspondente à diferença do preço, resultante da nova licitação, referente à parcela da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor;

II - 20% calculada sobre o valor do bem ou serviço, no caso de deixar de substituir ou reparar o objeto que apresentar falhas ou defeitos, durante o período de garantia contratual.

Artigo 5º - O descumprimento injustificado de prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente para entrega de materiais, execução de etapas ou conclusão de obras e serviços com prazos determinados, ensejarão a aplicação das seguintes multas, que incidirão sobre o valor das obrigações não cumpridas:

I - atraso de até 15 dias = 0,2% por dia de atraso

II - atraso de 16 a 30 dias = 0,3% por dia de atraso

III - atraso de 31 a 60 dias = 0,4% por dia de atraso

§ 1º - o atraso superior a 60 dias será considerado inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso;

§ 2º - nos casos de materiais não entregues, o atraso será contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estabelecido para a entrega.

§ 3º - nos casos de materiais entregues e não aceitos, o atraso será contado a partir do 1º dia útil subsequente ao prazo estabelecido para a nova entrega.

Artigo 6º- O descumprimento das obrigações que ferem critérios e condições previstos nos contratos de prestação de serviços contínuos e que não configurem inexecução total ou parcial do ajuste ou mora no adimplemento, ensejará a aplicação de multa de 5% que incidirá sobre o valor mensal contratual correspondente ao mês da ocorrência.

Artigo 7º - As multas serão aplicadas na seguinte conformidade:

I - recusa injustificada em assinar, aceitar ou retirar o contrato = 20% do valor total do contrato ou diferença do preço resultante de nova licitação para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

II - inexecução total = 30% do valor total do contrato ou diferença do preço resultante de nova licitação para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.





www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

III - inexecução parcial = 20% do valor referente às obrigações não cumpridas ou diferença do preço resultante de nova licitação para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

IV - atraso de até 15 dias = 0,2% x dias de atraso x valor referente às obrigações não cumpridas.

V - atraso de 16 a 30 dias = 0,3% x dias de atraso x valor referente às obrigações não cumpridas.

VI - atraso de 31 a 60 dias = 0,4% x dias de atraso x valor referente às obrigações não cumpridas.

VII - descumprimento de critérios e condições previstas nos contratos de prestação de serviços contínuos = 5% x valor mensal do contrato.

Artigo 8º - Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será a contratada notificada da infração e da penalidade correspondente, para apresentar defesa no prazo de 5 dias úteis contados do 1º dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

§ 1º - Recebida a defesa, a autoridade competente deverá manifestar-se motivadamente sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.

§ 2º - No caso de aplicação da multa, a mesma deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Artigo 9º - O valor correspondente à multa, após o devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito da ampla defesa à contratada, será descontado do primeiro pagamento subsequente devido à Contratada decorrente de execução contratual e no caso de não haver pagamentos pendentes à contratada, o valor da multa deverá ser recolhido ao Tesouro do Estado, por meio de guia de recolhimento, no prazo de até 05 dias contados da publicação da multa no Diário Oficial do Estado de São Paulo ou, caso o contrato tenha exigido garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

§ 1º - O pagamento da multa deverá ser devidamente comprovado perante a Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, sendo aplicados juros moratórios de 0,5% ao mês às multas não recolhidas até o vencimento.

§ 2º - Se o pagamento da multa imposta ao contratado não for efetuado dentro do prazo de 05 dias contados da data da publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, sua cobrança será feita judicialmente, nos termos da legislação em vigor.



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

Artigo 10 - A multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93, na Lei Estadual nº 6.544, de 22.11.89 e na Lei Federal nº 10.520, de 17.07.02 e suas alterações.

Parágrafo primeiro - Para as sanções previstas nos incisos III e IV dos artigos 87 da Lei Federal 8.666, de 21.06.93 e 81 da Lei Estadual nº 6.544, de 22.11.89, bem como, no artigo 7 da Lei Federal 10.520, de 17.07.02, deverá ser observado o disposto no Decreto 48.999, de 29.09.04 e na Resolução CC-52 de 19.07.2005.

Parágrafo segundo - A autoridade competente para aplicação das sanções referidas no parágrafo anterior, após o julgamento dos recursos ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, providenciará a sua imediata divulgação no sítio eletrônico www.sancoes.sp.gov.br considerando que o mesmo é acessado a cada licitação/contratação efetuada pela Administração.

Artigo 11 - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a da outra.

Artigo 12 - As disposições desta Resolução aplicam-se também às obras, serviços ou compras realizadas mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 13 - "Da aplicação das multas previstas nesta Resolução caberá recurso no prazo de 5 dias úteis, conforme o disposto no artigo 109, inciso I, alínea "f", da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93".

Artigo 14 - As normas estabelecidas nesta resolução deverão constar, obrigatoriamente, em todos os instrumentos convocatórios das licitações e nos contratos firmados para fornecimentos, obras ou serviços.

Artigo 15 - Aos casos não previstos nesta Resolução aplicam-se as disposições pertinentes da Lei Federal 8.666, de 21.06.93, da Lei Estadual 6.544, de 22.11.89 e atualizações posteriores.

Artigo 16 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução SSP-111/91.





www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

ANEXO V

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

PROCESSO n° 20221172953

PREGÃO ELETRÔNICO n° PR-160/0102/22

CONTRATO n° CPI5-XXX/14/22

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE **A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR MEIO DO COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO (UGE 180160)** E **A EMPRESA**, TENDO POR OBJETO A **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE CANCELA ELETRÔNICA NA SEDE DO 17º BPM/I.**

A **POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por intermédio do(a) **COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO (UGE 180160)**, doravante designado(a) "CONTRATANTE", neste ato representada(o) pelo(a) Senhor(a) **CORONEL PM CARLOR ENRIQUE FORNER**, RG n° **22.586.197-5** e CPF n° **128.000.378-22**, no uso da competência conferida pelo Decreto-Lei Estadual n° 233, de 28 de abril de 1970, e **a empresa**, inscrita no CNPJ sob n° _____, com sede **sito na**, a seguir denominada "CONTRATADA", neste ato representada pelo(a) Senhor(a) _____, portador do RG n° _____ e CPF n° _____, em face da adjudicação efetuada no Pregão Eletrônico indicado em epígrafe, celebram o presente TERMO DE CONTRATO, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal n° 10.520/2002, no Decreto Estadual n° 49.722/2005 e no regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal n° 8.666/1993, do Decreto Estadual n° 47.297/2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento **a prestação de serviços de instalação de cancela eletrônica na sede do 17º BPM/L.** conforme detalhamento e especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O regime de execução deste contrato é o de empreitada **por preço global.**

PARÁGRAFO TERCEIRO

O presente contrato será regido pela Lei Federal nº 10.520/2002 e pelas normas mencionadas no preâmbulo durante toda a sua vigência, nos termos do parágrafo único do artigo 191 c/c o inciso II do artigo 193 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços deverá ter início a partir da emissão da ORDEM DE SERVIÇO pelo Gestor do Contrato, nos locais indicados no Termo de Referência, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes e necessárias à sua plena e adequada execução, em especial as atinentes a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

CLÁUSULA TERCEIRA –DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O objeto do presente contrato deverá ser realizado **em 60 (sessenta) dias corridos, contados da data estabelecida para o início dos serviços.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O prazo mencionado no *caput* poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas no §1º do artigo 57, da Lei nº 8.666/1993, mediante termo de aditamento, atendido o estabelecido no §2º do referido dispositivo legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Não obstante o prazo estipulado no *caput*, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada no Parágrafo Segundo desta Cláusula, a CONTRATADA não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

À CONTRATADA, além das obrigações constantes do Termo de Referência, que constitui **Anexo I** do Edital indicado no preâmbulo, e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe:

I - zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

II – designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades, em especial da regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica alocada, e pelos contatos com o CONTRATANTE;

III - cumprir as disposições legais e regulamentares municipais, estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços;

IV - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;

V - dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

VI - prestar ao CONTRATANTE, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços;

VII - responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento;

VIII - responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/1993;

IX - manter seus profissionais identificados por meio de crachá com fotografia recente;

X - substituir qualquer integrante de sua equipe cuja permanência nos serviços for julgada inconveniente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da solicitação justificada formulada pelo CONTRATANTE;

XI - arcar com despesas decorrentes de infrações de qualquer natureza praticadas por seus empregados durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da sede do CONTRATANTE;

XII - apresentar, quando exigido pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento dos salários e de quitação das obrigações trabalhistas (inclusive as previstas em Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho) e previdenciárias relativas aos empregados da CONTRATADA que atuem ou tenham atuado na prestação de serviços objeto deste contrato;

XIII - identificar todos os equipamentos e materiais de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

XIV - obedecer às normas e rotinas do CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis;

XV - implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira a não interferir nas atividades do CONTRATANTE, respeitando suas normas de conduta;

XVI - reexecutar os serviços sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis;

XVII - guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

XVIII - manter bens e equipamentos necessários à realização dos serviços, de qualidade comprovada, em perfeitas condições de uso, em quantidade adequada à boa execução dos trabalhos, cuidando para que os equipamentos elétricos sejam dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;

XIX – submeter à CONTRATANTE relatório mensal sobre a prestação dos serviços, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;

XX – fornecer à equipe alocada para a execução dos serviços os equipamentos de proteção individual adequados à atividade, o necessário treinamento e fiscalizar sua efetiva utilização;

XXI - prestar os serviços por intermédio da equipe indicada nos documentos apresentados na fase de habilitação, a título de qualificação técnica, quando exigida.

XXII – (....)

PARÁGRAFO PRIMEIRO



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

A CONTRATADA não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, a CONTRATADA se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV – no tocante a licitações e contratos:
 - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
 - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;





www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O descumprimento das obrigações previstas nos Parágrafos Primeiro e Segundo desta Cláusula Quarta poderá submeter a CONTRATADA à rescisão unilateral do contrato, a critério da CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei Federal nº 12.846/2013 e o Decreto Estadual nº 60.106/2014.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Ao CONTRATANTE cabe:

- I - exercer a fiscalização dos serviços, designando servidor responsável pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com a CONTRATADA;
- II - fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato;
- III - efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste;

IV - expedir autorização de serviços, com antecedência mínima de () dias úteis da data de início de sua execução.

V- permitir aos técnicos e profissionais da CONTRATADA acesso às áreas físicas envolvidas na execução deste contrato, observadas as normas de segurança;



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

VI - observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da CONTRATADA, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

VII - (...)

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

O CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados por intermédio do gestor do contrato de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações ajustadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, inclusive quando resultantes de utilização de pessoal inadequado ou sem a qualificação técnica necessária, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte do CONTRATANTE.

PARAGRAFO SEGUNDO

A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato e no **Anexo I** do Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS

A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços objeto deste contrato pelo preço total de R\$ _____ (_____).

PARÁGRAFO PRIMEIRO



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

Nos preços acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionados à prestação dos serviços, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Caso a CONTRATADA seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O preço permanecerá fixo e irrevogável.

CLAUSULA OITAVA –DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

No presente exercício as despesas decorrentes desta contratação irão onerar o **crédito orçamentário de 2022, de classificação funcional programática 06181181949930000 e categoria econômica 33903979.**

PARÁGRAFO ÚNICO

No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

O objeto deste contrato será recebido provisoriamente em até () dias úteis, contados da data de recepção pela Administração do relatório de execução dos serviços do mês acompanhado da nota fiscal/fatura representativa da prestação dos serviços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a CONTRATADA deverá refazê-los no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, observando as condições estabelecidas para a prestação.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância devida à CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de () dias úteis, após o recebimento provisório, ou da data de conclusão das correções efetuadas com base no disposto no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, uma vez verificado a execução satisfatória dos serviços, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos serão efetuados **mensalmente**, mediante a apresentação dos originais da nota fiscal/fatura **no protocolo do CONTRATANTE**, em conformidade com a Cláusula Nona deste instrumento.



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os pagamentos serão feitos mediante crédito aberto em conta corrente em nome da contratada no Banco do Brasil S/A. em 30 (trinta) dias, contados da data de entrega da nota fiscal/fatura, ou de sua reapresentação em caso de incorreções, na forma e local previstos nesta Cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da CONTRATADA no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais- CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela CONTRATADA, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

PARAGRAFO QUARTO

A CONTRATANTE poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

PARÁGRAFO QUINTO

O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN deverá ser feito em consonância com o artigo 3º e demais disposições da Lei Complementar Federal nº 116/2003, e respeitando as seguintes determinações:



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

- I - Quando da celebração do contrato, a CONTRATADA deverá indicar a legislação municipal aplicável aos serviços por ela prestados, relativamente ao ISSQN, esclarecendo, expressamente, sobre a eventual necessidade de retenção do tributo, pelo tomador dos serviços;
- II - Caso se mostre exigível, à luz da legislação municipal, a retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:
- a) O CONTRATANTE, na qualidade de responsável tributário, deverá reter a quantia correspondente do valor da nota-fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente apresentada e recolher a respectiva importância em nome da CONTRATADA no prazo previsto na legislação municipal.
 - b) Para tanto, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de "RETENÇÃO PARA O ISS" ao emitir a nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente. Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.
- III - Caso, por outro lado, não haja previsão de retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:
- a) A CONTRATADA deverá apresentar declaração da Municipalidade competente com a indicação de sua data-limite de recolhimento ou, se for o caso, da condição de isenção;
 - b) Mensalmente a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de recolhimento do ISSQN por meio de cópias autenticadas das guias correspondentes ao serviço executado e deverá estar referenciado à data de emissão da nota fiscal, fatura ou documento de cobrança equivalente;
 - c) Caso, por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura ou do documento de cobrança equivalente, não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do ISSQN, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.
 - d) a não apresentação dessas comprovações assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.





www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.

A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DO OBJETO CONTRATADO

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO ÚNICO

A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como no artigo 1º, §2º, item 3, do Decreto Estadual nº 55.938/2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Estadual nº 57.159/2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando a CONTRATADA for sociedade cooperativa.



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, se vier a praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A sanção de que trata o caput desta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no **Anexo IV** do Edital indicado no preâmbulo deste instrumento, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O CONTRATANTE reserva-se no direito de descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais, ou, quando for o caso, efetuará a cobrança judicialmente.

PARÁGRAFO QUARTO

A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/ 2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

A garantia de execução contratual, quando exigida pelo CONTRATANTE em decorrência da celebração do contrato, deverá obedecer às normas previstas no Edital indicado no preâmbulo deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado, ainda, que:

I. Consideram-se partes integrantes do presente Termo de Contrato, como se nele estivessem transcritos:

a. o Edital mencionado no preâmbulo e seus anexos.

b. a proposta apresentada pela CONTRATADA;

II. Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições da Lei Federal nº 10.520/2002 e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, da Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

III. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento **em 01(uma)** **via** que, lido e achado conforme pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

São José do Rio Preto, de de 2022.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

(nome, RG e CPF)

(nome, RG e CPF)



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

ANEXO VI

MODELOS REFERENTES À VISITA TÉCNICA

ANEXO VI.1

**CERTIFICADO DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA
(Emitido pela Unidade Compradora)**

ATESTO que o representante legal do licitante _____, interessado em participar do Pregão Eletrônico Nº PR-160/0102/22, Processo nº 20221172953, realizou nesta data visita técnica nas instalações do _____, recebendo assim todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.

(Local e data)

(nome completo, assinatura e qualificação
do representante da licitante)

(nome completo, assinatura e cargo do
servidor responsável por acompanhar a
visita)



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



www.policiamilitar.sp.gov.br

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO
UNIDADE GESTORA EXECUTORA 180160**

ANEXO VI.2

**DECLARAÇÃO DE OPÇÃO POR NÃO REALIZAR A VISITA TÉCNICA
(Elaborado pelo licitante)**

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico Nº PR-160/0102/22, Processo nº 20221172953, **DECLARO** que o licitante não realizou a visita técnica prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.

(Local e data)

(nome completo, assinatura e qualificação do representante da licitante)



COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR CINCO - SEÇÃO DE DESPESAS, ORÇAMENTOS E CUSTOS
Avenida dos Estudantes Nº 1980, Boa Vista, São José do Rio Preto/SP
Telefone: (17) 3231-7771 ramal 2092 - E-mail: cpi5uge@policiamilitar.sp.gov.br



FUNDAÇÃO MUNICIPAL PARA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA
Rua Antonio Cesarino, 985 - Bairro Centro - CEP 13015-291 - Campinas - SP - <http://www.fumec.sp.gov.br>

FUMEC-DIR EXEC/FUMEC-GAF/FUMEC-GAF-GC

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Campinas, 10 de maio de 2024.

Declaramos por meio deste, para os devidos fins legais de direito que a empresa contratada abaixo qualificada, executou os serviços abaixo discriminados de maneira satisfatória cumprindo com todas as suas responsabilidades, não restando nada que a desabone.

CONTRATANTE EMITENTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL PARA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA (FUMEC)

Endereço: Rua Antônio Cesarino, n.º 985 – Centro - Campinas/SP

CNPJ n.º 57.500.902/0001-04

Representante Legal: Lucas Gimenez Pavanello

Cargo: Gerente Administrativo e Financeiro

CPF: 401.516.408-31

PROCESSO

Objeto: Contratação de empresa especializada para Prestação de serviço de manutenção e instalação com fornecimento de equipamentos, material e mão de obra de **CIRCUITO FECHADO E SISTEMA DE ALARME COM MONITORAMENTO** nas unidades da FUMEC/CEPROCAMP), conforme condições e especificações constantes do **ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA**.

Processo Administrativo n.º FUMEC.2021.00001424-61

Pregão Eletrônico n.º 60/2021

Termo de Contrato n.º 01/2022

Termo de Aditamento n.º 28/2022

Data do Início Contratual: 24/01/2022

Prazo contratual: Contrato (30 meses)

Data de Término dos Serviços: 23/07/2024

Valor do Contrato: R\$ 659.685,00 (seiscentos e cinquenta e nove mil seiscentos e oitenta e cinco reais).

CONTRATADA

KERP SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI

Endereço: Rua Antônio de Castro Junior, n.º 88, sala 3, Bairro Jardim América, CEP: 12.281-220, Caçapava/SP.


CNPJ n.º 26.727.779/0001-35

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO


Descrição: Contratação de empresa especializada para Prestação de serviço de manutenção e instalação com fornecimento de equipamentos, material e mão de obra de **CIRCUITO FECHADO E SISTEMA DE ALARME COM MONITORAMENTO** nas unidades da **FUMEC/CEPROCAMP**), conforme condições e especificações constantes do **ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA**.

Especificação do Serviço Executado:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade Prevista	Quantidade Utilizada
1	Câmera IP Bullet 2,8 mm	Unidade	Intelbras	62	49
2	Câmera IP Bullet 3,6 mm	Unidade	Intelbras	62	56
3	Câmera IP Dome 2.8 a 12 mm	Unidade	Intelbras	40	28
4	Gravador Digital	Unidade	Intelbras	12	12
5	Switch	Unidade	Intelbras	12	12
6	Disco Rígido	Unidade	WD Purple	40	16
7	Monitor de vídeo	Unidade	Philco	10	1
8	Nobreak 1,5 kVA	Unidade	Ragtech	12	10
9	Nobreak 3,0 kVA	Unidade	Ragtech	10	4
10	Rack de Piso 5 U	Unidade	Intelbras	12	9
11	Cabo Blindado	Metros	Copperlan	3750	3750
12	Conector	Unidade	Intelbras	250	248
13	Horas de serviço	Horas	Kerp	500	479
14	Manutenção CFTV	Unidade mês	Kerp	450	0
15	Sensor IVP	Unidade	Intelbras	62	62
16	Cabo 4x40	Metros	Conduitti	2500	1751
17	Central	Unidade	Intelbras	25	9
18	Bateria	Unidade	Intelbras	25	11
19	Sirene	Unidade	Intelbras	20	12
20	Horas de serviço	Horas	Kerp	1200	646
21	Manutenção Alarme	Unidade x Mês	Kerp	450	0
22	Monitoramento Alarme	Unidade x Mês	Kerp	450	333



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS GIMENEZ PAVANELLO**, **Gerente Administrativo**, em 10/05/2024, às 17:15, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **11055651** e o código CRC **1548CC6E**.



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-AM

ART OBRA OU SERVIÇO
Nº AM20240469407

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

INICIAL

1. Responsável Técnico

PAULO DONIZETE DAMASCENO

Título profissional: **ENGENHEIRO ELETRICISTA**

RNP: **2603824554**

Registro: **2603824554AM**

2. Dados do Contrato

Contratante: **CENTRO GESTOR OP. SISTEMA PROTECAO AMAZONIA**

CPF/CNPJ: **07.129.796/0003-98**

AVENIDA DO TURISMO

Nº: **1350**

Complemento:

Bairro: **TARUMÃ-AÇU**

Cidade: **MANAUS**

UF: **AM**

CEP: **69023001**

Contrato: **068/2024**

Celebrado em: **24/05/2024**

Valor: **R\$ 10.450,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

AVENIDA DO TURISMO

Nº: **1350**

Complemento:

Bairro: **TARUMÃ-AÇU**

Cidade: **MANAUS**

UF: **AM**

CEP: **69023001**

Data de Início: **24/05/2024**

Previsão de término: **07/08/2024**

Coordenadas Geográficas: **-2.992082, -60.035910**

Finalidade: **Serviço Público**

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **CENTRO GESTOR OP. SISTEMA PROTECAO AMAZONIA**

CPF/CNPJ: **07.129.796/0003-98**

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração

Quantidade

Unidade

82 - Projeto de Instalações > ELETRÔNICA > SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA
 ELETRÔNICA > #TOS_12.9.3 - DE CIRCUITO FECHADO DE TV

30,00

d

82 - Projeto de Instalações > ELETRÔNICA > SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA
 ELETRÔNICA > #TOS_12.9.1 - DE SISTEMAS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA

30,00

d

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

Contratação de serviços de empresa de engenharia especializada para elaboração de projeto de implantação do sistema de CFTV, nas dependências do complexo predial do Centro Regional de Manaus do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam, nas condições estabelecidas no Termo de Referência nº 3/2024-SEADM-MN.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-AM, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NAO OPTANTE

KERP SOLUCOES EM TECNOLOGIA
 LTDA:26727779000135

Assinado digitalmente por KERP SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA:26727779000135
 NDI: C=BR, O=CP-Brazil, OU=VideoConferencia, OU=34266276000135, OU=AC
 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA-AM
 Assinado digitalmente por PAULO DONIZETE DAMASCENO:08272154870
 NDI: C=BR, O=CP-Brazil, OU=VideoConferencia, OU=34266276000135, OU=AC
 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA-AM
 Assinado digitalmente por PAULO DONIZETE DAMASCENO:08272154870
 NDI: C=BR, O=CP-Brazil, OU=VideoConferencia, OU=34266276000135, OU=AC
 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA-AM

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

PAULO DONIZETE DAMASCENO - CPF: 082.721.548-70

Local _____ de _____ de _____
 data

**CENTRO GESTOR OP. SISTEMA PROTECAO AMAZONIA - CNPJ:
 07.129.796/0003-98**

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

* O comprovante de pagamento deverá ser apensado para comprovação de quitação

O profissional declara serem verdadeiras as informações aqui prestadas, sobre as quais assume todas as responsabilidades, sob pena de incorrer nas sanções previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro e no art. 10º do Código de Ética Profissional instituído pela Resolução 1002/02 das Condutas Vedadas.

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 99,64**

Registrada em: **06/08/2024**

Valor pago: **R\$ 99,65**

Nosso Número: **8306161614**

**PAULO DONIZETE
 DAMASCENO:0827
 2154870**

Assinado digitalmente por PAULO DONIZETE
 DAMASCENO:08272154870
 NDI: C=BR, O=CP-Brazil, OU=VideoConferencia, OU=34266276000135, OU=AC
 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA-AM
 Assinado digitalmente por PAULO DONIZETE DAMASCENO:08272154870
 NDI: C=BR, O=CP-Brazil, OU=VideoConferencia, OU=34266276000135, OU=AC
 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA-AM

www.crea-am.org.br

Tel: (92) 2125-7120

faleconosco@crea-am.org.br

Fax: (92) 2125-7122



CREA-AM
 Conselho Regional de Engenharia
 e Agronomia do Amazonas



A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://publico.crea-am.org.br/>, com a chave: ZdDcZ

Impresso em: 06/08/2024 às 10:31:30 por: , ip: 191.205.136.232



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
CENTRO REGIONAL DE MANAUS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

1. **ATESTO PARA OS DEVIDOS FINS QUE A EMPRESA KERP SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA., INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 26.727.779/0001-35 ESTABELECEDA NA RUA ANTÔNIO DE CASTRO JUNIOR, Nº 88, JARDIM AMÉRICA, CAÇAPAVA - SP, 12.281.220 PRESTOU OS SERVIÇOS ABAIXO:**

DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANTIDADE
Serviços de empresa de engenharia especializada para elaboração de projeto de implantação do sistema de CFTV nas dependências do complexo predial do Centro Regional de Manaus do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CESIPAM.	01

2. **OS SERVIÇOS DESCRITOS ACIMA SE REFEREM AO CONTRATO 068/2024 FIRMADO COM ESTE CENTRO REGIONAL.**

3. **ATESTO AINDA QUE OS SERVIÇOS FORAM EXECUTADOS SATISFATORIAMENTE, NÃO EXISTINDO EM NOSSOS REGISTROS ATÉ A PRESENTE DATA, QUAISQUER FATOS QUE DESABONEM A SUA CONDUTA E RESPONSABILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS.**

Manaus, 28 de janeiro de 2025.

RAFAEL EDUARDO FERREIRA

Gestor do Contrato 068/2024

Analista Técnico - Engenharia

Mat. Censipam - 1320707



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Eduardo Ferreira, Analista Técnico**, em 28/01/2025, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **7739449** e o código CRC **B0A2AC28**.



MINISTÉRIO DA **DEFESA**

BOLETIM DE PESSOAL E SERVIÇO Nº 24, DE 14 JUNHO DE 2024

(Processo nº 60093.000083/2024-52)

PORTARIA OD CENSIPAM/DIGER/CENSIPAM/SG-MD Nº 2897, DE 06 DE JUNHO DE 2024

O ORDENADOR DE DESPESAS DO CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria DIGER/CENSIPAM/SG-MD nº 6.120, de 18 de dezembro de 2023, e tendo em vista o disposto no art. 45 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, na Portaria Normativa MF nº 1.344, de 31 de outubro de 2023, na Portaria GM-MD nº 5.168, de 15 de dezembro de 2021, na Portaria MD nº 190, de 24 de janeiro de 2013, no Processo Administrativo nº 60090.000580/2024-81, resolve:

CONCEDER Suprimento de Fundos ao servidor BRUNO TUNES DE MELLO, do Centro Gestor Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a fim de realizar o voo da Aeronave Remotamente Pilotada (RPA) Nauru 500-C na Operação de Desintrusão da Terra Indígena Karipuna (OD-TIKA), em Nova Mamoré/RO, conforme Nota de Serviço nº 35/CGINT/DIOPE/DIGER/CENSIPAM/SG, de 05 de junho de 2024, não ficando autorizado a efetuar saque. Período de aplicação: 08/06/2024 a 22/06/2024.

EDUARDO SHIGERU MITANI

(Processo nº 60090.000580/2024-81)

PORTARIA DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD Nº 2898, DE 07 DE JUNHO DE 2024

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA, DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56 do Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 60091.000044/2024-75, resolve:

Art. 1º Designar os servidores a seguir para compor a equipe de fiscalização do seguinte instrumento:

TERMO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO nº 68/2024;

CONTRATADO: KERP SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA; e

OBJETO: Contratação de serviços de empresa de engenharia especializada para elaboração de projeto de implantação do sistema de CFTV, nas dependências do complexo predial do Centro Regional de Manaus do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam, nas condições estabelecidas no Termo de Referência nº 3/2024-SEADM-MN.

FISCAL ADMINISTRATIVO: ALBER CAVALCANTE COSTA, CPF nº ***.138.852-**, e

FISCAL ADMINISTRATIVO SUBSTITUTO: RAFAEL EDUARDO FERREIRA, CPF nº ***.710.786-**, e

FISCAL TÉCNICO: GUSTAVO DOS SANTOS BARBOSA LIMA, CPF nº ***.995.502-**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN

(Processo nº 60091.000044/2024-75)

PORTARIA OD CENSIPAM/DIGER/CENSIPAM/SG-MD Nº 2936, DE 10 DE JUNHO DE 2024

O ORDENADOR DE DESPESAS DO CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria DIGER/CENSIPAM/SG-MD nº 6.120, de 18 de dezembro de 2023, e tendo em vista o disposto no art. 45 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, na Portaria Normativa MF nº 1.344, de 31 de outubro de 2023, na Portaria GM-MD nº 5.168, de 15 de dezembro de 2021, na Portaria MD nº 190, de 24 de janeiro de 2013, no Processo Administrativo n.º 60093.000213/2024-57, resolve:

CONCEDER Suprimento de Fundos ao servidor LUAN GOUVÊA ALVES ESTÁCIO, do Centro Regional de Porto Velho, no valor de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), a fim de realizar apoio logístico para o Evento Pré-seca: Análise e Prognóstico Hidrometeorológico 2024, que será realizado no dia 26 de junho de 2024, no Auditório do Centro Regional de Porto Velho do Censipam, conforme Despacho no 278/SEADM-PV/CR-PV/DIGER/CENSIPAM/SG-MD, de 06 de junho de 2024, não ficando autorizado a efetuar saque. Período de aplicação: de 17/06/2024 a 27/06/2024.

EDUARDO SHIGERU MITANI

(Processo nº 60093.000213/2024-57)

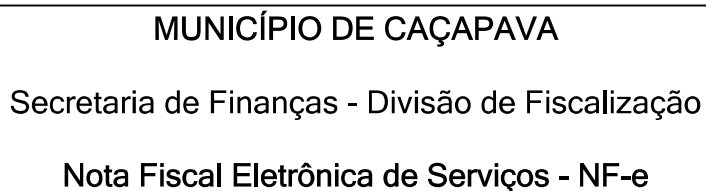
PORTARIA DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD Nº 2960, DE 11 DE JUNHO DE 2024

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA, DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 56 do Decreto nº 11.337, de 01 de janeiro de 2023, em atendimento ao preceituado no art. 17 do Decreto nº 10.426/2020 e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 60092.000212/2021-70, resolve:

Art. 1º Designar os servidores a seguir para realizarem o acompanhamento e a fiscalização do seguinte instrumento:

TERMO DE COMPARTILHAMENTO DE IMÓVEL E RATEIO DE DESPESAS nº 01/2022;

	MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA		Número da Nota/Série 584/NFE	
	Secretaria de Finanças - Divisão de Fiscalização		Data e Hora de Emissão 31/07/2024 12:02:54	
	Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NF-e		Código de Verificação EA17CFBC5F4CAE5B7471	
			Página 1 / 2	
DOCUMENTO EMITIDO POR ME OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL				
CNPJ : 26.727.779/0001-35 IE: 234176460119 IM: 33115				
Razão Social: KERP SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA				
Endereço : Rua Antônio de Castro Júnior - Num: 88				
Bairro : Jardim America - CEP: 12.281-220				
Município : CACAPAVA - SP Telefone: (12)3652-2000				
E-mail : ker@kerp.com.br				
Dados da Nota		TOMADOR		
	CNPJ : 07.129.796/0003-98 IE:		IM:	
	Razão Social: CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTECAO DA AMAZONIA			
	Endereço : AVENIDA DO TURISMO - Num: 1350. Bairro: Taruma - CEP: 69.049-630			
	Município : MANAUS - AM			
	E-mail : fabio.dantas@sipam.gov.br			
Local de Prestação de Serviço				
Endereço : AVENIDA DO TURISMO - Num: 1350. Bairro: Taruma - CEP: 69.049-630				
Município : MANAUS - AM				
Local de Incidência do ISSQN				
Município: MANAUS - AM				
Discriminação do Serviço				
Contratação de serviços de empresa de engenharia especializada para elaboração de projeto de implantação do sistema de CFTV, nas dependências do complexo predial do Centro Regional de Manaus do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.TERMO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO Nº 68/2024 PROCESSO No 60091.000044/2024-75				
VENCIMENTO: 14/08/2024				
DADOS PARA PAGAMENTO:				
BANCO: BRASIL 001				
AGÊNCIA: 3320-0				
CONTA CORRENTE: 6330-4				
Dedução / Outras Informações				
codigo correto serviço é 07.03 - Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos				
VALOR TOTAL DA NOTA = R\$ 10.450,00				
Código do Serviço: 07.02 - EXECUÇÃO, POR ADMINISTRAÇÃO, EMPREITADA OU SUBEMPREITADA, DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, HIDRÁULICA O				
Desconto Incondicional (R\$)	Deduções (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	ISSQN Retido na Fonte	
0,00	0,00	10.450,00	NAO	
Alíquota ISSQN (%)	Valor do ISSQN (R\$)			
2,00	209,00			
Dados do Vencimento				
Valor Documento R\$: 10.450,00 Forma Pgto: A VISTA				
Valor por extenso: Dez Mil Quatrocentos e Cinquenta Reais				



Página 2 / 2



/ /

Data

Identificação do Recebedor



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROCESSO Nº 60091.000044/2024-75

TERMO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO Nº 68/2024

CONTINUAÇÃO DA NOTA DE EMPENHO Nº 2024NE000186 NOS TERMOS DO ART. 95 DA LEI 14.133/2021

TERMO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60091.000044/2024-75, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA E A EMPRESA KERP SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA., INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 26.727.779/0001-35.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de empresa de engenharia especializada para elaboração de projeto de implantação do sistema de CFTV, nas dependências do complexo predial do Centro Regional de Manaus do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam, nas condições estabelecidas no Termo de Referência nº 3/2024-SEADM-MN.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Elaboração de projeto para implantação de novo sistema de CFTV, nas dependências do Complexo Predial do Centro Regional de Manaus do Censipam.	Serviço	1	10.450,00	10.450,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Termo de Dispensa de Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

- 2.1. A vigência do presente instrumento é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua assinatura.
- 2.1.1. O prazo de execução dos serviços é de 60 (sessenta) dias, a partir da vigência contratual.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

- 3.1. O valor total da contratação é de R\$ 10.450,00 (dez mil quatrocentos e cinquenta reais).

4. CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO

- 4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

- 5.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. A Contratada estará sujeita às penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. Os direitos e responsabilidades das partes são aquelas previstas no Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA EXTINÇÃO E DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA EM MANTER AS CONDIÇÕES CONTRATADAS

8.1. A rescisão contratual rege-se pelo disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Obriga-se o Contratada a manter todas as condições conteúdo da proposta comercial fornecida, bem como das estabelecidas no Termo de Referência, de modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas.

9. CLÁUSULA NONA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS CASOS OMISSOS

9.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa de Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo Substitutivo de Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal.

E por assim acordarem, as partes declaram aceitar todas as disposições aqui estabelecidas que, lido e achado conforme, é parte integrante da **Nota de Empenho nº 2024NE000186, de 24/05/2024** como seu apenso, na data do seu aceite.

Aceite da Contratada: Concordo com as condições expressas nas cláusulas, as quais definem os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, indicadas nesta Nota de Empenho, bem como no conteúdo do Termo de Referência.

Assinado Eletronicamente
SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN
CONTRATANTE

Assinado Eletronicamente
PAULO DONIZETE DAMASCENO
CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **PAULO DONIZETE DAMASCENO, Usuário Externo**, em 29/05/2024, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Nathan Marinho Goldstein, Diretor(a)**, em 29/05/2024, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **7154210** e o código CRC **93A019D0**.



SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA-GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE AQUISIÇÕES E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 06/2024

Processo Administrativo nº. 60091.000044/2024-75

Torna-se público que o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, por meio da Coordenação de Licitações e Contratos - COLIC, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso I, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 30/04/2024

Horário da Fase de Lances: 08:00hs às 16:00hs

Link: [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)

Critério de Julgamento: menor preço

Regime de Execução: Empreitada por Preço Global

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de serviços de empresa de engenharia especializada para elaboração de projeto de implantação do sistema de CFTV, nas dependências do complexo predial do Centro Regional de Manaus, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seus interesses.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. A contratação ocorrerá conforme tabela abaixo:

Item	Especificação do Objeto	CATSER	Quantidade	Valor Estimado
				Unitário
ÚNICO	Elaboração de projeto para implantação de novo sistema de CFTV, nas dependências	20060	1	R\$ 14.058,33

do complexo predial do CR-MN.			
Valor Total Anual			R\$ 14.058,33

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo [aplicativo Compras.gov.br](#).

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. A participação é **exclusiva** a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.3. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores.

2.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3. que se enquadram nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.4. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3.5. Sociedades cooperativas.

2.3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. O fornecedor não poderá oferecer proposta em quantidade inferior ao previsto para a contratação.

3.2.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.4.3. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.4.4. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.4.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.4.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar data de sua apresentação.

3.4.7. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.4.7.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.4.7.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.4.7.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.4.7.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei nº 8.213/91](#).

3.4.7.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).

3.4.8. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4.9. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 5,00 (cinco) reais.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. **JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS**

5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.

5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

5.4. Encerrada a etapa de negociação se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta

ou a futura contratação mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.4.1. SICAF;

5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>); e

5.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>).

5.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

5.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.8.1. conter vícios insanáveis;

5.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.10. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, o critério de aceitabilidade de preços considerará o seguinte:

5.10.1. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

5.10.1.1. Aquele que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021);

5.10.2. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

5.10.2.1. O valor global estimado para a contratação.

5.10.2.2. Preços unitários: conforme Planilha de Custos elaborada pelo Contratante, anexa a este documento.

5.10.3. serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

5.10.4. será exigida garantia adicional do fornecedor vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.

5.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.15. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação **nos termos dos arts. 62 a 70 da LEI nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação. ([art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021](#)).

6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.8. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.8.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.10. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.11. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das

sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

- b. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º](#)).

8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).

8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#)).

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#)).

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):

- 8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise

jurídica prévia ([art. 160](#)).

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161](#)).

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

- 9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 9.12.1. ANEXO I - Termo de Referência (7033642);
- 9.12.2. ANEXO II - Minuta do Termo Substitutivo de Contrato (7067233).

EDUARDO SHIGERU MITANI
Diretor de Administração e Finanças - Substituto



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE AQUISIÇÕES E FINANÇAS
CENTRO REGIONAL DE BELÉM**

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA (7033642)



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E PESSOAS
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS**

ANEXO II

MINUTA DO TERMO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO (7067233)



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Shigeru Mitani, Diretor(a) Substituto(a)**, em 24/04/2024, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **7057900** e o código CRC **99EA7F6B**.

Termo de Referência 3/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2024	110511-CENTRO GESTOR OP. SISTEMA PROTECAO AMAZONIA	HARLEY DE OLIVEIRA LIMA	10/04/2024 16:42 (v 3.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	90393/2024	60091.000044/2024-75

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de empresa de engenharia especializada para elaboração de projeto de implantação do sistema de CFTV, nas dependências do complexo predial do Centro Regional de Manaus, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ÚNICO	Elaboração de projeto para implantação de novo sistema de CFTV, nas dependências do complexo predial do CR-MN.	20060	1	R\$ 14.058,33	R\$ 14.058,33

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação baseia-se na Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Instrução Normativa SEGES/ME Nº 67, de 8 de julho de 2021.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2022/2024, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000007/2024;
- II) Data de publicação no PNCP: 08/11/2023;
- III) Id do item no PCA: 1497;

IV) Classe/Grupo: 833 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA;

V) Identificador da Futura Contratação: 110511-90385/2023.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Se faz necessária a contratação de uma empresa especializada de engenharia para a elaboração de um projeto que visa a implantação de um novo sistema de CFTV para todo o complexo predial do Centro Regional de Manaus do Centro Gestor e Operacional de Proteção da Amazônia - CENSIPAM, compreendido de 7 edifícios que trabalham com dados sensíveis, em uma área física de aproximadamente 70.880 m².

3.2. Face a obsolescência do atual sistema de CFTV, que é imprescindível à segurança da unidade, atualmente o sistema funciona de forma parcial, o que compromete fortemente a eficácia no monitoramento e gravação das imagens, não atendendo mais as necessidades, visto que o sistema foi adquirido à época da implantação do sistema SIVAM, há mais de 20 anos, necessitando de melhoria tecnológica premente no monitoramento, bem como na periodicidade de gravação e retenção das imagens.

3.3. O objetivo do projeto visa atender uma necessidade do setor de Segurança, na prevenção de possíveis delitos, através de um monitoramento on-line nas dependências internas e externas do complexo predial, incluindo toda a extensão da cerca patrimonial do CENSIPAM, bem como a entrada e saída de pessoas/veículos.

3.4. No projeto deverá conter a definição dos locais e posicionamento das câmeras, definição das quantidades e tipos de câmeras, definição das funcionalidades do software de monitoramento e gravação, definição da central de monitoramento, definição da infraestrutura física e de cabeamento de rede de dados, bem como a integração com os sistemas existentes de controle de acessos e central de alarme.

3.5 O projeto deverá ser entregue tanto por meio físico como por meio digital e na entrega deverá constar dentre outras especificações necessárias, avaliadas pelo responsável técnico pelo projeto, para uma melhor execução da futura implantação do sistema: o memorial descritivo da solução técnica, contendo nome/código das normas referenciadas, planilha de custos (analítica e sintética), definição através de uma análise de custo/benefício dos equipamentos e seus quantitativos a serem utilizados, da definição do armazenamento dos dados (HD local ou na nuvem) e o conjunto de plantas utilizadas (BIM).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. A Contratada deverá observar os critérios de sustentabilidade previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª Edição, Atualização Setembro 2023), no que couber em relação ao objeto da contratação.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando o objeto da contratação.

Vistoria

4.3. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas.

4.4. O agendamento prévio da visita poderá ser feito por meio do e-mail: harley.lima@sipam.gov.br ou telefone: (92) 3303-6406 - Servidor Harley de Oliveira Lima.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria, após a conclusão será fornecido pelo CENSIPAM a Declaração da Vistoria - Anexo I, deste Termo.

4.7. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo do Anexo II, deste Termo.

4.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 01 (um) dia após a assinatura do contrato.

5.1.2. O prazo de execução dos serviços será de 60 (sessenta) dias corridos, a partir da assinatura do contrato e seguirá o seguinte cronograma:

5.1.2.1. O prazo de vigência do Contrato será de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato.

5.1.2.2. Apresentação do cronograma de execução dos serviços. Prazo: 10 (dez) dias corridos a partir da assinatura do contrato.

a) Descumprimento: desconto de 2% sobre o valor total da contratação.

b) Início da execução prevista no cronograma. Prazo: 01 (um) dia após a assinatura do contrato.

5.1.2.3. Apresentação do projeto preliminar para análise. Prazo: 30 (trinta) dias corridos, contados do início da execução do cronograma.

a) Descumprimento: desconto de 5% sobre o valor total da contratação.

b) Adequações ao projeto preliminar. Prazo: 10 (dez) dias corridos, contados da notificação emitida pela Contratante.

5.1.2.4. Apresentação do projeto final. Prazo: 60 (sessenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato.

a) Descumprimento: desconto de 10% sobre o valor total da contratação.

5.1.2.5. Análise e correções do projeto final. Prazo: 10 (dez) dias corridos, após a apresentação do projeto final.

a) Descumprimento: desconto de 20% sobre o valor total da contratação.

5.1.2. A Contratada, a critério da Fiscalização, poderá ser solicitada a apresentar e atualizar o cronograma detalhado da elaboração dos serviços.

5.1.3. Qualquer prorrogação de prazo deverá ser solicitada à Fiscalização do Contrato, por escrito e com exposição dos motivos, até 20 (vinte) dias corridos antes do prazo previsto para sua conclusão. A Fiscalização irá emitir parecer se poderá ou não conceder a prorrogação pretendida.

5.1.5. No projeto, a Contratada deverá indicar os locais e posicionamento, as quantidades, características /especificações detalhadas de todos os equipamentos/materiais e modelos similares, que serão necessários para implantação de todo o sistema.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão executados nas dependências da Contratada.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência do contrato.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário. (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente à Coordenação de Orçamento e Finanças para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III deste Termo.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2. O serviço será recebido provisoriamente, no prazo de 60 (sessenta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

7.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

7.8.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.14.1. o prazo de validade;

7.14.2. a data da emissão;

7.14.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.14.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.14.5. o valor a pagar; e

7.14.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.22. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE, de correção monetária.

Forma de pagamento

7.24. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.28. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.28.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.28.2. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.29. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.30. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.31. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso I da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço global.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreita por preço global.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica.

Habilitação jurídica

8.14. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.15. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.17. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.19. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.21. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.23. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.24. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.25. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.26. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

8.27. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.28. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.29. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.30. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.31. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 14.058,33** (Quatorze Mil e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos).

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.2.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 110511/0001;
- II) Fonte de Recursos: 1000 - Recursos Livres da União;
- III) Programa de Trabalho (PTRES): 228789;
- IV) Elemento da Despesa: 33.90.39.05 – Serviços Técnicos Profissionais;
- V) Plano Interno: Orçamentário: 0007 – Funcionamento do CENSIPAM;
- VI) Programa: 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional;
- VII) Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção e Aprimoramento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM; e
- VIII) Código do Sistema PTA/2024: 041/24 – Projeto para implantação do novo Sistema Circuito Fechado de TV (CFTV) - CR/MN.

1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARIA DO SOCORRO FERREIRA CRUZ

Integrante Administrativo - Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 10/04/2024 às 16:42:13.

HARLEY DE OLIVEIRA LIMA

Integrante Técnico - Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 10/04/2024 às 15:44:34.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - DECLARACAO DE VISTORIA.pdf (64.11 KB)
- Anexo II - DECLARACAO DE NAO VISTORIA.pdf (87.96 KB)
- Anexo III - IMR CFTV.pdf (142.5 KB)

Anexo I - DECLARACAO DE VISTORIA.pdf

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Processo nº60091.000044/2024-75

Contratação de empresa de engenharia especializada para elaboração de projeto de implantação do sistema de CFTV nas dependências do complexo predial do Centro Regional de Manaus, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM.

Declaramos, em atendimento ao Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica nº ____/2024, que a empresa _____, CNPJ _____, por intermédio de seu Representante Legal, Sr.(a) _____, RG nº _____ e CPF nº _____, conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, em conformidade com o item 3.3 do Anexo VII-A da IN nº 5/SG/MP/2017 alterada pela IN nº 7/SG/MP/2018.

Manaus-AM, ____ / ____ / 2024

Servidor do CENSIPAM

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Anexo II - DECLARACAO DE NAO VISTORIA.pdf

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA

Processo nº60091.000044/2024-75

Contratação de empresa de engenharia especializada para elaboração de projeto de implantação do sistema de CFTV nas dependências do complexo predial do Centro Regional de Manaus, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM.

Declaramos, em atendimento ao previsto no Aviso da Dispensa Eletrônica ____/2024, que a empresa _____, CNPJ _____, por intermédio de seu Representante Legal, Sr.(a) _____, RG nº _____ e CPF nº _____ deu-se por satisfeita com as informações obtidas, junto ao Setor Administrativo do CENSIPAM-CR-MN, e nos consideramos plenamente capacitados a elaborar a nossa proposta de preços.

Manaus (AM), ____ de ____ de 2024.

Representante ou Preposto da Empresa

Anexo III - IMR CFTV.pdf



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL (SG)
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA (CENSIPAM)
CENTRO REGIONAL DE MANAUS (CRMN)
SETOR ADMINISTRATIVO (SEADM)

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Indicador	
1.1. Apresentação do cronograma de execução dos serviços.	
Item	Descrição
Finalidade	Acompanhamento da execução do projeto.
Meta a cumprir	10 dias corridos
Instrumento de medição	-
Forma de acompanhamento	-
Periodicidade	A partir do início da vigência do contrato.
Mecanismo de Cálculo	-
Início da Vigência	01 dia após a assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	100% da Nota Fiscal ou Fatura para atendimento de todos os indicadores 98% da Nota Fiscal ou Fatura para não atendimento do Indicador 1.1 95% da Nota Fiscal ou Fatura para não atendimento do Indicador 1.2 90% da Nota Fiscal ou Fatura para não atendimento do Indicador 1.3 80% da Nota Fiscal ou Fatura para não atendimento do Indicador 1.4
Sanções	Desconto de 2% sobre o valor total da contratação.
Observações	-

Indicador	
1.2. Apresentação do projeto preliminar para análise.	
Item	Descrição
Finalidade	Verificar se o projeto está de acordo e se precisa de adequações.
Meta a cumprir	30 dias corridos
Instrumento de medição	-
Forma de acompanhamento	-
Periodicidade	A partir do início da vigência do contrato.
Mecanismo de Cálculo	-
Início da Vigência	01 dia após a assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	100% da Nota Fiscal ou Fatura para atendimento de todos os indicadores 98% da Nota Fiscal ou Fatura para não atendimento do Indicador 1.1 95% da Nota Fiscal ou Fatura para não atendimento do Indicador 1.2 90% da Nota Fiscal ou Fatura para não atendimento do Indicador 1.3 80% da Nota Fiscal ou Fatura para não atendimento do Indicador 1.4
Sanções	Desconto de 5% sobre o valor total da contratação.
Observações	Adequações ao projeto preliminar. Prazo: 10 (dez) dias corridos, contados da notificação emitida pela Contratante.

Indicador	
1.3. Apresentação do projeto final.	
Item	Descrição
Finalidade	Receber e conferir se o projeto está de acordo e adequado.
Meta a cumprir	60 dias corridos
Instrumento de medição	-
Forma de acompanhamento	-
Periodicidade	A partir do início da vigência do contrato.
Mecanismo de Cálculo	-
Início da Vigência	01 dia após a assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	100% da Nota Fiscal ou Fatura para atendimento de todos os indicadores 98% da Nota Fiscal ou Fatura para não atendimento do Indicador 1.1 95% da Nota Fiscal ou Fatura para não atendimento do Indicador 1.2 90% da Nota Fiscal ou Fatura para não atendimento do Indicador 1.3 80% da Nota Fiscal ou Fatura para não atendimento do Indicador 1.4
Sanções	Desconto de 10% sobre o valor total da contratação.
Observações	-
Indicador	
1.4. Análise e correções do projeto final.	
Item	Descrição
Finalidade	Analisar se o projeto está de acordo e adequado após correções.
Meta a cumprir	10 dias corridos
Instrumento de medição	-
Forma de acompanhamento	-
Periodicidade	Após a apresentação do projeto final.
Mecanismo de Cálculo	-
Início da Vigência	01 dia após a assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	100% da Nota Fiscal ou Fatura para atendimento de todos os indicadores 98% da Nota Fiscal ou Fatura para não atendimento do Indicador 1.1 95% da Nota Fiscal ou Fatura para não atendimento do Indicador 1.2 90% da Nota Fiscal ou Fatura para não atendimento do Indicador 1.3 80% da Nota Fiscal ou Fatura para não atendimento do Indicador 1.4
Sanções	Desconto de 20% sobre o valor total da contratação.
Observações	-

Fiscal Técnico



PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA

CONTRATO Nº 041/2025

Processo Administrativo nº 123/2025.

Pregão Eletrônico nº 042/2025.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA**, com sede na Rua Professor José Borges Ribeiro, nº 167, Centro, na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº **46.680.518/0001-14**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **JOSÉ LUIZ RODRIGUES**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **KERP SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **26.727.779/0001-35**, situada na Endereço: Rua Antonio de Castro Junior, nº 88, conjunto 34, na cidade de Caçapava, estado de São Paulo, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal Sr.(a) **PAULO DONIZETE DAMASCENO**, conforme atos constitutivos da empresa e/ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 123/2025** e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como do Decreto Executivo Municipal nº 5.111/2023 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da modalidade **Pregão Eletrônico nº 042/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é **CONTRATAÇÃO DE UM SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO, INCLUINDO SUA INSTALAÇÃO, CRACHÁS E CORDÕES PERSONALIZADOS**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação:

1.3

LOTE 01 - SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO COM INSTALAÇÃO, CRACHÁS E CORDÕES					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CONTROLADOR DE ACESSO FACIAL MARCA: MADIS MODELO: MD 5718F	PEÇA	1	R\$ 3.540,00	R\$ 3.540,00
02	FECHADURA ELETROIMÃ MARCA: MADIS MODELO: MD FEM150KGF	PEÇA	1	R\$ 400,00	R\$ 400,00
03	FONTE DE ALIMENTAÇÃO MARCA: MADIS MODELO: MD FONTE	PEÇA	1	R\$ 400,00	R\$ 400,00
04	BOTOEIRA COM FIO MARCA: MADIS MODELO: MD 5718F	PEÇA	1	R\$ 200,00	R\$ 200,00
05	MOLA AÉREA HIDRAULICA MARCA: MADIS MODELO: MD BOTOEIRA	PEÇA	2	R\$ 340,00	R\$ 680,00
06	PROTETOR DE CRACHÁ MARCA: DMP ID MODELO: PROTETOR	PEÇA	150	R\$ 1,20	R\$ 180,00
07	CORDÃO PERSONALIZADO MARCA: DMP ID MODELO: DMP CORDÃO	PEÇA	150	R\$ 5,00	R\$ 750,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA

08	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS DE PESSOA JURÍDICA - SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE CRACHÁ PERSONALIZADO MARCA: DMP ID MODELO: CRACHÁ	PEÇA	150	R\$ 10,00	R\$ 1.500,00
09	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	SERVIÇO	1	R\$ 350,00	R\$ 350,00
10	SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS	SERVIÇO	1	R\$ 800,00	R\$ 800,00
11	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ACESSO MARCA: MADIS MODELO: MD ACESSO	MENSAL	12	R\$ 430,00	R\$ 5.160,00
12	CONTRATO DE MANUTENÇÃO	MENSAL	12	R\$ 420,00	R\$ 5.040,00
VALOR TOTAL DO LOTE:				R\$ 19.000,00	

Valor por extenso: dezenove mil reais.

1.4 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.4.1 O Termo de Referência;
- 1.4.2 O Edital da Licitação;
- 1.4.3 A Proposta do contratado;
- 1.4.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, conforme o interesse da Administração Pública, desde que justificado e observado o disposto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, bem como as condições estabelecidas no instrumento convocatório e neste contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo que deu origem a este Contrato

4. CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo atendimento total do constante na **Cláusula 01**, o valor correspondente à R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais).

5.1.1 Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias, contados da apresentação de cada nota fiscal/fatura no protocolo da CONTRATANTE.

5.1.2 O pagamento será efetuado conforme condição acima, após a comprovação da execução do objeto, devidamente atestado pelo Setor Competente, acompanhado do respectivo documento fiscal, através de depósito, junto ao Banco Brasil - nº 01 , Agência nº 3320-0, Conta-Corrente nº 6330-4, em moeda corrente nacional.

5.2 Os pagamentos serão efetuados após a aprovação dos serviços pela Secretaria Requisitante, acompanhado dos documentos fiscais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA

5.3 Caso a Nota Fiscal/Fatura emitida contenha erros, será devolvida para regularização e terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para substituição, retificando-o, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

5.4 A Nota Fiscal de serviço ou fornecimento do objeto em questão deverá ser **obrigatoriamente eletrônica** e deverá indicar com a documentação fiscal, o número da contrarcorrente e a agência do banco em que a licitante seja correntista na sua proposta.

5.5 Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente da execução do objeto desta licitação, correrão por conta exclusivos da CONTRATADA;

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

6.1 O contrato poderá ter o seu valor reajustado anualmente, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data do início de vigência do mesmo.

6.2 Para o reajuste do contrato será adotado como indicador o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que o vier substituí-lo, com base na Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

6.3 O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da contratada, com vistas a restabelecer a equação econômico-financeira do contrato, na forma do inc. II, da alínea “d”, do art. 124, da Lei nº. 14.133/21

6.4 As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos, na dotação abaixo discriminada:

01.02.00 – Secretaria Municipal de Administração;

01.02.01 – Administração;

04.122.0201.2013 – Manutenção, Planejamento, Coordenação e Supervisionamento da Execução das Atividades e Modernização;

3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

Fonte de Recurso 01 – Tesouro.

01.02.00 – Secretaria Municipal de Administração;

01.02.01 – Administração;

04.122.0201.2013 – Manutenção, Planejamento, Coordenação e Supervisionamento da Execução das Atividades e Modernização;

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica;

Fonte de Recurso 01 – Tesouro.

01.02.00 – Secretaria Municipal de Administração;

01.02.01 – Administração;

04.122.0201.2013 – Manutenção, Planejamento, Coordenação e Supervisionamento da Execução das Atividades e Modernização;

4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente;

Fonte de Recurso 01 – Tesouro.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

8.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;



PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA

8.2 O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

8.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato;

8.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto ou prestação do serviço, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.9 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2 Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega do material para representá-lo na execução do contrato.

10.3 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

10.5 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado



PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA

a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

- 10.7 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 10.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da entrega do material.
- 10.10 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 10.11 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.12 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 10.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da entrega do material e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.14 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 10.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- 10.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 10.18 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 10.19 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.20 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.21 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 O Contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e no Decreto Executivo Municipal nº 5.157/2024, conforme a legislação aplicável.

12.2 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.3 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes **sanções**:

12.3.1 **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.3.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.3.3 **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.3.4 **Multa:**

12.3.4.1 *Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trigésimo) dias;*

12.3.4.2 *Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

12.3.4.3 *Multa de de 5% a 25% do valor do Contrato para as infrações descritas nas alíneas “h” a “l” do subitem 12.2;*

12.3.4.4 *Multa de 10% a 30% do valor do Contrato para a inexecução total do Contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.2;*

12.3.4.5 *Multa de 10% a 25% do valor do Contrato para a infração descrita na alínea “b” do subitem 12.2;*

12.3.4.6 *Multa de 0,5% a 10% do valor do Contrato para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.2;*

12.3.4.7 *Multa de 0,5% a 20% do valor do Contrato para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.2.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA

12.4 O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/21.

12.5 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.5.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.5.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado nos prazos previstos no Decreto Executivo Municipal nº 5.157/2024.

12.5.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.5.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.6 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.7 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.8 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/2021](#), no Decreto Executivo nº 5.157/2024, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.9 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.10 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, 2021](#).

12.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros



PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA

contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

13.3 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GESTÃO, OUTRAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

14.1 A gestão do presente contrato será realizada pela Secretaria Municipal de Administração, representada por seu(ua) respectivo(a) Secretário(a) Municipal.

14.2 A fiscalização do contrato será exercida por representante da Contratante, Sr. (a) Henrique de Almeida Cipolli, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da vigência do contrato e tudo dará ciência à Contratada, conforme artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e disposições do Decreto Executivo Municipal nº 5.157/2024.

14.3 A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade do licitante vencedor pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros em razão da execução do contrato em conformidade com o artigo 120 da Lei 14.133/2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do Edital **Pregão Eletrônico nº 042/2025**, seus Anexos e à proposta da CONTRATADA.

15.2 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

15.3 As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – a que tem acesso em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

16.2 A divulgação desse instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer conforme preceitua o art. 94, da Lei Federal nº 14.133/21.



PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 É eleito o Foro da Comarca de Aparecida para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem de pleno acordo com os termos aqui estabelecidos, firmam as partes o presente instrumento em uma única via, para que produza todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Aparecida, 11 de setembro de 2025.

JOSÉ LUIZ RODRIGUES
MUNICÍPIO DE APARECIDA
CONTRATANTE

Paulo Donizete
Damasceno:08272154870

Assinado digitalmente por Paulo Donizete Damasceno:08272154870
ND: CN=BR, OU=CP-Brasil, OU=Certificado Digital PF A1, OU=Videconferencia, OU=34266276000138, OU=AC SyngularID Multipla, CN=Paulo Donizete Damasceno:08272154870
Razão: Eu revisei este documento
Localização:
Data: 2025.09.12 12:16:35-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.3.0

PAULO DONIZETE DAMASCENO
KERP SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Francisco Siqueira Macedo da Costa
RG: **.440.000-* SSP/SP

Nome: Eliandra Cristina da Silva
RG: **.586.763-* SSP/SP



PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 123/2025.

Pregão Eletrônico nº 042/2025.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE APARECIDA

CONTRATADA: KERP SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA

CONTRATO Nº: 041/25

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UM SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO, INCLUINDO SUA INSTALAÇÃO, CRACHÁS E CORDÕES PERSONALIZADOS.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2 Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Aparecida, 11 de setembro de 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE

Nome: José Luiz Rodrigues

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 788.993.038-00

RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E PELA ASSINATURA DO AJUSTE (CONTRATANTE):

Nome: José Luiz Rodrigues

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 788.993.038-00

Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO AJUSTE (CONTRATADA):

Nome: Paulo Donizete Damasceno

Cargo: Diretor Comercial

CPF: 082.721.548-70

Assinatura: _____

Paulo Donizete
Damasceno:08272154870

ORDENADOR DE DESPESAS E GESTOR DO CONTRATO (CONTRATANTE):

Nome: Sérgio Israel dos Santos Junior

Cargo: Secretário Municipal de Administração

CPF: 195.757.258-24:

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*): FISCAL

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Fiscal – Secretaria Municipal de Administração

Nome: Henrique de Almeida Cipolli

Cargo: Assessor

CPF: 394.385.258-07

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).



MUNICIPIO DE APARECIDA

Autorização

AF 002079/2025 - Emissão: 18/09/2025

0ª Via -

Fornecedor:	KERP SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA (83262)	26.727.779/0001-35
Endereço:	RUA RUA ANTONIO DE CASTRO JUNIOR, 88 - JARDIM AMERICA, CEP: 12281220, CACAPAVA - SP	
e-Mail:	paulo_damasceno@terra.com.br	Contatos: 1134329268 11995991100
Conta Bancária	-	Agência: - C/C: -

Unidades Atendidas

Unidade Adm:	PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA (0001)
Centro Consumo:	Secretaria Municipal de Administração (002)
Solic.de Compra:	001366/2025

Processo de Compra

Número:	000102/2025	Modalidade:	PGE - Pregão - Eletrônico nº: 000042/2025
Data:	05/08/2025	Artigo:	*Lei 14.133/2021, Art. 28, I
Comprador:	NICOLAS.ALMEIDA		

Contrato

Número:	41/2025	Vigência:	10/09/2026	Representante:	PAULO DONIZETE DAMASCENO
---------	---------	-----------	------------	----------------	--------------------------

Informação p/entrega

Almoxarifado Responsável:	ALMOXARIFADO CENTRAL (1)		
Prazo para entrega da mercadoria:	000 Dias	Condições de Pagamento:	
Local para entrega da mercadoria:			

Empenho(s)

007488/2025 - Ordinário	UO: 0102 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO UE: 010201 - ADMINISTRAÇÃO 43 010201 04.122.0201.2013 01 110.0000 4.4.90.52.35	Valor Utilizado: R\$ 5.220,00
-------------------------	---	-------------------------------

ITEM	CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	UN	VALORES	
				UNITÁRIO	TOTAL
0005	2.517.003.00035181 MOLA AÉREA HIDRAULICA MARCA: Serviço	2,0000	PC	340,0000	R\$ 680,00
0001	2.587.015.00035177 CONTROLADOR DE ACESSO FACIAL MARCA: Serviço	1,0000	PC	3.540,0000	R\$ 3.540,00
0004	2.544.007.00035180 BOTOEIRA COM FIO MARCA: Serviço	1,0000	PC	200,0000	R\$ 200,00
0003	2.517.008.00035179 FONTE DE ALIMENTAÇÃO MARCA: Serviço	1,0000	PC	400,0000	R\$ 400,00
0002	2.524.019.00035178 FECHADURA ELETROIMÃ MARCA: Serviço	1,0000	PC	400,0000	R\$ 400,00

TOTAL: R\$ 5.220,00

(CINCO MIL E DUZENTOS E VINTE REAIS)



MUNICÍPIO DE APARECIDA

Autorização

AF 002080/2025 - Emissão: 18/09/2025

0ª Via -

Fornecedor:	KERP SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA (83262)					26.727.779/0001-35	
Endereço:	RUA RUA ANTONIO DE CASTRO JUNIOR, 88 - JARDIM AMERICA, CEP: 12281220, CACAPAVA - SP						
e-Mail:	paulo_damasceno@terra.com.br		Contatos:	1134329268 11995991100			
Conta Bancária	-			Agência:	-	C/C:	-

Unidades Atendidas

Unidade Adm:	PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA (0001)
Centro Consumo:	Secretaria Municipal de Administração (002)
Solic.de Compra:	001368/2025

Processo de Compra

Número:	000102/2025	Modalidade:	PGE - Pregão - Eletrônico nº: 000042/2025
Data:	05/08/2025	Artigo:	*Lei 14.133/2021, Art. 28, I
Comprador:	NICOLAS.ALMEIDA		
contratação de um sistema de controle de acesso, incluindo sua instalação, crachás e cordões personalizados			

Contrato

Número:	41/2025	Vigência:	10/09/2026	Representante:	PAULO DONIZETE DAMASCENO
---------	---------	-----------	------------	----------------	--------------------------

Informação p/entrega

Almoxarifado Responsável:	ALMOXARIFADO CENTRAL (1)		
Prazo para entrega da mercadoria:	000 Dias	Condições de Pagamento:	
Local para entrega da mercadoria:			

Empenho(s)

007489/2025 - Ordinário	UO: 0102 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO UE: 010201 - ADMINISTRAÇÃO 38 010201 04.122.0201.2013 01 110.0000 3.3.90.30.99	Valor Utilizado:	R\$ 930,00
-------------------------	---	------------------	------------

ITEM	CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	UN	VALORES	
				UNITÁRIO	TOTAL
0006	1.528.016.00035183 PROTETOR DE CRACHÁ MARCA: Serviço	150,0000	PC	1,2000	R\$ 180,00
0007	1.514.009.00035184 CORDÃO PERSONALIZADO MARCA: Serviço	150,0000	PC	5,0000	R\$ 750,00
TOTAL:				R\$ 930,00 (NOVECENTOS E TRINTA REAIS)	



MUNICÍPIO DE APARECIDA

Autorização

AS 002078/2025 - Emissão: 18/09/2025

0ª Via -

Fornecedor:	KERP SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA (83262)	26.727.779/0001-35
Endereço:	RUA RUA ANTONIO DE CASTRO JUNIOR, 88 - JARDIM AMERICA, CEP: 12281220, CACAPAVA - SP	
e-Mail:	paulo_damasceno@terra.com.br	Contatos: 1134329268 11995991100
Conta Bancária	-	Agência: - C/C: -

Unidades Atendidas

Unidade Adm:	PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA (0001)
Centro Consumo:	Secretaria Municipal de Administração (002)
Solic.de Compra:	001369/2025

Processo de Compra

Número:	000102/2025	Modalidade:	PGE - Pregão - Eletrônico nº: 000042/2025
Data:	05/08/2025	Artigo:	*Lei 14.133/2021, Art. 28, I
Comprador:	NICOLAS.ALMEIDA		

Contrato

Número:	41/2025	Vigência:	10/09/2026	Representante:	PAULO DONIZETE DAMASCENO
---------	---------	-----------	------------	----------------	--------------------------

Informação p/execução

Prazo para início da execução:	000 Dias	Condições de Pagamento:	
Local para execução do serviço:			

Empenho(s)

007490/2025 - Ordinário	UO: 0102 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO UE: 010201 - ADMINISTRAÇÃO 41 010201 04.122.0201.2013 01 110.0000 3.3.90.39.99	Valor Utilizado: R\$ 4.370,00
-------------------------	---	-------------------------------

ITEM	CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	VALORES	
			UNITÁRIO	TOTAL
0010	899.112 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS <u>ESPECIFICAÇÃO:</u> SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS <u>UNIDADE DE MEDIDA:</u> SERVIÇO	1,0000	800,0000	R\$ 800,00
0011	899.113 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ACESSO <u>ESPECIFICAÇÃO:</u> LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ACESSO <u>UNIDADE DE MEDIDA:</u> MENSAL	4,0000	430,0000	R\$ 1.720,00
0009	899.111 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS <u>ESPECIFICAÇÃO:</u> SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS <u>UNIDADE DE MEDIDA:</u> SERVIÇO	1,0000	350,0000	R\$ 350,00
0008	899.115 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS DE PESSOA JURÍDICA - SERVIÇO DE CONFEÇÃO DE CRACHÁ PERSONALIZADO <u>ESPECIFICAÇÃO:</u> OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS DE PESSOA JURÍDICA - SERVIÇO DE CONFEÇÃO DE CRACHÁ PERSONALIZADO	150,0000	10,0000	R\$ 1.500,00



MUNICÍPIO DE APARECIDA

Autorização

AS 002078/2025 - Emissão: 18/09/2025

UNIDADE DE MEDIDA: PEÇA

0ª Via -

TOTAL:

R\$ 4.370,00

(QUATRO MIL E TREZENTOS E SETENTA REAIS)



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL
Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt – IIRGD
Licitações e Contratos

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO “RICARDO GUMBLETON DAUNT”(IIRGD)

(Processo Administrativo nº 058.00020818/2024-22)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2024,
CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO DE
IDENTIFICAÇÃO “RICARDO GUMBLETON DAUNT” E
A EMPRESA KERP SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA
LTDA

O Estado de São Paulo, por intermédio do Instituto de Identificação “Ricardo Gumbleton Daunt”(IIRGD), com sede na Avenida Cásper Libero, 370, bairro Santa Efigênia - CEP 01033-000 -, na cidade de São Paulo/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.236.548/0008-62, neste ato representado pelo Senhor José Brandini Júnior – Delegado Divisionário de Polícia respondendo pelo expediente do IIRGD, inscrito no CPF sob o nº 078.974.108-38, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e KERP SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.727.779/0001-35, sediada na Rua Antonio de Castro Junior, nº 88, Conjunto 34, Bairro Jardim América – CEP 06453-067 -, na cidade de Caçapava/Estado de São Paulo, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representada por Paulo Donizete Damasceno – Sócio Titular Administrador, inscrito no CPF sob o nº 082.721.548-70, conforme atos constitutivos da fornecedora, tendo em vista o que consta no Processo nº 058.00020818/2024-22 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico IIRGD nº 90008/2024, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.



1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

(art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos terceirizados de vigilância eletrônica, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CÓDIGO CADTERC (Com adaptações)	MARCA E MODELO	QUANTIDADES	VALOR UNITÁRIO (MENSAL)	VALOR TOTAL(30 MESES)
Catraca pedestal com possibilidade de acoplar terminal de reconhecimento	I.1.1.1.L	MARCA: MADIS MODELO: MDC 5906	02	R\$ 146,4651	R\$ 8.787,90
Terminais de Reconhecimento Facial	-	MARCA: MADIS MODELO: MD 5714F	04	R\$ 1.137,3770	R\$ 136.485,24
Portinhola para controle de acesso de Pessoa Portadora de Deficiência	I.1.1.7.L	MARCA: MADIS MODELO: PORTÃO PPNE FEM	01	R\$ 41,7176	R\$ 1.251,53
Estação de trabalho para cadastro de funcionários/visitantes	I.5.1.1.L	MARCA: POSITIVO MODELO: MASTER	01	R\$ 83,9065	R\$ 2.517,20
Central/Servidor de controle de acesso para até 04 pontos	I.6.1.1.L	MARCA: POSITIVO MODELO: MASTER	01	R\$ 147,5858	R\$ 4.427,58
Software de gerenciamento de funcionários/visitantes	I.6.1.2.L	MARCA: MADIS	01	R\$ 18,5817	R\$ 557,45



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL
Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt – IIRGD
Licitações e Contratos

		MODELO: MD ACESSO			
Sistema base web de controle de acesso para um ou mais prédios	I.6.2.1.L	MARCA: MADIS MODELO: MD ACESSO WEB	01	R\$ 505,0136	R\$ 15.150,41
Manutenção do sistema de controle de acesso(completa, da parte física ao software, estando incluso todo o necessário para o perfeito funcionamento do sistema de vigilância eletrônica)	I.8.1.1.M	-	01	R\$ 411,8919	R\$ 12.356,76
Manutenção da central/servidor e sistema base web de controle de acesso	I.8.1.2.M	-	01	R\$ 98,2453	R\$ 2.947,36
NVR stand alone	II.3.1.2.L	MARCA: INTELBRAS MODELO: NVD 3316P	01	R\$ 86,8775	R\$ 2.606,32
Software de visualização, gravação e gerenciamento de 08 câmeras	II.3.2.1.L	MARCA: INTELBRAS	02	R\$ 127,3764	R\$ 7.642,58
Licença/Pack – expansão para visualização, gravação e gerenciamento de 08 câmeras	II.3.2.2.L	MARCA: INTELBRAS	02	R\$ 127,3764	R\$ 7.642,58
Conjunto básico de instalação de NVR: gabinete e nobreak	II.5.1.2.L	MARCA: INTELBRAS MODELO: RO847/XNB144 0	01	R\$ 37,4746	R\$ 1.124,24
Switch com 16 portas 10/100/1000 Mbps - PoE	II.5.4.2.L	MARCA: INTELBRAS MODELO: SG 1602 POE	01	R\$ 38,4531	R\$ 1.153,59
Câmera bullet/dome varifocal com IR – IP 2	II.7.5.3.L	MARCA: INTELBRAS	14	R\$ 19,8981	R\$ 8.357,21



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL
Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt – IIRGD
Licitações e Contratos

a 3 megapixels(full HD) - PoE		MODELO: VIP 3830			
Câmera bullet/dome – antivandalismo – IP 4k ou superior - PoE	II.7.6.1.L	MARCA: INTELBRAS MODELO: VIP 3240	01	R\$ 47,1435	R\$ 1.414,31
Câmera fisheyes 360° - IP 4k ou superior - PoE	II.7.6.2.L	MARCA: HIKVISION MODELO: DS- 2DP1636ZIX- D	01	R\$ 239,4890	R\$ 7.184,67
Manutenção de sistema de CFTV-IP- PoE com 16 câmeras IP PoE	II.10.1.5.M	-	01	R\$ 213,1027	R\$ 6.393,08

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Estudo Técnico Preliminar
- 1.3.3. O Edital da Licitação;
- 1.3.4. A Proposta do contratado; e
- 1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço global.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 30(trinta) meses, contados a partir de 12/11/2024, prorrogável por até 10 anos, a critério do Contratante, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata o subitem acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL
Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt – IIRGD
Licitações e Contratos

Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.



2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

6

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas no item anterior desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento



do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 7.600(sete mil e seiscentos reais), perfazendo o valor total de R\$ 228.000,00 ao longo de 30(trinta) meses, sem considerar reajustes e demais adequações econômico-financeiras eventualmente necessárias ao caso concreto.

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.



6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 24/10/2024.

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Preço ao Consumidor (IPC) - FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

mudança

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL
Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt – IIRGD
Licitações e Contratos

- 8.1.6. Comunicar a falta de cumprimento das obrigações ao encarregado da Contratada e, se necessário, ao supervisor da área, para que as falhas possam ser corrigidas a tempo;
- 8.1.7. Convocar a Contratada para reuniões, sempre que necessário;
- 8.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de um mês para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;
- 8.1.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de um mês, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.13. Receber, avaliar, validar e anexar aos processos da contratação dos serviços os Memoriais Descritivos, Diagramas de Instalação, Catálogos dos Equipamentos, Projetos de *as built* e relatórios de manutenção preventiva e corretiva.



8.1.14. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.15. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.16. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes;

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

11

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL
Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt – IIRGD
Licitações e Contratos

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade.

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados, no prazo máximo de 72(setenta e duas) horas, cujas reclamações se obriga prontamente a atender;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Manter, durante o serviço nas dependências do Contratante, seus profissionais asseados e com aparência adequada, devidamente uniformizados, portanto, à altura do peito, identificação com seu nome, função e o nome da Contratada, não sendo admitidos uniformes incompletos, sujos ou com mau aspecto;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL
Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt – IIRGD
Licitações e Contratos

9.1.7. Assegurar ao Contratante o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com a técnica atual, normas ou especificações e que atentem contra a sua segurança ou a de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do Contratante eximirá a Contratada de suas responsabilidades provenientes do contrato;

9.1.8. Operar e agir com organização completa, fornecendo a mão de obra necessária à execução dos serviços objeto do contrato, realizando, também, todas as atividades inerentes à direção, coordenação, fiscalização, administração e execução dos serviços;

9.1.9. Executar os serviços obedecendo às técnicas apropriadas e com emprego de mão de obra especializada, de materiais e técnica de primeira qualidade, observando orientação do Contratante;

9.1.10. Responsabilizar-se por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas ou vícios pré-existentes nos equipamentos, os quais não implicam corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes ou prepostos, sendo que a regular fiscalização dos serviços pelo Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada;

9.1.11. Assumir todas as responsabilidades legais por danos materiais ou pessoais que forem causados a terceiros, seja por atos próprios da Contratada, seja por atos de seus profissionais ou prepostos, sem que isso venha a reduzir o direito do Contratante de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos trabalhos contratados, por meio do responsável designado para este fim;

9.1.12. Sugerir ao gestor do contrato eventuais alterações nos pontos de instalação dos sensores, outros equipamentos e procedimentos;

9.1.13. Registrar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de qualquer atividade que envolva os serviços de: projeto, execução, instalação e manutenção de sistemas de segurança e equipamentos eletroeletrônicos, no Conselho Regional de Engenharia de São Paulo (CREA/SP);



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL
Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt – IIRGD
Licitações e Contratos

9.1.14. Realizar, às suas expensas, a mudança e reinstalação das catracas e câmeras no Órgão - respeitando os quantitativos contratados -, conforme justificativa e demonstração do interesse público apresentadas pela Contratante;

9.1.15. Executar rotinas de manutenção preventiva a cada três meses e manutenção corretiva sempre que for necessário, mantendo sempre em funcionamento os sistemas de vigilância eletrônica contratados;

9.1.16. Apresentar, a cada rotina de manutenção preventiva e corretiva, relatório de manutenção em que deverão constar: a data da manutenção, os itens verificados, as anomalias encontradas, as medidas corretivas adotadas (quando for o caso), as peças ou os equipamentos substituídos e o nome do técnico responsável pela manutenção;

9.1.17. Realizar todo o treinamento necessário aos servidores da Contratante, visando a correta utilização do sistema e equipamentos, a fim de alcançar-se a perfeita execução dos serviços;

9.1.18. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.19. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4)



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL
Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt – IIRGD
Licitações e Contratos

Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.20. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.21. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços.

9.1.22. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

9.1.23. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.24. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.1.25. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.26. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.27. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL
Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt – IIRGD
Licitações e Contratos

permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.28. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.29. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.30. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.31. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.32. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.33. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 67.301, de 2022](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL
Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt – IIRGD
Licitações e Contratos

qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas neste subitem poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 67.301, de 2022](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).



CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL
Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt – IIRGD
Licitações e Contratos

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.1. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” do referido subitem, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - a. O atraso superior a 30(trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do caput do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).
- (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.
- (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 25% a 30% do valor do Contrato.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL
Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt – IIRGD
Licitações e Contratos

- (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.
- (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.
- (6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

12.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.3. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.3.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL
Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt – IIRGD
Licitações e Contratos

- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), bem como no artigo 1º, § 2º, item 3, do [Decreto estadual nº 55.938, de 2010](#), com a redação que lhe foi dada pelo [Decreto estadual nº 57.159, de 2011](#), na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o contratado for sociedade cooperativa (se admitida a participação/contratação de cooperativa).

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata este subitem implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;



13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

23

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade: 00001 I 180116(Instituto de Identificação “Ricardo Gumbleton Daunt”)
- II. Fonte de Recursos: 150010001
- III. Programa de Trabalho: 06122180141800000
- IV. Elemento de Despesa: 339037
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:



14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1 Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

24

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).



16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL
Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt – IIRGD
Licitações e Contratos

Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, 31 de outubro de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br JOSE BRANDINI JUNIOR
Data: 07/11/2024 13:42:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

KERP SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA:26727779000135
Assinado de forma digital por KERP SOLUCOES
EM TECNOLOGIA LTDA:26727779000135
Dados: 2024.11.04 09:40:40 -03'00'

JOSÉ BRANDINI JÚNIOR
DELEGADO DIVISIONÁRIO DE POLÍCIA RESPONDENDO PELO
EXPEDIENTE DO IIRGD

PAULO DONIZETE DAMASCENO
SÓCIO TITULAR ADMINISTRADOR

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA₂₆

TESTEMUNHAS:

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCOS ARJONA BARRETO SILVA
Data: 04/11/2024 11:01:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Nome: Marcos Arjona Barreto Silva

RG N°: 42.617.262-0

CPF N°: 405.029.798-10

Documento assinado digitalmente
gov.br VALERIA APARECIDA MAGALHAES
Data: 04/11/2024 10:23:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Nome: Valéria Magalhães

RG N°: 25.363.209-2

CPF N°: 156.980.908-90



Embrapa Gado de Leite

CONTRATO

Nº REGISTRO SAIC: 20500.24/0089-8

PROCESSO Nº 21179.002807/2024-09

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA MONITORADA E CONTROLE DE ACESSO, QUE CELEBRAM ENTRE SI A EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E A EMPRESA KERP SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA.

A **EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA**, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária, criada por força da Lei nº 5.851, de 07.12.72, Estatuto aprovado pela 8ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24 de abril de 2024, e publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 80, de 25 de abril de 2024, consoante parágrafo único do artigo 72 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, inscrita no CNPJ sob o nº 00.348.003/0001-10, estabelecida no Parque Estação Biológica – PqEB, s/nº, Edifício Sede, Plano Piloto, Brasília-DF, CEP 70770-901, doravante designada simplesmente **EMBRAPA**, neste ato representada por sua Unidade denominada **Embrapa Gado de Leite**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.348.003/0013-54, sediada em Juiz de Fora-MG, com sede à Av. Eugênio do Nascimento, nº 610, Bairro Dom Bosco, CEP 36038-330, doravante designada simplesmente Embrapa, neste ato representada na forma do seu Estatuto e normas internas; e, de outro lado, de outro lado, a sociedade empresária **KERP SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº **26.727.779/0001-35**, sediada em Caçapava/SP, endereço: Rua Antônio de Castro Junior, nº 88, conjunto 34, Telefone: 012-3652-4999 / 011-995991100, e-mail licitacoes@kerp.com.br, neste ato legalmente representada por Paulo Donizete Damasceno, Diretor Comercial, inscrita no CPF sob o nº 082.721.548-70, RG nº: 16.599.991-3 SSP/SP, doravante designada simplesmente CONTRATADA, resolveram celebrar o presente Contrato para Prestação de Serviço de Vigilância Eletrônica Interna Monitorada e Controle de Acesso, que se regerá pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios, disponível no endereço eletrônico <https://www.embrapa.br/acessoainformacao/licitacoes-e-contratos> e também por meio do [link para acesso direto ao documento](#), e pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços Vigilância Eletrônica Monitorada e Controle de Acesso, com fornecimento dos equipamentos necessários sob o regime de comodato, incluindo instalação, manutenção, assistência técnica e treinamento, visando atender demanda da Embrapa Gado de Leite (Sede), que será prestado de acordo com as condições e especificações constantes do Anexo I ao Edital – Termo de Referência e com proposta apresentada pela contratada, que passam a ser parte integrante deste contrato independentemente de transcrição.

1.2. Descrição dos equipamentos e software - Características e quantidades

⇒ **Software de gerenciamento: (01 unidade): plataforma integrada para cadastro de perfis, controle de acesso em tempo real e geração de relatórios;**

Especificações:

A licença para estação de trabalho/software de gerenciamento da solução de acesso, quanto ao cadastro de usuários no sistema, deverá possuir algumas opções de: cadastro simples diretamente em sua base de dados; importação de dados por meio de arquivo CSV; importação e/ou consulta de base de dados externa por meio de usuário SQL ReadOnly; integração com sistemas por meio do protocolo LDAP; integração com sistemas por meio de webservice e/ou API. A licença deverá ser capaz de gerenciar toda a solução contratada, inclusive liberar ou travar o acesso em determinada catraca/cancela. Necessitará gerar relatórios e estatística de acesso para entrada e saída. Estatística de modo geral, ou seja, a quantidade de acessos em determinado período; e estatísticas singulares, tais como, que dia tal pessoa acessou o prédio, com entrada de hora e saída e quantas vezes passou ou tentou passar pela catraca/cancela, nesse último caso para usuários com cadastro vencidos ou impedidos, por exemplo.

O software aplicativo deve ser adaptado ("customizado") para atender às necessidades de controle de acesso de pessoas e veículos na Embrapa Gado de Leite.

A base de dados do software deverá conter módulo de importação/exportação de informações em padrão aberto, visando facilitar a instalação/migração de informações e carga inicial da base de dados dos usuários, além da possibilidade de expansão em outros servidores de propriedade da Embrapa;

Gerenciar a comunicação com os sensores, leitores, catracas, cancelas, teclados, utilizando o protocolo TCP/IP, ou outra solução mais adequada, com tráfego seguro, de acordo com a infraestrutura da Unidade.

Cadastrar e gerenciar informações dos servidores da Embrapa, fornecedores, prestadores de serviços, estagiários e visitantes, de modo a permitir autorização do acesso seja por biometria, leitura facial, leitura de placas, de cartões com código QRCode, que melhor atenda às necessidades da Embrapa;

Permitir localmente ou remotamente, via software, o bloqueio e desbloqueio individualizado de catraca/cancela, bem como remotamente, via software, de um grupo de catracas/cancelas;

Permitir que o visitante já cadastrado não precise ser recadastrado em visitas posteriores, bastando apenas informar o número do documento de identificação ou nome, para que seu cadastro seja recuperado;

Os cadastros de usuários/visitantes deverão conter no mínimo as informações: nome; nº do documento de identificação e órgão emissor; CPF/identidade, que serão utilizados para acesso à empresa; tipo de pessoa (servidor da Embrapa, prestador de serviço terceirizado, menor aprendiz, estagiário, aposentado, visitante-comunidade externa), nesse campo o gestor do sistema deve conseguir acrescentar outras categorias ou editar as existentes; endereço; data do cadastro; data de nascimento; email; telefone de contato; empresa e imagens do cadastramento do visitante (foto, documento etc);

Os registros de acesso dos usuários deverão conter no mínimo as informações: catraca/cancela acessada, data e horário;

Permitir a exportação e leitura direta dos registros de controle de acesso para integração com sistemas aplicativos da Embrapa Gado de Leite;

Possuir janela de transações online, na qual deverão ser apresentadas todas as transações ocorridas nas controladoras e no sistema. As transações poderão ter cores específicas, para sua fácil identificação;

Possuir telas em português referentes a campos e funcionalidades;

Fornecer a documentação da base de dados, para a produção de relatórios customizados a partir das informações do sistema;

Deverá impedir a dupla entrada e saída em todos os equipamentos de controle de acesso;

Garantir acessos simultâneos de usuários cadastrados em todos os pontos de acesso;

Armazenar informações, imagens de fotos e de documentos de identificação de visitantes, que deverão ser exibidos nos terminais de controle de acesso e cadastramento sempre que o visitante retornar às dependências da unidade;

Permitir pesquisa de visitantes na base de dados, pelo número do documento, por parte do nome, pela organização de origem ou por pessoa visitada, para facilitar a recuperação do registro do visitante a partir de sua segunda visita;

Permitir pesquisa na base de dados de usuários por parte do nome, número de documento, número de matrícula na Embrapa;

Suportar verificação, pelo atendente, de eventual restrição de acesso de visitante registrada no sistema;

Consultar acessos de visitantes;

Possibilitar o controle de período de permanência, consultas e estatísticas personalizadas a critério do usuário, inclusive com geração de relatórios; consultas analíticas e gerenciais do controle de acesso dos usuários permanentes e visitantes, nas periodicidades horária, diária, semanal, quinzenal, mensal e anual;

Possibilitar geração flexível de relatórios por meio de ferramenta associada ao software aplicativo, que permita ao usuário combinar dados do sistema sob demanda e desenhar o relatório sob medida, no conceito business intelligence;

Registrar, em trilhas de auditoria contendo data, hora, minuto e segundo usuário responsável por qualquer inclusão, alteração e exclusão de dados na base do sistema, com opção de desligamento seletivo desses registros apenas pelo gestor do sistema e com interface específica para consulta e pesquisa do conteúdo das trilhas de auditoria;

Registrar, em trilhas de auditoria contendo data, hora, minuto e segundo usuário responsável por qualquer inclusão, alteração e exclusão de dados na base do sistema, com opção de desligamento seletivo desses registros apenas pelo gestor do sistema e com interface específica para consulta e pesquisa do ponto de acesso;

Controle de acesso de visitante configurável por uma entrada e uma saída, ou por prazo: hora, dia, semana, mês, ano, data de vencimento do cadastro, entre outros;

Indicar o motivo pelo qual a solicitação de acesso não foi concedida (horário não autorizado, cadastro vencido, etc.);

Bloquear e desbloquear, de modo automático, cadastro de usuário de acordo com mudança na situação funcional. Por exemplo, caso esteja configurada a opção "usuário" pelo gestor do sistema, o usuário terá negado o acesso após desligamento da UnB, do estágio ou da empresa terceirizada, ou vencimento do cadastro;

Possibilitar configuração agendada e remota de fuso horário (time zone) para cada equipamento coletor de dados, de modo a permitir tratamento de horário de verão.

Permitir localizar usuário interno ou externo no sistema, e verificar se está nas dependências da Unidade;

Permitir a notificação de determinados eventos por e-mail, e que tanto os eventos quanto conteúdo e destinatários das mensagens eletrônicas possam ser configurados pelo gestor do sistema;

Dispor de mecanismo de backup parametrizado, que permita ao gestor do sistema definir critérios para cópia e limpeza periódica da base de dados do sistema;

Apresentar, juntamente com os eventos de acesso, as seguintes informações: tipo de acesso, local acessado, data, hora, nome, sobrenome, etc.;

Sistema de autodiagnose/varredura do perfeito funcionamento dos dispositivos, módulos de controle e gerenciamento, controladoras, leitoras, acionadores, teclados, catracas, cancelas, baterias, alimentação elétrica da rede pública, com emissão de notificação instantânea ao servidor;

Apresentar os eventos de alarme em tela específicos e permitir a configuração dos níveis de prioridade para os alarmes;

Possibilitar o envio automático de e-mails, para endereços previamente determinados e cadastrados no sistema, mediante o recebimento de alarmes de alta prioridade;

Apresentar juntamente com os eventos de alarme, as seguintes informações: descrição, prioridade, data, hora, status, informação de mapa gráfico atrelado ao alarme, contador indicando o número de vezes que o alarme ocorreu.

Deverá ser dado treinamento aos servidores designados, com todas as informações sobre o uso do sistema.

Estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, nº 13.709/2019 (LGPD) e demais normativos legais que legislam sobre o tema.

⇒ Câmeras para monitoramento - (04 unidades): Câmera bullet com alerta visual e sonoro Full Color com visão noturna

infravermelho para vigilância local, com funcionamento ininterrupto, incluindo fonte e conectores e demais acessórios para seu funcionamento.

Especificações:

Alta definição de imagens Full HD 1080p;
Tecnologia Full Color inteligente (FC + IR)
Microfone embutido
Alerta visual e sonoro
Protocolo de vídeo HDCVI ». Possui WDR real
Sensor: 1/2.7" 2 Megapixels CMOS
Pixels efetivos: 1920 (H) x 1080 (V)
Linhas horizontais: 1920H
Resolução real: Full HD: 1080p
Lente: 2.8 mm
Ângulo de visão horizontal: 112°
Ângulo de visão vertical: 60°
IR Inteligente: Sim
Alcance IR: 40m IR e Luz Visível
Comprimento de onda LED IR: 850nm
Quantidade de LEDs: 2 LEDs IR e 2 LEDs Luz Visível
Formato do vídeo: NTSC e PAL
Mudança de protocolo: Somente protocolo HDCVI
Relação sinal-ruído: ≥ 65 dB
Sensibilidade: 0.001 lux@F1.6 (Color, 30 IRE) - 0.0001 lux@F1.6 (B/W, 30 IRE)
Velocidade do obturador: 1/30 ~ 1/100.000s
Sincronismo: Interno
Íris: Eletrônica
Day & Night: Automático (Ajustável), Colorido, P&B
Troca Automática do Filtro (ICR): Sim

Deverá compor também o sistema de monitoramento por câmeras, 1 DVR compatível com o modelo de câmera que será instalado. O DVR deverá vir já com 1 (um) HD de 2 TB, modelo WD Purple, para armazenamento das imagens.

Observação: o modelo de instalação das câmeras deverá permitir que as mesmas fiquem em locais distintos do DVR por medida de segurança das imagens.

⇒ Cancellas - (03 unidades): cancelas automáticas com barreira para acesso de veículos, para médio fluxo, com leitor facial e capacidade de integração com sistema de reconhecimento facial. Marca de referência: PPA

Características Gerais:

Gabinete universal que permite a instalação da barreira em qualquer lado da cancela;
Sistema de escamoteamento para destravamento manual (até 4,5m);
Central eletrônica com inversor de frequência;
Stop mecânico com regulagem de altura;
Acionamento do sistema através de motorreductor, polias e correias;
Gabinete de aço galvanizado com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática que garantem grande resistência contra a ação do tempo;
Sistema de fim de curso com encoder;
Freio eletrônico;
Permite a instalação de diversos acessórios (laço indutivo, sinaleira, fotocélula, botoeira, etc.)

Especificações Técnicas

Comprimento da Barreira	Ciclos/hora	Tempo de abertura (Ajustável)	Tempo de fechamento (Ajustável)	Potência do Motor	Tensão
2,5 a 3,0m	200	1,5 seg.	1,5 seg.	1/2 HP	127 e 220V
3,5 a 4,5m	180	2 seg.	3 seg.	1/2 HP	127 e 220V
5,0 a 6,0m	180	4 seg.	5 seg.	1/2 HP	127 e 220V

⇒ **Catracas para acesso de pedestres - (01 unidade):**

Catraca eletrônica bidirecional para acesso de pedestre, com leitor facial, para a entrada e saída, com capacidade de integração com sistema de reconhecimento facial.

⇒ **Leitor Facial para cancelas de acesso de veículos - (03 unidades):**

Dispositivo com tecnologia de reconhecimento facial avançada, com capacidade de armazenar até 10.000 perfis, para atender à catraca de pedestre e às cancelas de veículos, para instalação em conjunto com as cancelas de liberação de veículos, para a entrada e saída da empresa.

⇒ **Vídeo porteiro para controle de operador dentro da guarita - (01 unidade):**

Vídeo porteiro compatível com o sistema de monitoramento que será instalado.

⇒ **Central de alarmes – (01 unidade):**

Central de alarmes com bateria, sirene, sensor de presença e acionado automaticamente mediante invasores. Compatível com o sistema de câmeras e DVR que será instalado. Deverá permitir monitoramento através de aplicativo.

⇒ **Switch para conexões - (01 unidade):**

- Mínimo de 16 Portas RJ-45 GbE e PoE+
- 08 Portas RJ-45
- 02 Portas SFP de 1G
- Potência mínima Total PoE de 95W
- Ventilação silenciosa.

⇒ **Nobreak para proteção elétrica - (01 unidade):**

Apoio à segurança elétrica para atender todos os equipamentos conectados ao sistema de câmeras, alarmes e computador de gerenciamento.

⇒ **Rack 5u Parede para acomodação de equipamentos - (01 unidade):**

Organizador CFTV Informática Padrão 19" para armazenamento dos equipamentos

⇒ **Terminal de Cadastro para gerenciamento de aplicativos – (01 unidade):**

Computador completo com certificado de licenciamento para todos os Softwares e Aplicativos necessários (Licenças para Sistema Operacional do Windows 11 PRO em Português e Licença para Software de escritório Microsoft Office Home& Business PRO 2021). Além disso o computador deve atender aos requisitos mínimos de hardware compatível com todo o sistema que será implantado.

CLÁUSULA SEGUNDA - REQUISITOS ESPECÍFICOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Os equipamentos e deverão ser novos, de primeiro uso, devendo ser substituídos sempre que se tornarem obsoletos ou apresentarem defeito, de maneira que não comprometa o bom funcionamento do sistema, e que não ocorra a interrupção dos serviços.

2.2. **Comodato** Todos os equipamentos, software e tecnologia necessários serão disponibilizados pela contratada sob o regime de comodato durante todo o período de vigência do contrato.

2.3. **Treinamento:** a CONTRATADA deverá oferecer treinamento para os servidores da Embrapa designados e para os funcionários das empresas terceirizadas nas funções de vigilante e porteiro, para a operacionalização do sistema informatizado. O treinamento deverá acontecer no prazo máximo de até 10(dez) dias úteis após conclusão da fase de instalação de todo sistema informatizado e em pleno funcionamento, por um período de 4 horas ou superior, fornecendo manual de uso simples em documento tipo texto (doc, .docx, .rtf ou .odt), com no mínimo as seguintes informações: instruções básicas de operação dos equipamentos propostos; solução dos problemas simples que poderão ocorrer na operacionalização do sistema; interpretação das mensagens de sinalização e alerta dos equipamentos; fornecimento de todo material necessário ao treinamento, com manuais, apostilas, etc.

2.4. **Controle de Acesso de Pedestres:** Será feito através de Catraca equipada com leitor facial para controle de acesso dos funcionários e demais pessoas cadastradas no sistema.

2.5. **Controle de Acesso de Veículos:** Serão instaladas cancelas equipadas com leitor facial para controle de acesso dos funcionários e demais pessoas cadastradas no sistema.

2.6. **Portaria:** No período de 7:00h às 19:00h, haverá um porteiro disponível para liberar a entrada/saída de visitantes, prestadores de serviços e outros não cadastrados através do software de gerenciamento.

2.7. **Horário Noturno:** No período de 19:00h às 7:00 será feito o monitoramento interno por câmeras e sistema de alarmes, que contará com a intervenção do vigilante em serviço, sempre que necessário.

2.8. **Tecnologia de Reconhecimento Facial:** tecnologia que será utilizada para autorização de acesso na Embrapa das pessoas cadastradas no sistema de gerenciamento.

2.9. **Sistema de alarme** por detecção de movimento com centrais de monitoramento, sensores e sirene, que deverá ser ativado sempre que

houver ameaça de invasão.

2.10. Serviço de Monitoramento Interno: Os serviços de monitoramento serão feitos internamente, através de conexão via internet, com armazenamento das imagens em um DVR que deverá ser instalado e configurado pela contratada dentro do Data Center, localizado no Núcleo de Tecnologia da Informação(NTI) da Embrapa Gado de Leite, permitindo o monitoramento ininterrupto, realizando a recepção, registro, gerenciamento e averiguação dos sinais enviados pelas câmeras instaladas na na "portaria" da Embrapa Gado de Leite.

2.11. Software de Gerenciamento: Um software de gerenciamento será utilizado para cadastrar e gerenciar os perfis de acesso dos funcionários, terceirizados, prestadores e público externo, integrando-se ao leitor facial, **permitindo envio de convites à visitantes por meio de QRCode.**

2.12. A Central de Controle do sistema informatizado será local, na sede da Embrapa Gado de Leite, onde os equipamentos serão instalados e os serviços prestados.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Caracterização dos Serviços - A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do contrato e compreende basicamente:

3.1.1. Montagem, instalação, configuração e assistência técnica dos equipamentos, fornecimento de dispositivos, módulos, painéis, materiais, acessórios e estrutura (tubulação, cabeamento, adaptações elétricas, etc.) necessárias à implantação e o perfeito funcionamento do sistema informatizado, envolvendo solução de alarme, gravação de imagens de câmeras, com parametrização de software de gerenciamento via internet, emissão de relatórios, etc.;

3.1.2. Os serviços deverão ser executados, pela CONTRATADA, de maneira que não causem transtornos ou incômodos ao funcionamento normal da Unidade;

3.1.3. A CONTRATADA deverá efetuar todas as reparações e correções provocadas ou resultantes dos serviços de instalação executados como: pintura, reconstrução de parede, remontagem de gesso, elétrica, telecomunicações, entre outros;

3.1.4. Deverão ser prestados serviços de assistência técnica e suporte aos usuários do CONTRATANTE na utilização das funções e recursos do sistema, bem como o atendimento quando da ocorrência de problemas ou panes de funcionamento dos equipamentos, disparo do alarme, dando pronta resposta mediante comunicação da Embrapa, durante seu período de funcionamento (8h às 17h), no tempo máximo de até 1(uma) hora, para as providências cabíveis para solução do problema.

3.1.5. A CONTRATADA deverá fornecer todos os softwares e os recursos necessários de modo a permitir o monitoramento, a visualização e a correta operação do sistema;

3.1.6. Toda a programação do sistema deve ser efetuada pela CONTRATADA de acordo com as necessidades do CONTRATANTE;

3.1.7. A CONTRATADA deverá apresentar, todos os manuais com instruções técnicas e instruções de utilização dos equipamentos;

3.1.8. Os serviços a serem prestados incluem a instalação, configuração e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos necessários a serem disponibilizados sob o regime de comodato;

3.1.9. Os serviços serão prestados e os equipamentos instalados na "portaria" da Embrapa Gado de Leite, no endereço indicado no item 11, onde ocorre o fluxo diário de entrada/saída de pessoas e veículos;

3.1.10. O sistema de monitoramento ocorrerá através câmeras que serão instaladas na "portaria" da unidade. Será feito internamente, através de conexão via internet, com armazenamento das imagens em um DVR que deverá ser instalado e configurado pela contratada, dentro do Data Center, localizado no Núcleo de Tecnologia da Informação(NTI) da Embrapa Gado de Leite, permitindo o monitoramento ininterrupto.

3.1.11. No levantamento local das necessidades para a prestação dos serviços, a Contratada deverá observar minimamente:

- a. Distribuição dos pontos de redes de lógica, spots Wi-Fi existentes;
- b. Posicionamento do rack de comunicação e demais itens relevantes e necessários à execução dos serviços;
- c. Posicionamento dos equipamentos de gravação local das imagens e dos leitores faciais;
- d. Passagem de cabeamento;
- e. Rasgos na alvenaria, no forro, teto, piso ou laje, quando necessários;
- f. Instalação de eletrocalhas, eletrodutos e caixas de passagem;
- g. Instalação de pontos de energia, quando necessário;
- h. Instalação de pontos de rede de dados ou voz, quando necessário;
- i. Instalação e aterramento.

3.1.12. Os serviços de infraestrutura necessários, incluem o transporte de materiais e pessoal, e outros, necessários à instalação dos sistemas;

3.1.13. O sistema deverá conter aterramento adequado e individualizado dos demais circuitos existentes nas instalações da Contratante;

3.1.14. Todos os serviços executados nas instalações da edificação que ameace bens da Contratante deverão ser precedidos de proteção(com lona impermeável). Caso necessário, a Contratada providenciará o remanejamento destes para local protegido, indicado por servidor designado para acompanhamento dos serviços;

3.1.17. A Contratada deverá providenciar diariamente a limpeza das áreas onde os serviços estiverem sendo realizados, evitando acúmulos de entulhos nos locais e dando destinação correta a eles;

3.1.18. Os serviços somente serão considerados executados após o término de todas as etapas, a retirada dos entulhos, a reconstituição das partes danificadas, se for este o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas;

3.1.19. A montagem e instalação contempla as atividades de fixação e interligação de quadros e painéis, a preparação dos pontos de alimentação elétrica e sinalização de dados, bem como a instalação física dos equipamentos e respectivos módulos, componentes e acessórios.

3.1.20. A configuração consiste em ajustes nos equipamentos, módulos, estruturas e softwares aplicativos que busquem efetivar a instalação da solução com a qualidade desejada, em conformidade com especificações técnicas exigidas neste instrumento.

3.1.21. Somente serão aceitos equipamentos, peças, acessórios e ferramentas compatíveis com a aplicação a que se destinam.

3.1.22. A contratada deverá providenciar a desinstalação e retirada dos equipamentos, dispositivos, módulos, painéis e acessórios quando do encerramento do Contrato;

3.2. Manutenção e Assistência Técnica

3.2. A manutenção preventiva deverá ser feita bimestralmente, mantendo sempre um intervalo máximo de 60(sessenta) dias entre elas.

3.3. A manutenção corretiva, será de responsabilidade da licitante e será feita por técnico que se apresentará devidamente identificado por crachá, e dar-se-á através da abertura de chamado técnico pelo CONTRATANTE, descrevendo todas as informações relevantes para a análise da Contratada, devendo ser realizada em até 8 (oito) horas contadas do chamado técnico.

3.4. Havendo problemas técnicos ou defeitos insanáveis nos equipamentos, a CONTRATADA deverá promover a substituição dos mesmos por equipamentos similares ou superiores num prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da comunicação da ocorrência técnica, bem como substituição de equipamento que apresentar defeito, de forma intermitente, durante 60 dias corridos;

3.5. Os serviços de manutenção corretiva poderão também ser prestados pela contratada, de ofício, sempre que for notado por meio de seus instrumentos de controle e/ou vistoria no local, falha técnica ou operacional nos equipamentos, decorrentes de defeitos de fabricação ou não, sem ônus adicional para a CONTRATANTE e deverá ser previamente agendado;

3.6. O chamado técnico poderá ser realizado através de telefone, e-mail ou ofício.

3.7. As manutenções preventivas e corretivas visam manter o sistema em condições normais de funcionamento e compreende: manutenção do bom estado de conservação dos equipamentos; substituição de peças ou componentes danificados ou em mal funcionamento; modificações necessárias com o intuito de atualização dos aparelhos e módulos; limpeza, regulação, inspeção e simulação de testes; entre outras ações que garantam a operacionalidade do sistema.

3.8. Na ocorrência de falhas que resultem em perda das funções básicas do Sistema de Monitoramento e Alarme, a CONTRATADA deverá providenciar, de imediato, o restabelecimento do sistema.

3.9. A Contratada compromete-se a efetuar a substituição, troca, reparação, reconstrução, às suas expensas, no total ou em parte, dos equipamentos, peças, acessórios e componentes dos sistemas empregados durante a vigência do contrato.

3.10. As peças, equipamentos, acessórios e componentes substituídos deverão possuir as mesmas características dos retirados.

3.11. Não serão aceitos materiais de reposição com marcas distintas das existentes, exceto quando caracterizar-se que não mais é fabricado, ou comprovada a equivalência técnica e qualidade de outra marca, submetidos à análise e aceite prévios Embrapa.

3.12. A CONTRATADA somente efetuará a retirada de quaisquer peças e/ou componentes dos sistemas para manutenção fora das dependências do CONTRATANTE após autorização formal deste, devendo responsabilizar-se pela sua remoção, adequado acondicionamento e devolução ao local em que deve ser instalado, bem como, pelas despesas operacionais decorrentes.

3.13. A CONTRATADA deverá apresentar o relatório mensal de manutenção juntamente com a documentação de faturamento, contendo o detalhamento dos serviços de manutenção preventiva e corretiva desenvolvidos.

3.14. Os serviços de manutenção e assistência técnica, serão executados em dias úteis no horário de 8h às 17h. A necessidade de intervenções em dias não úteis deverá ser previamente acordado entre as partes e autorizado pela Embrapa.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

4.1. O prazo máximo para entrega da solução que inclui instalação, configuração dos equipamentos e do software, treinamento dos envolvidos, seguirá o cronograma estabelecido no item 13 do "Memorial Descritivo da Solução" - Doc SEI 10982150. Findo este prazo, o sistema deverá estar em total funcionamento.

4.2. O Prazo previsto no subitem anterior só poderá ser prorrogado, mediante justificativa prévia, devidamente fundamentada, e expressa aceitação da Embrapa Gado de Leite.

4.3. Os equipamentos serão devidamente avaliados pela equipe técnica da unidade. A Embrapa reserva-se no direito de exigir a substituição dos mesmos, quando não atender às especificações técnicas solicitadas.

4.4. Em caso de não conformidades na entrega/instalação dos equipamento, o Fiscal designado pela Embrapa fará imediata comunicação dos fatos à Contratada que providenciará as devidas correções, em observação aos prazos estabelecidos no neste termo, estando desde já, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis, caso a regularização não seja efetuada no prazo estipulado.

4.5. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito desempenho dos equipamentos fornecidos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

CLÁUSULA QUINTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

Parágrafo Único: O presente contrato fundamenta-se na Lei n.º 13.303/2016, na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, no Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, e Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa - Norma 037.011.003.001, aprovada pela Resolução do Conselho de Administração da Embrapa - RC nº 277, de 21/3/2024 e Publicado no D.O.U, em 22/04/2024, e no Boletim de Comunicações Administrativas - BCA Nº 16/2024 e vincula-se para todos os fins de direito ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 03/2024 - Embrapa Gado de Leite e respectivos Anexos, à Proposta e ao Memorial Descritivo da Solução apresentados pela CONTRATADA, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA SEXTA – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços deverão ser prestados e os equipamentos instalados nas dependências da Embrapa Gado de Leite (sede), conforme local abaixo informado:

Razão Social: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA		CNPJ: 00.348.003/0013-54
Endereço: Av. Eugênio do Nascimento, 610	Bairro: Aeroporto	CEP: 36038-330

Município: Juiz de Fora/MG	Telefone: (32)3311-7426	UF (Estado): Minas Gerais (MG)	Inscrição Estadual: 367.241.033.01-51
--------------------------------------	-----------------------------------	--	---

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Além de outras obrigações estabelecidas no Edital e seus anexos, legislação vigente correlata à presente contratação, das normas técnicas que estabeleçam padrões de execução do objeto contratual, constituem obrigações da CONTRATADA:

- 7.1.1. Prestar os serviços nos prazos estabelecidos neste Contrato e conforme cronograma de execução apresentado.
- 7.1.2. Prestar os serviços contratados nos locais e nos horários definidos neste contrato, no Termo de Referência e/ou pela equipe de gestão/fiscalização contratual.
- 7.1.3. Prestar os serviços observando, sempre, as condições técnicas e empregando os materiais especificados no Termo de Referência/Projeto Básico, neste contrato e na proposta apresentada.
- 7.1.4. Não alterar a qualidade, a técnica ou o modo de execução do serviço sem prévia concordância da Embrapa e, se for o caso, sem a celebração de Termo Aditivo.
- 7.1.5. Não substituir materiais e equipamentos a serem empregados no serviço, que tenham sido definidos no Termo de Referência/Projeto Básico, neste contrato e na proposta apresentada, sem prévia concordância da Embrapa e, se for o caso, sem a celebração de Termo Aditivo.
- 7.1.6. A subcontratação deverá observar os requisitos previstos no artigo 78 da Lei 13.303/2016;
- 7.1.7. Manter durante a vigência deste Contrato todas as condições de habilitação e a ausência de impedimentos exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pela Embrapa;
- 7.1.8. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a Embrapa, bem como a eventual perda dos pressupostos para a licitação;
- 7.1.9. Se responsabilizar pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 7.1.10. Repassar à Embrapa e aos seus empregados, todas as informações necessárias sobre o serviço, visando seu melhor aproveitamento, manutenção e conservação.
- 7.1.11. Facilitar a ação da Fiscalização contratual, fornecendo informações ou provendo acesso à documentação e aos serviços em execução e atendendo prontamente às observações e exigências por ela apresentadas.
- 7.1.12. Manter representante específico, capacitado e devidamente credenciado para responder pela direção dos serviços perante a Embrapa.
- 7.1.13. O representante credenciado como profissional técnico responsável, se for o caso, deverá ser aquele indicado para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional, ficando sua substituição sujeita à aprovação formal pela Embrapa;
- 7.1.14. Reparar, corrigir, reconstruir ou substituir no total ou em parte, às suas expensas e nos prazos estipulados neste contrato ou pela Fiscalização, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, mesmo aquele já registrado em Relatório de Medição ou já tenha sido recebido pela Fiscalização deste Contrato.
- 7.1.15. Caso seja necessária a remoção e substituição de bens ou materiais associados ao serviço contratado, a CONTRATADA deverá fazê-lo no local em que o bem ou material tiver sido disponibilizado à Embrapa, conforme estabelecido no Contrato.
- 7.1.16. Garantir os serviços realizados pelo período mínimo estabelecido na legislação brasileira, independentemente do término do Contrato, salvo se prazo maior tiver sido exigido no Termo de Referência/Projeto Básico e/ou proposto pela CONTRATADA .
- 7.1.17. Cumprir os preceitos legais e as decisões das autoridades constituídas, sendo a única responsável por sua inobservância.
- 7.1.18. reparar todos os danos e prejuízos causados à Embrapa ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte da Embrapa;
- 7.1.19. assumir a responsabilidade integral por quaisquer ônus que venham a ser impostos à Embrapa em virtude de documento fiscal que seja emitido em desacordo com a legislação aplicável;
- 7.1.20. Obter as licenças, autorizações, certidões e/ou outros instrumentos previstos na legislação, de sua responsabilidade, necessários à execução dos serviços, se o contrário não tiver sido estabelecido no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 7.1.21. Preservar e manter a Embrapa a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de ação ou omissão sua, de seus empregados ou de suas subcontratadas.
- 7.1.22. Responder pela supervisão, direção técnica e administrativa da mão-de-obra, necessária à execução dos serviços contratados, como única e exclusiva responsável pelo bom comportamento e eficiência de seus empregados e subcontratados.
- 7.1.23. Abster-se de utilizar, em todas as atividades relacionadas com a execução deste instrumento, mão-de-obra infantil, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República, nem utilizar mão de obra em condição análoga à de escravo, bem como fazer constar cláusula específica nesse sentido nos contratos firmados com os fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços, sob pena de multa ou rescisão deste Contrato, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis.
- 7.1.24. Responsabilizar-se por todas e quaisquer obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, oriundas da execução do objeto contratual, arcando com todos os custos e despesas relativos aos processos administrativos, judiciais e arbitrais, em qualquer instância ou tribunal, que venham a ser ajuizadas em face da Embrapa, assumindo, em juízo ou fora dele, toda a responsabilidade relacionada a estas obrigações, resguardando os interesses da Embrapa, prestando, inclusive, as garantias necessárias a sua desoneração.
- 7.1.25. Caso, para a execução dos serviços, empregados, prepostos ou subcontratados autorizados pela Embrapa, devam ingressar nas dependências da Embrapa, a Contratada deverá certificar-se de:

a) Respeitar e cumprir as Normas Administrativas Internas em vigor na Embrapa.

b) Garantir que nenhum empregado de seu quadro, preposto ou empregado/preposto de subcontratado, por ação ou omissão, oculte, participe da ocultação ou tolere que seja ocultado acidente de trabalho ocorrido em decorrência da execução deste Contrato.

c) Apresentar à Fiscalização relação nominal de todos os empregados que executarão os serviços, bem como comunicar, por escrito, qualquer alteração ocorrida nessa relação.

d) fornecer crachá de identificação a todo empregado/preposto e subcontratado que ingressar nas instalações da Embrapa e garantir que sejam utilizados por todo tempo que estiverem dentro das dependências da Embrapa.

7.1.26. Substituir, sempre que determinado pela fiscalização contratual, no prazo determinado na notificação, todo empregado, preposto, subcontratado ou empregado de subcontratado, que se mostrar incompatível ou inconveniente à Embrapa;

7.1.27. Manter, durante toda a execução do Contrato, preposto com poderes de receber correspondência, notificações, citações e todos os atos necessários à gestão do serviço, processamento de pagamento, glosas e processo de apuração e aplicação de penalidades;

7.1.28. Manter todos os endereços, telefones e-mail atualizados.

7.1.29. Prestar assistência técnica, para realização de manutenção preventiva e corretiva, substituição de equipamentos, etc., nas condições e prazos estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência;

7.1.30. Zelar pela manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, arcando com todos os ônus tais como substituição de equipamento, peças, despesas com deslocamento de equipe técnica, etc.;

7.1.31. Fornecer treinamento gratuito a funcionários e terceirizados envolvidos na operacionalização do sistema 2informatizado, na forma prevista neste Contrato;

7.1.32. Possibilitar o atendimento à Embrapa Gado de Leite, por telefone ou internet, para pedido suprimentos ou manutenção corretiva, com registro do número do chamado técnico e sua data/hora, devendo estes dados ser fornecidos ao solicitante no atendimento;

7.1.33. Retirar os equipamentos disponibilizados, quando do fim da vigência contratual na forma estabelecida neste Termo de Referência ou, na substituição/remanejamentos de equipamentos.

7.1.34. O Responsável Técnico da contratada deverá estar presencialmente, sempre que solicitado, para orientações, apresentar sugestões de melhorias de serviço, resolver problemas e realizar serviços inerentes à sua função.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA EMBRAPA

Além de outras obrigações estabelecidas no Edital e seus anexos, constituem obrigações da Embrapa:

8.1. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar os serviços de acordo com as determinações do Contrato e deste Termo de Referência.

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, observando o prazo para correção.

8.4. Efetuar os pagamentos pelos serviços executados e obrigações devidas, obedecendo às condições estabelecidas no instrumento contratual que será celebrado entre as partes em consonância com este Termo de referência;

8.5. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

8.6. Facilitar a instalação e verificação de equipamentos e a movimentação do pessoal da CONTRATADA nas suas dependências, no que se refere aos aspectos ligados aos serviços contratados.

8.7. Informar à CONTRATADA sobre quaisquer alterações de horários e rotinas de da Unidade que influenciem diretamente na prestação dos serviços.

8.8. Providenciar o Ateste das Notas Fiscais por empregado formalmente, mediante devidas verificações.

8.9. Solicitar a prestação da manutenção dos equipamentos, sempre que necessário;

8.10. Solicitar a substituição de equipamentos nos casos previstos neste termo de referência, sempre que necessários;

8.11. Permitir a retirada dos equipamentos disponibilizados pela contratada, quando do fim da vigência contratual e/ou substituições necessárias;

8.12. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio de empregado designado pela Embrapa Gado de Leite;

8.13. Não remover e manter visível a placa de identificação e marca dos equipamentos de propriedade da contratada;

8.14. Disponibilizar nos locais adequados para a instalação dos equipamentos (rede elétrica, lógica, etc);

8.15. Permitir o acesso de pessoal técnico da CONTRATADA, devidamente identificado, para manutenção ou reparos sempre que necessário;

8.16. Zelar pelos equipamentos, notificando à Contratada, sobre qualquer tentativa ou violação dos mesmos;

8.17. Manter os equipamentos no local de instalação original e não removê-lo. No caso da necessidade de mudança do local, solicitar os serviços da CONTRATADA, por escrito.

CLÁUSULA NONA – DO PREÇO

9.1. Pela prestação dos serviços, a Embrapa pagará à **Contratada** o valor mensal de R\$6.260,00 (seis mil, duzentos e sessenta reais).

9.2. O valor global estimado do presente contrato é de R\$75.120,00 (setenta e cinco mil, cento e vinte reais), considerando os 12(doze) meses de vigência contratual.

9.3. Declara que nos preços propostos para a execução dos serviços foram considerados todos os custos, insumos, despesas ordinárias diretas e indiretas, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação para cumprir as disposições contratuais até o termo final deste Contrato, não cabendo reivindicações a título de revisão de preço, compensação ou reembolso.

9.4. A CONTRATADA deverá arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso os quantitativos previstos inicialmente em sua proposta não sejam satisfatórios para o atendimento ao objeto deste Contrato, sem que o contrato seja onerado.

CLÁUSULA DÉCIMA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DADOS PARA FATURAMENTO

- 10.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado em parcelas, mensais e consecutivas, mediante depósito na conta bancária indicada na fatura pela Contratada, vencíveis até o 15º (décimo quinto) dia útil, subsequente ao mês da prestação do serviço efetivamente realizado, conferido e aceito pela Embrapa Gado de Leite. A contagem do prazo para pagamento inicia-se após atesto do fiscal do contrato e mediante a comprovação da regularidade fiscal da Contratada.
- 10.2. Caso não haja expediente na Embrapa no dia do vencimento da Nota Fiscal/Fatura, fica o pagamento prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.
- 10.3. As notas fiscais, os arquivos XML e demais documentos exigidos pela Embrapa Gado de Leite para fins de liquidação e de pagamento das despesas deverão ser encaminhadas à gestão do contrato cnpgl.contratos@embrapa.br
- 10.4. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.
- 10.5. A retenção dos tributos não será efetuada caso a Contratada apresente, junto com sua nota fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte-SIMPLES.
- 10.6. A nota fiscal deve corresponder ao objeto recebido. Caso a realização dos serviços seja recusada ou a correspondente Nota Fiscal apresente incorreção, o prazo para pagamento será contado a partir da data da substituição dos serviços recusados ou da regularização do documento fiscal.
- 10.7. A suspensão do pagamento, devidamente motivada, não autoriza a paralisação dos serviços, cabendo à Contratada contestar a motivação no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, sob pena de aceitação tácita, estando sujeita às penalidades cabíveis por inadimplemento, bem como responder pelos danos e prejuízos decorrentes, se assim proceder.
- 10.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Embrapa Gado de Leite, o valor devido será acrescido de atualização financeira, desde que requerida pela Contratada, e sua apuração ocorrerá desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento. Nesse caso, os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês ou de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e aquela do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10.9. A Embrapa Gado de Leite não acatará a negociação de duplicatas com bancos ou outras instituições financeiras.

10.10. Dados para faturamento

A Nota Fiscal referente à prestação dos serviços deverá ser emitida mensalmente para:

Razão Social: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA			CNPJ:00.348.003/0013-54
Endereço:Rua Eugênio do Nascimento, 610		Bairro:Dom Bosco	CEP:36038-330
Município:Juiz de Fora/MG	Telefone:3311-7423	UF (Estado):Minas Gerais (MG)	Inscrição Estadual:367.241.033.01-51

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes dos serviços objeto deste Contrato, correrão à conta dos recursos consignados na proposta orçamentária do Orçamento Geral da União, para o exercício de 2024/2025, a cargo da **Embrapa Gado de Leite**, na Gestão/UG: 135015; Natureza de Despesa: 33903977; PTRES: 229490; Fonte de Recursos: 3050000063, Nota de Empenho nº 2024NE000425.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

12.1. A prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, com estimativa do início da prestação dos serviços a partir do dia 01/10/2024, condicionado à data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo da Solução, conforme previsto no item 21.3. do Edital (Doc SEI 10824106). A vigência do contrato poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II, do art. 71 da Lei nº 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE

13.1. O valor contratado desde que observado o interregno mínimo de 12(doze) meses contados da data limite para apresentação de propostas, ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados, utilizando-se a variação do IPCA/IBGE, na forma do artigo 5º, do Decreto nº 1.054 de 7 de fevereiro de 1994.

13.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente.

13.4. Os reajustes serão precedidos de solicitação formal da contratada e terão vigência a partir do mês subsequente à solicitação da contratada, desde que atendam as condições descritas no item 13.1.

13.5. O direito da CONTRATADA ao reajustamento do preço dos serviços não prejudica que a Contratante efetue uma pesquisa de preços de mercado, para certificar-se da efetiva manutenção da vantajosidade da proposta.

13.6. A manutenção do contrato por todo o período de vigência previsto fica condicionada à comprovação de que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação e da vantajosidade do preço, podendo a Embrapa, em qualquer dessas situações denunciar o contrato, sem que caiba, à CONTRATADA, direito a qualquer tipo de indenização, com base no que dispõe a Cláusula Vigésima deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

14.1. O valor pactuado, poderá ser revisto mediante solicitação da Contratada com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do art. 81, inciso VI da Lei 13.303/2016.

14.2. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consiste na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido pelo gestor do contrato, que poderá ser auxiliado pelos fiscal técnico e fiscal administrativo.

15.2. À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação do objeto deste contrato e de tudo dará ciência à Contratada, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou fazer quaisquer serviços que estejam em desacordo com o objeto contratual.

15.3. A existência da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica responsabilidade da Embrapa ou de seus empregados, conforme previsão do art. 47, § 2º da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

15.4. A EMBRAPA, sempre que entender pertinente, realizará consulta ao Registro do CEIS/CNEP/CEPIM (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional das Empresas Punidas/ Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos), para verificar se existe ocorrência de sanções que restrinjam o direito de a empresa participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública ou a existência de penalidades aplicadas pela Administração Pública com base na Lei 12.846/2013.

15.5. A EMBRAPA poderá promover as diligências que entender necessárias para verificar a aderência da CONTRATADA à legislação anticorrupção.

15.6. A ausência de fiscalização por parte da EMBRAPA não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste contrato;

15.7. A comunicação entre a fiscalização e a CONTRATADA será realizada através de correspondência oficial ou por meio que garanta o registro do conteúdo e de seu recebimento;

15.8. A Contratada deverá confirmar o recebimento de e-mail, sempre que a comunicação se dê por esse meio.

15.9. A CONTRATADA deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atender prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas, ou, em caso de impossibilidade, justificar por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES

16.1. Além das penalidades previstas no Edital e seus anexos, o descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações contratuais assumidas, ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

a) advertência, por escrito, sempre que forem constatadas falhas de pouca gravidade;

b) Pelo atraso na entrega do objeto (produtos e/ou serviços) em relação ao prazo estipulado, sujeitar-se-á a CONTRATADA ao pagamento de multa de mora calculada à razão de 1% (um por cento) ao dia (dia corrido), sobre o valor da entrega fora do prazo previsto, até o limite de 30%, o que poderá levar à rescisão deste Contrato, com aplicação das demais penalidades decorrentes.

c) Pela não entrega do objeto (produtos e/ou serviços), caracterizada por atraso igual ou superior a 30 (trinta) dias sem que haja manifestação aceita pela CONTRATANTE ou por qualquer outra infração que leve à rescisão contratual sujeitar-se-á a CONTRATADA, além da multa de mora apurada, ao pagamento de multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total deste Contrato.

16.2. Sem prejuízo das multas e demais penalidades cabíveis, a depender da gravidade da conduta punível, a Contratada poderá ser penalizada com sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar com a Embrapa, de que trata o inciso III, art. 83, da Lei n.º 13.303/16, por até 2 (dois) anos.

16.3. A penalidade de suspensão do direito de licitar e de contratar com a Embrapa também poderá ser aplicada às sociedades ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Embrapa em virtude de atos ilícitos praticados.

16.4. As multas acima estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 50% (cinquenta por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

16.5. As sanções de natureza pecuniária serão executadas observando-se a seguinte prioridade:

a) Recolhidas à Conta Única da União, por meio de GRU, espontaneamente;

b) Executadas das garantias prestadas;

c) Compensadas com créditos que, eventualmente, a CONTRATADA tenha a receber;

d) formas de cobrança previstos em Lei;

16.6. A Embrapa poderá combinar os métodos de liquidação das penalidades pecuniárias, visando a integralidade dos valores devidos e poderá reter créditos suficientes para o pagamento de eventuais multas e penalidades pecuniárias, até que seja concluído o processo de aplicação de penalidades.

16.7. As penalidades previstas não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devida e formalmente justificados e comprovados.

16.8. Constatada a prática de ato lesivo à Embrapa, pela configuração, de uma das condutas tipificadas no inciso IV do art. 5º da Lei 12.846/2013, haverá a responsabilização administrativa, na forma dos arts. 6º e 7º da 12.846/2013.

16.9. No Processo Administrativo de Apuração (PAA) serão observados os procedimentos definidos no Regulamento de Contratos e Convênios da Embrapa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO REGIME JURÍDICO

17.1. Em face do objetivo deste Contrato, fica expressamente estabelecido, sem prejuízo da fiscalização dos serviços pela **Embrapa**, que se considerará incompatível com seus termos, qualquer subordinação hierárquica, dependência funcional, administrativa, técnica, ou de qualquer outra natureza, entre o **Contratado** ou seus prepostos e a **Embrapa**, regendo-se o presente Contrato, pela legislação civil, tributária, previdenciária e administrativa aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS RECLAMAÇÕES

18.1. Todas as instruções e reclamações da **Embrapa** deverão ser transmitidas por escrito diretamente à **Contratada**, salvo em casos de urgência, quando poderá fazê-lo por telefone, providenciando a respectiva comunicação escrita tão logo seja possível.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

19.1. O Contrato poderá ser extinto de acordo com as hipóteses previstas na legislação, no termo de referência/projeto básico, Contrato, ou demais anexos do processo de contratação, e ainda:

a) Consensualmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada da Embrapa, mediante aviso prévio por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias ou de prazo menor a ser negociado pelas partes à época da rescisão, considerando os seguintes aspectos a serem justificados:

a.1) A Embrapa tenha interesse na extinção do contrato;

a.2) a rescisão não decorra de falha na execução do serviço;

a.3) Não exista mais interesse pelo serviço, na Embrapa;

b) em razão do inadimplemento total ou parcial de qualquer de suas obrigações;

c) na ausência de liberação, por parte da Embrapa, de área, local, objeto ou documentos necessários à sua execução, nos prazos contratuais;

d) em virtude da suspensão da execução do Contrato, por ordem escrita da Embrapa, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo;

e) quando for decretada a falência do contratado;

f) caso o contratado perca uma das condições de habilitação exigidas quando da contratação;

g) em virtude de cessão não autorizada do contrato ou de seu crédito;

h) em virtude de subcontratação, irregular ou não autorizada;

i) caso o contratado seja declarado inidôneo pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal;

j) caso o contratado seja impedido de contratar e licitar com a União;

k) em função da suspensão do direito de o contratado licitar ou contratar com a Embrapa;

l) na hipótese de caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013, cometido pelo contratado no processo de contratação ou por ocasião da execução contratual;

m) em razão da dissolução do contratado;

n) quando da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato;

o) quando aplicada penalidade de multa de mora e não houver o recolhimento do valor devido;

p) quando as multas contratuais atingirem seus limites, na forma deste contrato, sem que a contratada tenha retornado à regularidade do serviço ou à adequação do comportamento;

q) por determinação judicial;

r) Em virtude de contingenciamento orçamentário.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ALTERAÇÃO

20.1. O presente Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nas hipóteses disciplinadas no art. 81 da Lei nº 13.303/2016, entre outras legal ou contratualmente previstas, observando-se que:

I. as alterações devem preservar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e

II. é vedada a modificação contratual que desnature o objeto da contratação ou afete as condições essenciais previstas no Termo de Referência.

20.2. Todas as alterações contratuais deverão ser formalizadas por processo administrativos formal, no qual estarão contidas todas as

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

21.1. Não serão aceitas quaisquer alegações do contratado com referência ao desconhecimento sobre as especificações do objeto e de sua execução, conforme definidos no termo de referência/projeto básico, em sua proposta, nota de empenho ou Autorização de Serviço e nos demais documentos técnicos constantes do processo de contratação.

21.2. Todo serviço será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação do termo de referência/projeto básico, na proposta do contratado, Autorização de Serviço ou nota de empenho, ou nos demais documentos técnicos constantes do processo de contratação.

21.3. O recebimento definitivo dos serviços ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento provisório, se outro prazo não for definido nos documentos vinculados à Contratação.

21.4. A Embrapa rejeitará, no todo ou em parte, o serviço executado caso constate que as especificações estão em desacordo com as condições da contratação ou apresentem vícios e defeitos.

21.5. Todos os serviços e equipamentos/produtos/material, objeto da contratação, deverão obedecer às especificações constantes do termo de referência/projeto básico, do contrato, da proposta do contratado ou nos demais documentos técnicos constantes do processo de contratação.

21.6. O contratado responsabiliza-se por todas as despesas acessórias, como as decorrentes dos custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, fretes, encargos sociais, entrega dos equipamentos no local de prestação dos serviços e outros custos ou encargos definidos no termo de referência/projeto básico, Contrato ou nota de Empenho, ou nos demais documentos técnicos, constantes do processo de contratação.

21.7. Toda comunicação referente à execução da contratação será formalmente registrada e deverá ocorrer pelos meios definidos no processo de contratação.

21.8. Os empregados e outros prepostos, utilizados pela CONTRATADA na prestação de serviços ora contratados, não terão qualquer vinculação com a Embrapa, mormente de natureza trabalhista ou civil, responsabilizando-se a CONTRATADA pelos respectivos direitos e deveres trabalhistas, previdenciários e fiscais, independentemente de qualquer envolvimento da Embrapa.

SUBCLÁUSULA ÚNICA: Caso a Embrapa Gado de Leite, a qualquer tempo, venha a ser notificada ou citada, administrativa ou judicialmente em relação a processos envolvendo obrigações trabalhistas ou previdenciárias pertinentes às relações de empregos de que trata esta Cláusula, a CONTRATADA obriga-se a responder pronta e exclusivamente perante tais reivindicações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO NEPOTISMO

22.1. É vedada a prestação dos serviços ora contratados por familiar de empregado da Embrapa que exerça cargo em comissão ou função de confiança de qualquer natureza.

Parágrafo Único: Entende-se por familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - COMPLIANCE

23.1. As partícipes neste ato declaram e se comprometem a observar todas as leis, regras, regulamentos, acordos e convenções aplicáveis ao presente instrumento e suas atividades, em especial a legislação de defesa da concorrência e de combate à lavagem de dinheiro (Lei nº 12.529, de 30.11.2011) e à corrupção (Lei nº 12.846, de 01.08.2013), os princípios administrativos, bem como a agir com honestidade, lealdade, integridade e boa-fé, evitando conflitos de interesse no âmbito do presente instrumento.

23.2. Adicionalmente, as partícipes, sem prejuízo das legislações aplicáveis, se comprometem a observar e respeitar as seguintes vedações abaixo transcritas:

I - Alterar, deturpar, subtrair ou eliminar o teor ou a íntegra de documentos que devam ser encaminhados para providências, assim como interferir na integridade de informações sob sigilo, ocultar, danificar ou eliminar documentos ou informações ou negar-se a fornecê-las quando requisitadas, salvo nas hipóteses previstas em Lei, não se isentando da devida justificativa.

II - Divulgar resultados de pesquisa em andamento em prejuízo de processos de proteção do conhecimento ou dar publicidade a resultados ainda não validados de pesquisa, salvo em casos previamente autorizados.

III - Retirar, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro, tecnologia ou bem pertencente ao patrimônio da empresa.

IV - Fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, amigos ou terceiros.

V - Apoiar ou ter participação em quaisquer ações que atentem contra a ética, moral, honestidade ou dignidade da pessoa humana ou vincular seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.

VI - Permitir o acesso de pessoas estranhas às dependências internas da(s) outra(s) partícipe(s), sobretudo às instalações de acesso restrito.

VII - Promover práticas que coloquem em risco o meio ambiente.

VIII - Praticar atos que caracterizem concorrência desleal.

23.3. As partícipes declaram conhecer, sem limitação, a proibição de qualquer forma de trabalho escravo, forçado ou análogo, trabalho infantil, a preservação do meio ambiente, o cumprimento de normas de saúde e segurança do trabalho, assim como o respeito aos consumidores, empregados, prestadores de serviços e às comunidades estabelecidas nos locais onde as partícipes desenvolvem suas atividades.

23.4. O presente instrumento poderá ser rescindido imediatamente, independentemente de notificação prévia, em caso de descumprimento de qualquer das disposições previstas nesta Cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA CONFIDENCIALIDADE

24.1. A CONTRATADA não poderá fazer uso do nome Embrapa, da marca Embrapa, da expressão "a serviço da Embrapa" ou expressões similares, em especial em propagandas, em seu Website, uniformes, veículos, ferramentas e equipamentos, de propriedade ou não da CONTRATADA, salvo quando prévia e expressamente autorizada, por escrito, pela Embrapa.

24.2. Qualquer informação obtida pela Contratada, de informação, produto, processo, da Embrapa, confidencial ou não, em razão da prestação do serviço, deverá ser mantida em sigilo.

24.3. A Contratada deverá garantir que seus empregados mantenham sigilo das informações obtidas em razão da prestação de serviços.

24.5. A divulgação de qualquer informação ou utilização da marca Embrapa, pela contratada, seus empregados, prepostos ou terceirizados, de forma indevida, gerará a multa compensatória equivalente ao valor global deste Contrato, na forma do artigo 412 do Código Civil, sem prejuízo de perdas e danos, eventualmente apurados e das demais penalidades previstas neste instrumento

24.6. O valor da multa estabelecida será devida em relação à cada informação divulgada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

25.1. Além da publicidade de que trata o art. 48 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, os extratos dos contratos e seus respectivos aditivos celebrados pela Embrapa serão divulgados no sítio eletrônico da Embrapa, no Diário Oficial da União ou no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

26.1. A Embrapa e a contratada comprometem-se, sempre que aplicável, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável (—Dados Pessoais§) e às determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, e demais leis e regulamentos aplicáveis.

26.2. A Embrapa e a contratada reconhecem que as operações realizadas com os dados pessoais identificados neste instrumento contratual serão devidamente tratadas de acordo como disposto na base legal especificada no inciso V do art. 7º da Lei nº 13.709, de 2018, vinculando-se especificamente à execução das atividades deste instrumento jurídico.

26.3. Nos termos da Lei nº 13.709/2018, os dados pessoais relativos às pessoas físicas identificadas neste Contrato serão devidamente tratados de acordo com a referida legislação pelos contratantes, inclusive no que tange ao acesso a esses dados pelos seus empregados, colaboradores entre outros, sendo os mesmos utilizados para as finalidades específicas de identificação dos representantes legais das partes e viabilização de relacionamento jurídico definido neste instrumento contratual.

26.4. Para fins do disposto na Lei nº 12.527/2011, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), o(s) representante(s) da contratada e contratante concorda(m) com o compartilhamento (art. 26 da LGPD) e a veiculação dos seguintes dados pessoais por meio da publicação do inteiro teor e extrato deste Contrato no Boletim de Publicação Eletrônica da Embrapa e Diário Oficial da União: nome completo e número de CPF.

26.5. Os demais dados pessoais dos representantes da contratada e contratante deverão constar do Anexo V - Dados Pessoais Protegidos e serão coletados na medida da necessidade e finalidade específicas de identificação dos representantes legais das partes e viabilização de relacionamento jurídico definido neste instrumento contratual, na forma dos itens 15.3 e 15.4 deste contrato.

26.6. Nos termos da Lei 13.709/2018 deverão ser mantidas e utilizadas, pelas partes, medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

26.7. O Operador deverá notificar o Controlador, no prazo determinado pela Autoridade Nacional, da ciência, de qualquer não cumprimento das disposições legais ou contratuais, ou violação, relacionadas aos Dados Pessoais vinculados a este instrumento jurídico.

26.8. Em nenhuma hipótese uma Parte será responsabilizada pelo tratamento de dados pessoais realizado pela outra, não havendo solidariedade entre as partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA

27.1. As Partes, inclusive suas testemunhas, reconhecem a forma de contratação por meios eletrônicos e digitais como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória no. 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Juiz de Fora/MG, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Estando assim, justas e acordes, firmam presente contrato, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas, abaixo nomeadas e subscritas.

Juiz de Fora, 23 de agosto de 2024.

<p>Pela Embrapa</p> <p>ADRIANA CARLA SANCHES FAÇANHA</p> <p>Chefe Adjunto de Administração</p> <p>Embrapa Gado de Leite</p>	<p>Pela Embrapa</p> <p>DÊNIS TEIXEIRA DA ROCHA</p> <p>Chefe Geral Interino</p> <p>Embrapa Gado de Leite</p>
<p>Pela Contratada</p> <p>PAULO DONIZETE DAMASCENO:08272154870</p> <p>Assinado de forma digital por PAULO DONIZETE DAMASCENO:08272154870 Dados: 2024.08.27 19:01:45 -03'00'</p> <p>PAULO DONIZETE AMASCENO</p> <p>Diretor Comercial</p> <p>Kerp Soluções em Tecnologia Ltda.</p>	

TESTEMUNHAS:

<p>Nome: Roseli Inácio Pianta</p> <p>CPF: 684.919.996-04</p>	<p>Nome: Rosileia A.A. Delgado</p> <p>CPF: 654.463.807-20</p>
--	---



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Carla Sanches Façanha**, **Chefe-Adjunto**, em 26/08/2024, às 07:35, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Denis Teixeira da Rocha**, **Chefe-Geral**, em 26/08/2024, às 13:14, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Roseli Aparecida Inacio Pianta**, **Assistente**, em 26/08/2024, às 13:32, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rosileia Aparecida de Almeida Delgado**, **Técnico**, em 26/08/2024, às 14:34, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sede.embrapa.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **11002201** e o código CRC **A6796981**.